Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – Propad

Suelen Mazza Batista

ONDE OS FATOS NÃO TÊM VEZ: uma análise foucaultiana das Fake News relativas à cultura

Recife
2020

Suelen Mazza Batista

ONDE OS FATOS NÃO TÊM VEZ:
uma análise foucaultiana das Fake News relativas à cultura

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organização e Sociedade, no campo temático Estudos Urbanos e Cultura Pop, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE).

Orientador: Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D.

Recife
2020

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B333o Batista, Suellen Mazza
Onde os fatos não têm vez: uma análise foucaultiana das Fake News relativas à cultura / Suellen Mazza Batista. - 2020.
131 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph. D.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020.
Inclui referências.

1. Fake news. 2. Cultura. 3. Arqueologia do saber. I. Mello, Sérgio Carvalho Benício de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2020 – 120)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Onde os fatos não têm vez: uma análise foucaultiana das fake news relativas à cultura

Suelen Mazza Batista

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 18 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Dr., UFPE (Orientador)

Prof. André Luiz Maranhão de Souza Leão, Dr., UFPE (Examinador Interno)

Prof.ª Sandra Regina Moura, Drª., UFPB (Examinadora Externa)

Agradecimentos

Olhando para essa estrada percorrida, só consigo me sentir grata e com sorte por ter ao meu lado pessoas maravilhosas, que me ajudaram, me ensinaram, e que compartilharam tanto comigo. As trocas foram potentes, afetivas e a lista de agradecimento é grande. Começo por minha mãe, Cleide, e meu pai, Edmilson, pelo amor incondicional, apoio constante, e por desde cedo me mostrarem a importância da educação, sem eles nada disso seria possível. Ao meu orientador, Sérgio Benício, por todos os ensinamentos e direcionamentos (nem sempre é fácil escolher a pílula vermelha do conhecimento, mas a busca pelo desconhecido vem me trazendo outros olhares sobre a vida). A todos os colegas, professores e funcionários do PROPAD pelas contribuições durante a jornada do mestrado, principalmente a Suélen Matozo pela partilha da sua experiência como pesquisadora. A banca de examinadores pelas importantes recomendações. Ao CNPq pelo auxílio financeiro. Também agradeço demais aos meus amigos, por me mostrarem beleza e alegria na vida, deixando por vezes um caminho árduo, bem mais leve e prazeroso. Em especial, aos grandes jornalistas, Bianca Bion e Paulo Veras pelas conversas e trocas de ideias sobre o meu objeto de estudo, sendo Bianca responsável pela revisão final da dissertação. A Mateus Amaral, pela tradução do resumo. A Lívia Campello, por acolher minhas angústias e me guiar nesta trajetória de autoconhecimento. A minha família e todos mais que me acompanharam e torceram por mim nesta jornada. E por último, mas com certeza não menos importante, ao meu boy, meu romance e companheiro de vida, Rafael, pela paciência, carinho, amor, e parceria de todas as horas.

Uma mentira contada mil vezes, torna-se uma verdade.

Joseph Goebbels

No contra-ataque da guerra, arte!

Flaira Ferro

Resumo

É difícil encontrar alguém que não tenha recebido um meme com informações falsas no WhatsApp, ou que não ouviu parentes relatarem uma notícia absurda da internet como se fosse um acontecimento real. Apesar de parecerem inofensivas e até engraçadas, as Fake News estão criando uma nova ontologia, uma nova realidade. Estrategicamente fabricadas, elas influenciam várias áreas da sociedade, como política, educação e ciência. A cultura alinhada a valores progressistas também é um dos principais alvos dessa indústria da mentira. À medida que as pessoas perdem o vínculo com o factual, a produção de notícias falsas se estabelece como um novo regime de verdade. Diante de uma sociedade sufocada por uma avalanche de (des)informações, o presente trabalho tem o objetivo de analisar o fenômeno das Fake News sob a luz da ótica foucaultiana para desvelar a rede de interesses por trás da disseminação de conteúdos fabricados sobre políticas culturais, assim como entender os saberes produzidos por essa prática. Para isso, formamos um arquivo de notícias falsas publicadas entre 2016 e 2019 - coletadas através de sites de checagem de fatos - submetido à Análise de Discurso Foucaultiana. Assim, foi possível identificar cinco formações discursivas que revelam a tentativa de atacar a cultura enquanto instrumento de reflexão, limitar a sua atuação apenas ao entretenimento mercadológico, e alçar valores conservadores, em detrimento de ideais progressistas. Além disso, mostra que a polarização extrema transborda os limites da democracia, gerando um cenário de intolerância, discriminação e violência.

Palavras-chaves: Fake News; Cultura; Análise de Discurso Foulcaultiana; Regime de Verdade; Arqueologia do Saber

Abstract

It is not hard to find someone who received a meme with false information on WhatsApp, or who has heard relatives reporting absurd internet news as if they were real. Although they seem harmless and even funny, Fake News are creating a new ontology, a new reality. Strategically fabricated, they influence various areas of society, such as politics, education, and science. Culture aligned with progressive values is one of the main targets of this industry of lies. As people lose the link with the factual, false news production establishes itself as a new truth regime. Faced with a society choked by an avalanche of (dis) information, this paper aims to analyze the phenomenon of Fake News under the light of Foucaultian optics to unveil the network of interests behind the The dissemination of fabricated content about cultural policy, as well as understand the knowledge produced by this practice. To this end, we formed an archive with Fake News published between 2016 and 2019 - collected through fact-checking sites - which was submitted to Foucaultian Discourse Analysis. Thus, it was possible to identify five discursive formations that reveal the attempt to attack culture as an instrument of reflection, limit its performance only to market entertainment and raise conservative values, to the detriment of progressive ideals. In addition, it shows that extreme polarization spills over the boundaries of democracy, creating a scenario of intolerance, discrimination and violence.

Keywords: Fake News; Culture; Foucaultian Discourse Analysis; Truth Regime; Archeology of Knowledge

Lista de Figuras

Figura 1 (1) - Utilização do “Whatsapp” para receber notícias 18
Figura 2 (1) - Encontro de Eduardo Bolsonaro com Steve Bannon..... 19
Figura 3 (1) - Críticas à censura dos termos “golpe” e “ditadura” na EBC 23
Figura 4 (3) - Tela de busca na ferramenta “Google Trends”..... 49
Figura 5 (4) – Mapa geral das formações discursivas..... 54
Figura 6 (4) - Mapa das relações da primeira formação discursiva 78
Figura 7 (4) - Porque faltou dinheiro nos hospitais..... 81
Figura 8 (4) - Fake News de que potências culturais não têm Ministério da Cultura..... 83
Figura 9 (4) - Poema que exalta soldados não foi citado por Obama no Memorial Day..... 84
Figura 10 (4) - Mapa das relações da segunda formação discursiva..... 86
Figura 11 (4) - O jornal francês Charlie Hebdo chama artistas brasileiros de babacas 88
Figura 12 (4) - Polícia Federal vai prender artistas financiados pela Lei Rouanet 90
Figura 13 (4) - Montagem da foto de atrizes defendendo a Lei Rouanet..... 91
Figura 14 (4) - Mapa das relações da terceira formação discursiva..... 94
Figura 15 (4) - Charge de Lula é capa do Charlie Hebdo. 96
Figura 16 (4) - Esquema de corrupção da Lei Rouanet na época dos governos petistas 97
Figura 17 (4) - Pabllo Vittar e Jean Wyllys farão turnê LGBT em escolas 99
Figura 18 (4) - Mapa das relações da quarta formação discursiva..... 104
Figura 19 (4) - Jean Wyllys vai lançar o filme “Jesus: a diva da mentira”..... 108
Figura 20 (4) - Mapa das relações da quinta formação discursiva..... 111

Lista de quadros

Quadro 1 (4) - Enunciados 56
Quadro 2 (4) - Lista de Funções Enunciativas 67
Quadro 3 (4) - Critérios de regras 72
Quadro 4 (4) - Regras de formação discursiva 74

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AD - Análise do Discurso
ADF - Análise de Discurso Foucaultiana
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
CFRP - Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública
CGU - Controladoria Geral da União
EBC - Empresa Brasil de Comunicação
EMC - Empresa Mineira de Comunicação
EUA - Estados Unidos da América
GPOPAI/USP - Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas para Acesso à Informação da Universidade de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCN - International Fact-Checking Network
INCT.DD - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IURD - Igreja Universal do Reino de Deus
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e mais
MAM - Museu de Arte Moderna
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MinC - Ministério da Cultura
MPV - Medida Provisória
NBR - TV Nacional Brasil
Novo - Partido Novo
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PSC - Partido Social Cristão
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
STF - Supremo Tribunal Federal
TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Sumário

1	**BREVE INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA**	**12**
1.1	Fake News e a indústria da desinformação	13
1.2	Brasil: caminho aberto para as Fake News	17
1.3	Cultura na mira das Fake News	24
1.4	Questões norteadoras	27
1.5	Pergunta de pesquisa	27
1.6	Justificativas da pesquisa	28
2	**REFERENCIAL TEÓRICO**	**29**
2.1	Saber e os regimes de verdades	29
2.2	Ecossistema da desinformação	33
2.3	Cultura, arte e política	37
2.3.1	*O ataque à cultura brasileira: do autoritarismo às Fake News*	*41*
3	**CAMINHOS METODOLÓGICOS**	**44**
3.1	Método e Processos investigativos	44
3.2	A construção do *Arquivo* de pesquisa	45
3.3	Análise do *Arquivo*	50
4	**APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**	**53**
4.1	Categorias integrantes das formações discursivas	55
4.1.1	*Enunciados*	*55*
4. 1.2	*Funções enunciativas*	*67*
4. 1.3	*Regras de formação*	*71*
4.2	As formações discursivas	77
4.2.1	*Valorização do Estado Mínimo*	77
4.2.2	*A cultura na lógica circense*	85
4.2.3	*Valores progressistas representam um risco*	92
4.2.4	*Valores conservadores em defesa da preservação social*	102
4.2.5	*Intolerância, discriminação e violência*	110
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**115**
	REFERÊNCIAS	**122**

1 INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

O avanço tecnológico projetou a (des)informação a patamares inimagináveis. Das mídias impressas às eletrônicas, das redes sociais aos blogs e microblogs, a sociedade jamais produziu ou recebeu tanto conhecimento como nos dias atuais. O celular, por exemplo, desde seu surgimento, por volta de 40 anos atrás, já se integrou totalmente à rotina das pessoas (CARVALHO;FREIRE;VILAR, 2011).

Nesse contexto, a mídia tem um papel essencial na construção de discursos, pois acaba surgindo como um dispositivo de poder atuante e quase onipresente na vida da sociedade (GREGOLIN, 2007). Em paralelo, o fenômeno das Fake News cresce e chama atenção. Apesar de não possuírem confiabilidade como publicação noticiosa, podem ser classificadas como um tipo de produção midiática, já que são resultado das formas de distribuição e produção de informações da contemporaneidade. As notícias fictícias vêm transformando, desviando e produzindo relações inusitadas do homem com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (LINS; LOPES, 2018).

As Fake News repercutem em diversas áreas, influenciando o resultado de grandes eleições, de ações no mercado financeiro, de estratégias políticas e governamentais. A constatação de profissionais nas áreas de TIC, jornalismo, sociologia e psicologia é de que, por enquanto, o mundo está diante de um inimigo imbatível. Segundo, Matthew D'Ancona (2018) a proliferação de conteúdos falsos corrobora para a ascensão de uma perigosa relativização do objeto primordial da comunicação: os fatos.

Deste modo, as Fake News afetam as possibilidades de produção, distribuição de informação e principalmente de formação de narrativas, que se multiplicam a cada dia, criando contextos e plataformas que não existiam até recentemente. Elas germinam verdades paralelas, mudam hábitos, comportamentos e subjetividades na sociedade, gerando assim novas estruturas sociais. As notícias falsas já produzem uma nova ontologia, uma realidade alternativa.

1.1 Fake News e a indústria da desinformação

Em 2016, a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia (apelidado de Brexit) e a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América (EUA) chocaram a opinião pública (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Os resultados inesperados jogaram luz sobre a disseminação de notícias falsas que influenciaram as votações de grande importância para a política e a economia mundial. Os termos Fake News e pós-verdade, então, começaram a ser empregados com frequência para caracterizar o cenário de multidirecionalidade e de possibilidades diversas de comunicação.

Pós-verdade, inclusive, foi eleita palavra do ano pelo Dicionário de Oxford, em 2016, pois seu uso aumentou 2000% neste ano. Descrita como “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais" (ENGLISH OXFORD, 2016), no mundo pós-factual, o tradicional conflito e falsificação da verdade tem uma "importância secundária". Agora a ideia em que “algo que aparente ser verdade é mais importante que a própria verdade”.

Para um maior entendimento do fenômeno, é válido esclarecer o significado da palavra verdade neste contexto. Não há, nem houve um mundo em que a verdade existisse e fosse objetiva. A verdade, quase sempre, é subjetiva e não conhecível. No entanto, segundo a filósofa Hannah Arendt, existe uma verdade factual, baseada em ocorrências e situações reais uma parte relevante da verdade. Construída a partir de fatos, esta verdade pode ser confirmada e legitimada empiricamente. No ensaio “Verdade e Política”, publicado em fevereiro de 1967, Arendt alertava sobre os políticos que estavam convertendo fatos em opiniões, distinção essa que é essencial para a democracia. A autora ainda defendeu que a mídia tivesse uma função primordial e independente em averiguar, investigar e verificar a verdade factual, no intuito de impedir que os políticos distorcessem a veracidade dos acontecimentos (ARENDT, 1995).

Como é evidente, as notícias falsas, as más intenções e truques de indivíduos e organizações que defendem lados e interesses sempre existiram. No século XVIII, a França produzia jornais de boatos chamados Canards para caluniar governantes, padres, entre outras pessoas. Uma das principais vítimas desses ataques difamatórios foi a rainha Maria Antonieta (1755 – 1793). O mesmo acontecia na Inglaterra, no final do século XVII, quando havia dez jornais diários e nove semanais que vendiam espaços para a publicação de rumores, dessa forma, qualquer um que quisesse publicar algo, pagava e tinha sua história caracterizada como notícia (BURKHARDT, 2017).

Na Alemanha nazista, os boatos e a desinformação intencionalmente planejadas constituíam uma forma de controle e poder bem integrada às estratégias políticas. Há mais de oitenta anos, as informações falsas já eram utilizadas pelo Terceiro Reich para controlar a agenda da comunicação. Inclusive, Goebbels, Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista, entre 1933 e 1945, nos ensinou que uma mentira repetida mil vezes acaba se transformando em uma verdade (O'SHAUGHNESSY, 2017).

Já em 1992, o dramaturgo sérvio-americano, Steve Tesich, usou a expressão pós-verdade pela primeira vez na história - segundo o Dicionário Oxford (2016) - para denunciar os escândalos do caso Irã– Contras e a Guerra do Golfo. Em 2004, o autor americano Ralph Keyes escreveu o livro "The PostTruth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life", no qual dialoga sobre a transformação da verdade e da mentira na contemporaneidade (ENGLISH OXFORD, 2016).

A diferença atualmente é o poder, a influência e a velocidade das plataformas de tecnologia na disseminação de qualquer tipo de notícia que, por variadas razões, ganham engajamento e, rapidamente, aumentam seu público (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; LAZER, 2018). Houve mudanças nas formas e na intensidade de propagação de boatos, mas não no seu objetivo de distorção dos fatos. De acordo com o pesquisador, Rogério Christofoletti (2018), estratégia, volume e automatização de processos dão novos contornos às práticas de manipulação no atual ecossistema informacional. Assim, as Fake News acabam sendo intensamente compartilhadas, comentadas e geram diversas reações nos seus leitores.

Essa cadeia de acontecimentos mostra que, apesar de o Brexit e a eleição de Trump terem surpreendido parte da população, estes dois eventos não ocorreram de forma aleatória, ao acaso, sem intencionalidades e planejamentos, uma vez que as Fake News tiveram participação estratégica como engrenagens da desinformação. Cada vez mais em sociedades polarizadas, como por exemplo Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália, Colômbia, Brasil, entre outras; e em momentos de grande tomada de decisão, como eleições, reformas e emendas constitucionais, nos quais interesses políticos e econômicos estão em jogo, as notícias falsas entram em cena.

Não se pode negar, inclusive, a existência de uma intelectualidade orgânica conservadora que, ao ver a ascensão das políticas progressistas nos governos dos últimos anos, começou a traçar estratégias para reverter essa situação de forma rápida e eficiente. De acordo com Cepêda (2018), um dos métodos utilizados intencionalmente para conseguir apoio das massas alienadas que estão nas redes sociais foi o uso das Fake News.

Um dos personagens por trás desta narrativa é Steve Bannon, ex-conselheiro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump - vinculado à direita conservadora-, e uma das principais lideranças da Cambridge Analytica, empresa de consultoria de dados acusada de ter interferido nas eleições americanas e também no referendo que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia. Os métodos de comunicação da Cambridge Analytica utilizam a psicologia comportamental no controle do uso de dados e alcance nas redes sociais com a aplicação de Fake News (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018). Atualmente, Bannon coordena um movimento para espalhar a onda conservadora de ultra-direita em partidos políticos na Europa e no mundo. No Brasil, em 2018, anunciou seu apoio formal à candidatura de Jair Bolsonaro (CHARLEAUX, 2018).

As técnicas de mineração de dados privados têm contribuído para o alastramento da desinformação. A partir da reunião e do processamento de dados, como sites visitados e palavras utilizadas, pode-se conduzir notícias para públicos criteriosamente identificados e definidos (SHU et al; 2017). Esse refinamento das formas de manipulação de informações que já eram utilizadas por agências de marketing, agora é adaptado ao debate público marcado por informações descontextualizadas ou mesmo inverídicas que podem aumentar a polarização.

Existe todo um esforço por parte de instituições públicas e da sociedade para que as grandes empresas, como Google e Facebook, donas das plataformas de redes sociais, reconheçam e sejam responsabilizadas por agirem de fato como editoras e não apenas como meios neutros de compartilhamento de conteúdo, afinal suas lógicas algorítmicas têm impactos sobre as pessoas e seu modelo publicitário acaba fortalecendo o poder das Fake News (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018). Além disso, é preciso que tais empresas informem sobre qual a origem do dinheiro das propagandas que impulsionam os boatos. Há uma lógica de ocultação dos processos e das intencionalidades que guiam as práticas das notícias falsas.

O processo de evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação gerou uma amplificação e aceleração na disseminação e divulgação de dados. Estas mudanças podem até ser relevante para eliminar vieses dicotômicos, no entanto, a forma como tal evolução tecnológica tem sido manejada por grupos, empresas e pelas pessoas tem corroborado para o surgimento de infindas versões distorcidas sobre fatos. Sendo as verificações cada vez mais complexas, diante das diversas narrativas e ‘policotomicas’ das realidades (MONTEIRO FILHO, 2016).

Ainda de acordo com Pesquisadores do grupo Tecnologias da Comunicação e Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), que analisaram 438,4 mil mensagens do WhatsApp, o grande volume das diversas narrativas e infindas versões sobre fatos não significa fim da concentração na produção das informações. Foi observado pela pesquisa que, dos noventa grupos pesquisados, 99,11% dos perfis que interagem neles estão conectados direta ou indiretamente por meio de poucas redes específicas de pessoas, que disseminam notícias falsas no aplicativo de mensagem (SANTOS et al, 2019).

A pesquisa corrobora a ideia de que o uso de informações falsificadas são planejadas e programadas intencionalmente por grupos para se atingir determinados objetivos. O manuseio de informações, muitas vezes, é usado como forma de ludibriar as pessoas e encobrir as dificuldades sociais, com a intenção de suprimir as respostas, ações e o anseio de transformação que possam emergir mediante o atual contexto político-econômico.

Guy Debord em "Sociedade do Espetáculo" juntamente com os Situacionistas no final da década de 1960, já alertava que a relação social entre as pessoas no mundo pós-moderno é mediatizada por imagens, informações e assuntos polêmicos, emocionais, tendenciosos que envolvem a sociedade num espetáculo. Ao disseminar uma percepção contínua de alegria, satisfação, coragem e magnitude, o espetáculo legitima práticas que podem ser limitantes na existência social e políticas das pessoas. O risco é gerar sentido e plenitude a uma sociedade destruída e fragmentada (DEBORD, 1991).

Tal espetáculo da vida pós-moderna prefere a imagem e a dramatização ao realismo perceptível, a fantasia à veracidade, a passividade ao movimento de refletir e agir com energia. Atualmente, com o advento das tecnologias de comunicação, a construção dos espetáculos é cada vez mais complexa. O crescente fluxo de imagens e a intensidade de postagens fomentam a concepção de "hiper-realidade", que altera a percepção do que é real e torna mais difícil do que antes, diferenciar imagem de realidade (DE MORAES, 2018).

Somando essas múltiplas narrativas e o direcionamento estratégico das informações com a marca contemporânea, em que os critérios narcisísticos de centralização no indivíduo colocam a vontade de definir o "eu" como o "eu" absoluto (BAUMAN, 2005), o desejo de duvidar de suas próprias crenças acaba sendo minado e o viés de confirmação é cada vez mais reforçado. As pessoas acreditam que suas posições e opiniões são as únicas verdadeiras, corretas e as únicas que têm validade, sendo todas as outras erradas. Assim, mesmo se houver variedade de informações fornecidas pela internet, as pessoas acabam

filtrando aquelas referências que estejam apenas de acordo com suas crenças (WILSON; SPERBER, 2005).

Neste sentido, a pós-verdade, criadora e criatura das Fake News, estabelece verdades que reorganizam os discursos a partir de subjetividades tidas como novas. Essencialmente, ao relativizar determinadas coisas, tudo que se conhece muda de perspectiva. Algo da natureza histórica do absurdo pode se tornar plausível. O risco de ignorar a história é ela se repetir. Além disso, em um mundo já fortemente polarizado, o "efeito rede" potencializa a intolerância, impaciência e o ódio.

É neste cenário, no qual as pessoas estão perdendo o vínculo com o factual e passam a legitimar como verdadeiro tudo o que está na rede, que a era da pós-verdade se estabelece, não como o contrário da verdade, mas como um novo regime de verdade. Na medida em que formará séries, representações, conjunto de valores que, por meio de procedimentos ou comportamentos, manifestará o verdadeiro (FOUCAULT, 2014a) as Fake News também acabam fazendo parte da construção discursiva da realidade.

Portanto, nesta disputa significativa sobre a verdade, a massiva quantidade de notícias falsas, fabricadas intencionalmente em escala industrial visando propagar a desinformação, torna-se uma arma poderosa. Já conseguem produzir novas verdades, pseudoverdades, meias verdades apoiadas em indícios ou convicções complexos à verificação. As Fake News, ao reproduzir esse sistema de incertezas, fomentam ao mesmo tempo a dinâmica do "nada é o que parece ser" e do "tudo é o que parece ser", afinal o "parecer" e o "ser" se aproximam cada vez mais nesta nova ontologia.

1.2 Brasil: caminho aberto para as Fake News

No contexto brasileiro, o fenômeno da distribuição de Fake News também violou o direito à comunicação. Segundo pesquisa realizada em 2018 pelo instituto Ipsos, o Brasil é o país que mais acredita em notícias falsas. Cerca de 62% dos brasileiros afirmaram ter confiado em Fake News até descobrirem que as informações não eram verídicas. O percentual é superior à média mundial de 48% (IPSOS, 2018).

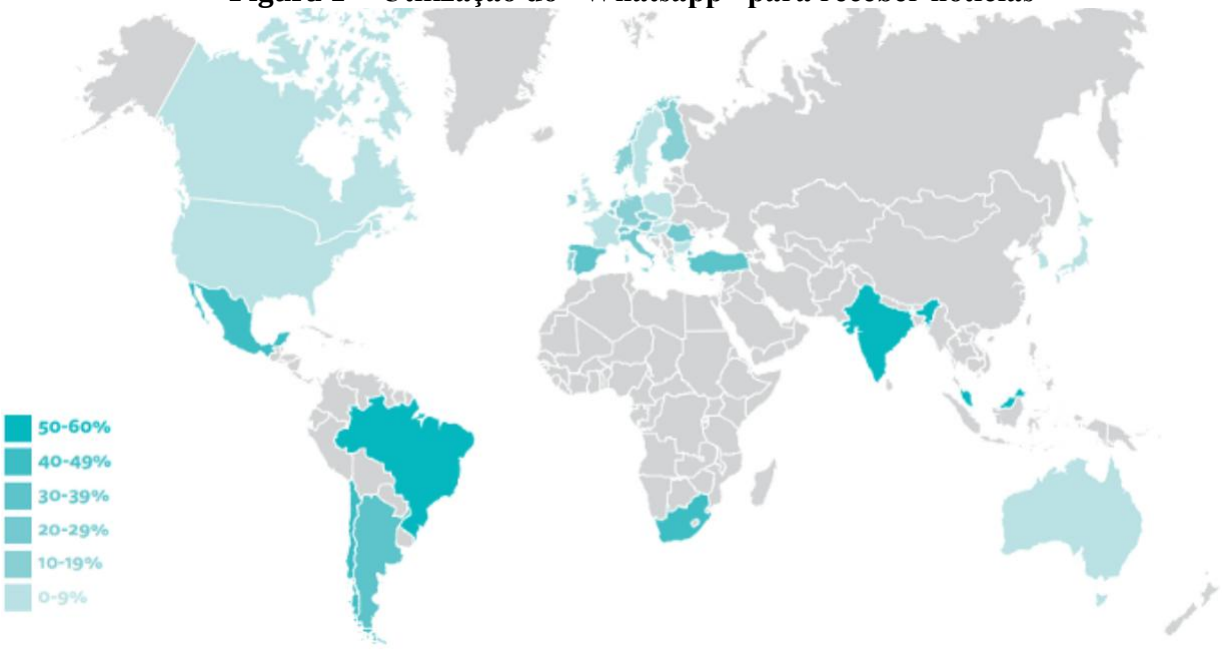
De acordo com o Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas para Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAI/USP), 3.500 notícias brasileiras são publicadas por dia em média na web. No total, cerca de duzentas são compartilhadas via redes sociais. Num dia de noticiário movimentado, os sites de notícias falsas aparecem no topo da lista. Já aconteceu, por exemplo, de entre as dez notícias mais lidas, seis serem falsas. Cerca de

doze milhões de perfis onlines compartilham pesquisas falsas nas redes sociais no Brasil (AMENDOLA, 2017).

Um importante fator que deixa os cidadãos vulneráveis a conteúdos fabricados é o baixo nível educacional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), revela que 52,6% dos brasileiros de 25 anos ou mais não concluiu a educação básica. A falta de incentivo ao pensamento e leitura crítica torna mais difícil a atividade de distinguir notícias factuais das Fake News.

Outro dado também pode nos ajudar a explicar a facilidade de disseminação de Fake News no País. De acordo com o Relatório de Notícias Digitais (2019), realizado pelo Instituto Reuters e pela Universidade de Oxford, 53% dos entrevistados no Brasil utilizam o aplicativo Whatsapp como rede social de discussão e troca de notícias. Mais uma vez, em comparação a outros países, como Canadá e Estados Unidos, onde este valor é de 4%, a situação do Brasil causa apreensão, pois o aplicativo é utilizado para a disseminação de Fake News em larga escala, contribuindo para o ecossistema de desinformação.

Figura 1 - Utilização do "Whatsapp" para receber notícias



Fonte: Retirado do Relatório de Notícias Digitais 2019, disponível no link < https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_1.pdf>

Neste sentido, motivo de preocupação de parte da sociedade civil e de algumas instituições pública, a presença da desinformação nas eleições brasileiras pode ter sido um dos fatores para a escolha do ultradireitista Jair Bolsonaro como presidente da República.

Segundo outro levantamento feito pelo Ibope Inteligência junto a duas mil pessoas, entre os dias 18 e 22 de outubro, 90% dos entrevistados disseram ter recebido algum tipo de notícia falsa (IBOPE, 2018).

Inclusive, o presidente Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo Bolsonaro fizeram conexões com Steve Bannon, conhecido pela utilização de Fake News nas suas estratégias de disseminação do movimento conservador pelo mundo (CHARLEAUX, 2018). Em agosto de 2018, dois meses antes das eleições presidenciais, Eduardo Bolsonaro encontrou Bannon, em Nova York, reforçando a hipótese de que o ex-conselheiro de Trump também havia influenciado a campanha eleitoral de Bolsonaro nas redes sociais. Na ocasião, Eduardo publicou uma foto do encontro afirmando que "certamente vamos manter contato para unir forças, especialmente contra o marxismo cultural".

Figura 2 - Encontro de Eduardo Bolsonaro com Steve Bannon

Fonte: Foto publicada no Twitter por Eduardo Bolsonaro.

O caráter estratégico da utilização de Fake News na campanha ficou ainda mais evidente após descobertas de que empresas estavam bancando pacotes de disparo de mensagens em massa contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e seu candidato, Fernando Haddad, pelo WhatsApp. Com contratos de até R$ 12 milhões, houve uma grande operação na semana anterior ao segundo turno (MELLO, 2018). Em junho de 2019, também foi revelado que empresas brasileiras, como açougues, lavanderias de carros e fábricas

pagaram uma agência de marketing com sede na Espanha para fazer disparos de mensagens a favor de Jair Bolsonaro (ALESSI; VIEJO, 2019).

Em razão destas descobertas, foi aberta a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, no dia 4 de setembro de 2019, com o objetivo de investigar a disseminação de informações falsas no meio digital, principalmente durante as eleições de 2018 (SENADO, 2019). Entre os depoimentos que se destacaram está a fala da deputada federal e ex-líder do governo Joice Hasselmann (PSL-SP) que afirmou existir um esquema de "organização criminosa" articulado na internet a favor de Bolsonaro desde o início da sua campanha, sendo o dinheiro público também utilizado para promover ataques virtuais da direita (CERIONE, 2019).

No entanto, também é importante ressaltar que a distorção estratégica de informações não é uma questão recente no contexto político brasileiro. Ao contrário, é uma constante na construção histórica do país. Desde o tempo do Brasil Colônia, a utilização de boatos como artifícios políticos de desinformação influenciam a população (JARDIM, ZAIDAN, 2018). Um dos exemplos famosos foi o Plano Cohen, que falsificou cartas trocadas entre líderes comunistas, indicando uma suposta tentativa de tomada do poder por meio de uma revolução. A farsa do irreal golpe comunista contra Getúlio Vargas foi criada por Olímpio Mourão, ex-general do Exército brasileiro, e serviu como prerrogativa para garantir a permanência de Vargas no poder, fechar o Congresso e instaurar a ditadura do Estado Novo em 1937 (JAMBEIRO, 2004).

A ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, também elaborou uma série de mentiras, produzindo um ecossistema de desinformação que repercute até os dias atuais. Um dos boatos espalhados pelo regime foi o suicídio do jornalista Vladimir Herzog em 1975, que na verdade havia sido brutalmente torturado e assassinado pelos militares. A falsa informação espalhada é de que ele teria se matado usando o próprio cinto na sua cela (SCHREIBER, 2014). Mesmo com todos os assassinatos e torturas de pessoas que eram contrárias à ditadura militar, as notícias falsas juntamente com a censura reforçaram um discurso que legitimou a liderança dos militares como melhor alternativa de gestão para o Estado (TEIXEIRA, 2018).

1.3 O desmonte da comunicação pública

No intuito de equilibrar a exposição de ideias e opiniões, diminuindo desigualdades e lugares de privilégios, algumas democracias criaram sistemas de comunicação de caráter

público. Sem fins lucrativos e com financiamento público, a comunicação pública se propõe a fomentar produções independentes, regionalizadas, se afastando e diferenciando das influências econômicas de mercado e do poder governamental. Alguns países, como exemplo Inglaterra, a BBC é parte desse sistema; no Japão, a NHK; nos Estados Unidos, as emissoras do sistema PBS, entre outros no mundo.

Mesmo com alguns avanços, o Brasil é marcado por um cenário midiático com desigualdade e concentração de poder. Os veículos tradicionais estão sob a direção de poucos empresários nacionais e estrangeiros. No que tange à radiodifusão (rádio e televisão), somente seis conglomerados nacionais, sendo cinco grupos privados, através de parcerias com empresas locais, atingem quase 100% do território brasileiro (CABRAL, 2017). O desequilibrado sistema comunicacional brasileiro é outro fator que torna mais complexo o problema das Fake News.

Essa concentração de poder prejudica a circulação de ideias, a interação, a comunicação e o debate público. Para combater a indústria da desinformação, é importante investir e adotar medidas que promovam a pluralidade nos veículos tradicionais. Afinal, o papel e credibilidade jornalística também são essenciais como instrumento de formação do pensamento crítico (AGUIAR; ROXO, 2019).

Apesar de começar a se desenvolver desde o século XX, foi em 2007, que a comunicação pública no Brasil chegou a dar um passo importante para regulamentar e garantir tal diversidade, criando a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), composta pela Radiobrás, sediada em Brasília, e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), localizada no Rio de Janeiro. Ainda no fim do ano de 2007, a EBC priorizou a criação de uma nova TV Pública, a TV Brasil. As inovações se focaram no processo de participação social, com a criação de um Conselho Curador e uma ouvidoria. A legislação que criou a empresa buscou a autonomia da gestão, com mandatos fixos para o presidente e para o diretor geral da empresa, que eram nomeados pelo presidente da república, mas só poderiam ser destituídos pelo Conselho Curador (MIOLA, 2011). Também foi criado um fundo exclusivo para a manutenção da empresa, a Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP). O desafio era mudar a cultura da comunicação governamental para a pública.

Relacionada com a quebra do monopólio das empresas de comunicação no Brasil, a criação da EBC foi um marco importante para a democratização da informação e resgate do campo público nas discussões midiáticas Para desenvolver conteúdos e serviços para a população, a EBC se articulou com espaços educacionais, de pesquisa, culturais,

comunitários, coletivos sindicais e fundações. Dessa forma, foi capaz de dar espaço a diversidade étnico-racial, social e de gênero, que muitas vezes era marginalizada e invisibilizada pelas estruturas de poder já estabelecidas no mercado privado de radiofusão.

No entanto, com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, a EBC sofreu ataques por parte do governo que prejudicaram nove anos de atividade e esforço para o aperfeiçoamento da mídia pública. Uma das primeiras medidas de Michel Temer, ao assumir o poder, foi exonerar o jornalista Ricardo Melo da presidência da empresa (ADJUTO, 2016).

Mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de restituir Ricardo Melo ao cargo, Temer editou a Medida Provisória 744 de 2016 (MPV 744/2016), no intuito de extinguir a curadoria e o mandato de 4 anos da presidência (BRASIL; NUNES, 2016). Posteriormente, a MPV foi transformada na Lei 13.417/2017, modificando assim o modelo de governança da empresa. O Conselho Curador - órgão formado majoritariamente pela sociedade civil com o objetivo de garantir os princípios estabelecidos para a comunicação pública e, até então, o único com competência para destituir o presidente da empresa - foi totalmente extinto.

A medida afetou diretamente sua autonomia e deixou a EBC ainda mais refém das indicações do governo federal. Para assumir o lugar de Ricardo Melo, Temer escolheu o jornalista Laerte Rimoli, que mantinha ligações políticas com Eduardo Cunha e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) . Essas violações provocaram consequências editoriais, prejudicando a liberdade da comunicação pública (SILVA, VELOSO, 2019). Já nos primeiros meses após o golpe, houve suspensão de contratos, demissões em massa, congelamento de salários, além dos vários casos de constrangimento e censura do governo Temer.

A empresa adotou uma linha oficial estatal, retirando inclusive a comunicação pública da missão da EBC. Em meio a esse contexto, também ocorreram cortes financeiros da empresa pública. No ano de 2018, o comando da empresa passou por várias pessoas, inclusive, empresários sem experiência no ramo jornalístico. Práticas de intervenção ilegal e autoritária prejudicaram a mais importante experiência de comunicação pública havida no Brasil (INTERVOZES, 2018).

Durante o resto de 2018, o enfraquecimento da ouvidoria, juntamente com as várias indicações políticas e provisórias, legitimaram práticas de controle editorial na EBC. Os trabalhadores chegaram a denunciar mais de sessenta casos de censura e governismo na EBC. Esta série de ataques proporcionou o desmonte estrutural da empresa. Dezenas de

emissoras geridas pelos governos estaduais, universidades públicas e fundações privadas, que compõem a rede pública de comunicação, também passaram por ameaças permanentes com o avanço do conservadorismo na política brasileira (LOPES, 2018).

A ascensão do domínio neoliberal na eleição de 2018 também pode prejudicar ainda mais as emissoras estaduais. A Fundação Padre Anchieta, que administra a TV e Rádio Cultura de São Paulo, deve continuar seu curso de enfraquecimento com a eleição de João Dória (PSDB). Em Minas Gerais, a nova Empresa Mineira de Comunicação (EMC), que gere a TV Minas e a Rádio Inconfidência, também tem motivos para se preocupar com a eleição de Romeu Zema (Novo) para o governo do Estado. O possível fim da EBC também pode ocasionar riscos para as demais emissoras públicas que necessitam da rede da TV Brasil, pois não usufruiriam mais da programação ofertada pela emissora federal (INTERVOZES, 2018).

Com a eleição do ultra-direitista Jair Bolsonaro, a asfixia financeira aumentou ainda mais, sendo posto em ação os planos de reduzir as verbas da comunicação, para futuramente privatizar a EBC. No período de 2019, editais para séries LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e mais) foram suspensas (PUTTI, 2019) e as censuras continuaram, sendo os jornalistas autorizados a usar as palavras golpe e ditadura apenas quando fosse favorável para a narrativa de Bolsonaro (FNDC, 2019).

Figura 3 – Críticas à censura dos termos “golpe” e “ditadura” na EBC

Fonte: Imagem retirada da reportagem produzida pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Disponível em: < http://fndc.org.br/noticias/contra-a-censura-na-ebc-em-nome-da-memoria-verdade-e-justica-924891/>

No dia 9 de abril de 2019, foi publicada uma portaria determinando a unificação da programação da TV Brasil e da TV Nacional Brasil (NBR) em um canal. Na prática, a medida liquidou a missão da TV Brasil enquanto emissora pública, transformando-a em uma mera reprodutora de propaganda governamental de Bolsonaro. Além disso, militares começaram a ser escolhidos para a direção-geral, e em agosto deste ano, o General Luiz Carlos Gomes assumiu a presidência da empresa, com a missão de obedecer a Bolsonaro (GALVANNI, 2019).

Assim, é preciso enxergar e investigar as correlações da instauração do fenômeno das Fake News com o desmonte da comunicação pública no Brasil. A desinformação é muitas vezes concebida e implementada com o propósito de confundir a população e interferir no direito do público de procurar, receber e transmitir informações e ideias.

O papel da comunicação pública é garantir esse equilíbrio, fazer contraponto aos veículos privados, garantir a expressão dos mais marginalizados e dos que têm voz silenciada dentro do sistema privado (BOLAÑO; BRITTOS, 2008). Seguindo essa diretriz, a EBC é extremamente importante. Uma democracia depende de uma fonte de informações plural, diversa, autônoma e não há como prover isso apenas com o sistema comercial e, muito menos, com um sistema comercial hegemônico e monopolista. Inclusive, em meio a esse cenário de ataque à comunicação, a confiança dos brasileiros em relação à mídia tradicional decresceu de acordo com o Relatório de Notícias Digitais (2019). O nível de credibilidade das mídias reduziu 11%, caindo de 59% para 48%. Caso o tripé da comunicação (privada, pública e estatal) seja atingido, a descrença pode crescer ainda mais.

Portanto, a intervenção ilegal e autoritária que pretende minar a experiência de comunicação pública no Brasil interfere nos princípios básicos da garantia a um ecossistema comunicativo plural e desenvolvido. Ao atacar tais princípios, a população brasileira fica mais exposta às técnicas de manobras e manipulações de informações. Esse cenário de fragilidades vira terreno fértil para a ocultação e fragmentação dos fatos, para a criação e difusão das notícias falsas.

1.3 Cultura na mira das Fake News

As Fakes News não afetam apenas decisões políticas. A ciência, por exemplo, - devido a sua forte correlação com o progresso, o desenvolvimento e a mudança de costumes - está sendo constantemente acometida por boatos sobre vacinas, tratamentos com

medicamentos não testados, dietas milagrosas, além de distorções da teoria da evolução, das leis de Newton e sobre dos estudos de gênero (SILVA FILHO; SILVA; LUCE, 2017).

A educação também é influenciada pela divulgação de notícias falsas. Nos discursos oficiais do atual governo e nas redes, propagam-se questões sobre o regime comunista que vinha, supostamente, invadindo a política brasileira, sendo o cerne da doutrinação marxista as escolas e universidades. Os protestos em defesa da educação contra os cortes de verbas do Ministério da Educação foram alvos de várias Fake News. Com o intuito de questionar a inteligência dos estudantes e de deslegitimar a pauta das movimentações, várias fotos descontextualizadas, registro de anos anteriores e informações distorcidas foram utilizadas (RIBEIRO, 2019).

Em consonância com a construção de um terreno hostil ao pensamento crítico, a produção cultural alinhada com valores progressistas no campo comportamental vem sendo amplamente atacada. A cultura progressista é fortemente associada à defesa pelos direitos civis e movimentos sociais a favor de grupos minoritários historicamente marginalizados, como, o movimento negro, ambientalista, o feminismo, a luta dos povos indígenas e as atividades ligadas ao respeito às diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Muitas vezes, de forma geral, é associada à esquerda (NAPOLITANO, 2011; 2014).

Ao analisar mais profundamente esta problemática crescente das Fake News contra a cultura brasileira, percebe-se que, especificamente, as políticas desta área também definham com a perpetuação da lógica da desinformação (CHAVES, 2019). Um exemplo é a divulgação de várias notícias falsas relacionadas à Lei Rouanet. Apesar de alguns casos de mau uso, corrupção, dos seus limites e impossibilidades, a Lei Rouanet desenvolve um papel importante na sociedade, pois fomenta o exercício dos direitos e o livre acesso às fontes de cultura com ênfase na promoção, proteção e valorização das expressões nacionais, promove o empoderamento de artistas, o aquecimento do mercado artístico e a ampliação de interesse do público (MENESES, 2016).

Os ataques transformaram-se em argumentos base para legitimar propostas do governo de Jair Bolsonaro. Após a publicação da Medida Provisória nº 870, no Diário Oficial do dia 1º de janeiro de 2019, o Ministério da Cultura (MinC) foi extinto, sendo suas atividades vinculadas ao Ministério da Cidadania. A cultura passou, então, a ter um status de secretaria a partir do primeiro mandato do ultradireitista Bolsonaro. Houve contingenciamento do Fundo Nacional de Cultura e demonização das políticas de incentivo à arte.

No dia 24 de abril de 2019, o governo federal anunciou medidas de mudanças na Lei Rouanet. De acordo com as normas publicadas no Diário Oficial, entre outras mudanças, houve uma diminuição dos investimentos máximos permitidos por protejo, o valor caiu de R$ 60 milhões para R$ 1 milhão (SAYURI, 2019). Uma semana antes de realizar tais mudanças, Bolsonaro, em uma transmissão ao vivo pelo Facebook, retratou a Lei Rouanet como "desgraça", acusando tal lei de incentivo à cultura apenas como uma maneira de admitir artistas alinhados à esquerda.

No entanto, de acordo com dados divulgados pelo MinC, a Economia Criativa da Cultura fomentada pela Lei Rouanet devolve à sociedade, em termos de impostos, negócios e empregos, cerca de 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, R$ 10,5 bilhões de impostos federais diretos, 1 milhão de empregos formais e 9,1% de taxa média anual de crescimento no período entre 2012 e 2016. De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), durante os 27 anos, os projetos da Rouanet injetaram R$ 49,78 bilhões na economia, produzindi um retorno de 59%., para cada R$1,00 investido era gerado R$1,59.

A classe artística também vem sofrendo com esses boatos. Em geral, os artistas mais visados são os que representam questões no contexto político, defendendo causas contrárias a de certos grupos e se colocando contra arbitrariedades e retrocessos. Aqueles que desafiam a ordem moral de costumes e tradições conservadores são difamados . Há promoção de uma espécie de criminalização dos artistas, uma propaganda depreciativa desses ofícios (TORRES, 2018). Além disso, a imagem e a fama de vários outros artistas são arbitrariamente relacionadas a determinados grupos políticos como forma de ganhar apoio e popularidade.

É importante ressaltar que esse desmonte à cultura faz parte da estratégia conservadora. Uma das potentes narrativas estabelecida por Steve Bannon é que, para conseguir mudar uma sociedade, é preciso primeiro destruí-la. Este conflito político não é apenas relativo a recursos materiais, a disputa pelos significados culturais também é peça poderosa para a conquista conservadora (ALEXANDER, 2018).

Seguindo os mesmo passos dos norte-americanos, o presidente Bolsonaro, em um encontro nos Estados Unidos com lideranças conservadoras, incluindo o próprio Bannon, afirmou que o sentido do seu governo é destruir políticas já estabelecidas na sociedade para assim poder implementar as práticas conservadoras no país (MENDONÇA, 2019). No evento, em Washington, o presidente proferiu o seguinte discurso: "O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa, para depois nós começarmos a fazer."

O movimento anti-cultural associado ao ecossistema de desinformação das notícias falsas atua para enfraquecer o papel reflexivo e revolucionário da cultura na sociedade. Ganhou força a ideia de que o MinC e as leis de fomento à cultura são apenas uma forma de comprar apoio político e sustentar artistas "vagabundos". Esses retrocessos históricos representam um perigo para o desenvolvimento econômico e social, afinal a cultura é um patrimônio imaterial importante para formação da identidade do país (BORGES, 2019).

É ainda pertinente explicar que as Fake News objetivam confundir e manipular os contextos. A cultura e a arte podem agir contrariamente a isso. As expressões artísticas podem refletir sobre os cenários sociais. Elemento essencial para a cultura, a arte muitas vezes está na vanguarda para a mudança da tradição e dos costumes. Importante para a atuação política, pode promover a afirmação de uma visão crítica (OLIVEIRA, 2011). Ao deslocar as percepções sobre a realidade, a arte pode ajudar a derrubar os muros simbólicos que impedem as mudanças sociais para a quebra de determinados status quo.

1.4 Questões norteadoras

Diante desta problemática, as falsas verdades constituídas pelas Fake News influenciam a construção de subjetividades e discursos que pautam as realidades políticas, econômicas e sociais na contemporaneidade. Tal distanciamento entre os fatos e a percepção da realidade tem consequências diretas. No intuito de compreender melhor a dinâmica do fenômeno das Fake News, neste trabalho pretendemos investigar mais profundamente a conjuntura e significação da produção de notícias falsas relativas às políticas culturais no Brasil, área constantemente atacada nesta guerra da (des)informação.

Para realizar o processo de análise em busca de desvelar significados, procurar porquês e segundos sentidos desenvolvidos dos discursos das Fake News relativas à políticas culturais brasileira, algumas perguntas se fazem necessárias:

- Quais discursos emergem através das Fake News?
- Como as Fake News atuam na construção do conhecimento?

1.5 Pergunta de pesquisa

A pergunta que guia esta pesquisa é: que discursos se revelam na produção e distribuição de Fake News sobre políticas culturais brasileiras?

1.6 Justificativas da pesquisa

As Fake News estão passando a representar um lugar significativo na construção, amplificação, divulgação e partilha de significado, exercendo uma função importante no estabelecimento de intersubjetividades acerca da realidade cotidiana (D'ANCONA, 2018). A cada dia, as notícias falsas se tornam referência para formação de discursos.

A desinformação afeta diretamente o direito democrático e a cidadania da população, pois influencia as decisões das pessoas, como agentes políticos. A distribuição de boatos torna o debate público rasteiro e isso é extremamente nocivo para democracias recentes, como a brasileira (OTTONICAR et al, 2019). Dessa forma, as produções culturais e artísticas brasileiras, mundialmente reconhecidas, podem atuar na contracorrente desse movimento (MOURA, 1988; VENTURA, 2012).

A magnitude da influência que as Fake News tem atingido nos últimos anos, movimentando uma verdadeira indústria da mentira, enseja oportunidades de investigação sob diversos prismas. Assim, a justificativa teórica da dissertação é colaborar com a investigação do fenômeno das Fake News, no intuito de compreender as constituições de saberes na elaboração e compartilhamento das notícias falsas, além de descobrir os discursos que emergem delas. O presente estudo pretende fazer contribuições ao esforço contínuo de várias áreas da ciência para reduzir os problemas da desinformação que afligem a sociedade.

Como justificativa prática, a pesquisa, ao analisar as Fake News relacionadas às produções e políticas culturais brasileiras sob o viés das relações de saber, poderá revelar como indivíduos e discursos são privilegiados em detrimento de outros. Ou seja, será possível apontar como determinados grupos estão ganhando reconhecimento e passando a ter controle sobre sistemas de linguagens essenciais para a construção das realidades sociais, políticas e econômicas da sociedade. Ao investigar as redes de poderes, tensões e conflitos em torno deste movimento, poderemos compreender melhor como determinadas políticas culturais e manifestações artísticas estão sendo suprimidas e esvaziadas de seus significados e potenciais críticos reflexivos ao serem atacadas por Fake News.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui apresentaremos aspectos da teoria foucaultiana de saber sob a ótica da construção de novos regimes de verdade na sociedade. Além disso, serão abordadas perspectivas sobre as Fake News, para posteriormente discutirmos questões sobre cultura, arte e suas relações com a política.

2.1 Saber e os regimes de verdades

O filósofo e pensador francês, Michel Foucault desempenha na atualidade uma importante influência nas múltiplas áreas das ciências humanas. Com obras que transitam pela filosofia, história, psicologia, medicina, estudos de gênero, crítica literária, direito, administração, dentre outras, Foucault marcou, e ainda marca, profundamente, nossa visão de mundo, nosso olhar com relação à loucura, ao poder, ao saber e aos modos de subjetivação (MACHADO, 2006).

A vasta produção intelectual deste autor pode ser dividida em três fases. A primeira tem como obra principal o livro Arqueologia do Saber (1969), que direciona a pesquisa sobre o saber. Já a segunda possui foco maior nos diversos aspectos do poder na sociedade e na vida do indivíduo, exemplificado principalmente por uma de suas obras seminais "Microfísica do Poder (1979)"; e por fim, a terceira fase da pesquisa de Foucault discute questões éticas. No entanto, é válido ressaltar que essa classificação tem um caráter didático, pois os estágios são marcados por investigações que se complementam (BORDIN, 2014).

Neste sentido, para a construção da dissertação, utilizaremos como base a primeira fase da trajetória literária deste pensador, no intuito de investigar a relação das construções dos saberes. Através desta lente teórica, será possível compreender como as Fake News, diante da ontologia da pós-verdade, irão constituir os discursos e regimes de verdade mediante os comportamentos sociais, as lutas e as relações de poder.

Inicialmente, é essencial compreender que, na problemática da verdade, Foucault recusa a ideia platônica de dois mundos: o sensível (o que nós vivemos) e o ideal (habitado por idéias e formas perfeitas). Este ideal, já pronto e anterior à existência humana, é inteligível e inclusive pode reger o que acontece aqui no nosso mundo imperfeito e grosseiro, o sensível. O homem habita os dois mundos e é o único ser capaz de sair do

nosso mundo sensível (a caverna) e chegar à luz do mundo inteligível (o fora-da-caverna) onde está a verdade.

A outra noção que Foucault rejeita, ao construir a crítica da verdade, é o entendimento de que a verdade que habita este mundo ideal é alcançada apenas pela racionalidade. E o homem moderno nesta perspectiva torna-se, em sua totalidade, um sujeito que é dono ou sede de uma consciência transcendente racional, ator de uma trajetória histórica predeterminada e que está à espera de ser plenamente realizada pela sua vontade e ação. Em um sentido contrário, a filosofia de Foucault não conta com a transcendência de um suposto sujeito desde sempre aí, capaz de atingir racional e progressivamente um estado de consciência total que lhe confira liberdade.

Para Foucault, a verdade é resultado de processos históricos, exposta às regras de aparecimento, organização e transformação ao nível do saber (EIZIRIK, 2006). Assim, o autor investiga a construção dos saberes – sejam eles científicos ou não – buscando estabelecer as condições de sua existência, e não de validade. Foucault rejeitava o objetivo fundamental da verdade última. Seu propósito era a problematização do conjunto das práticas que faz qualquer coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso, ou seja, trabalhava com o discurso científico e o saber do senso comum, aquele conhecimento que fazia parte do cotidiano (EIZIRIK, 2006).

Em vez de perguntar "isso é verdadeiro?", para Foucault é melhor perguntar "como isso se tornou verdadeiro?", "que efeitos tal verdade produz?", "quais nossas relações com essa verdade?", "poderemos alterar essa ou aquela verdade?". Ao realocar a verdade como construção do nosso mundo, é importante compreender de que maneiras, por quais caminhos, tudo aquilo que se considera verdade se tornou um dia verdadeiro.

Diante disto, podemos elucidar o conceito de saber. Para Foucault, o saber se trata de um conjunto coordenado de enunciados e funções de enunciação que expressam o que pode e o que não pode ser dito. Assim, o saber explica a realidade em que se encontra o sujeito, seu contexto e então as críticas do ser humano à sua realidade (FOUCAULT, 2014a). No livro, Arqueologia do Saber, Foucault define saber como:

> Aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2014a, p.220).

Ainda na perspectiva foucaultiana, o saber não se trataria de um conjunto de conhecimento, mas sim de uma coleção de elementos provenientes de uma relação entre o

visível e o enunciável. O visível é associado aos processos cristalizadores, que podem ser observados nas práticas sociais, costumes, hábitos culturais e nas instituições, enquanto o enunciável é correspondente ao resultado materializável, podendo ser um agente que reforça e/ou transforma essa materialidade (FOUCAULT, 2014a). Ou seja, no âmbito do discurso, o visível seria o sistema discursivo, espaço social moldado pelo discurso, e o enunciável é a prática, ação que proporciona a construção de tal estrutura. Esses dois aspectos são entrelaçados, afinal o enunciável configura o visível, que acaba por cristalizar os discursos.

É importante compreender que o discurso não é uma simples sequência de palavras, mas sim uma rede de pensamentos que são oriundos de relações de poder entre os indivíduos, defendendo e legitimando as ideologias. É um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço. O discurso é produto da sua época, do poder e saber de seu tempo (FOUCAULT, 2014a). O saber, ao ressoar as verdades que surgem, acaba sendo um jogo de poder.

Logo, para Foucault, existem relações de poder em todos os níveis de experiência humana. Por exemplo, entre um casal ou em uma família. Os indivíduos, como parte integrante da sociedade, são resultado de inúmeros processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes, que os capturam, dividem e classificam. Para o autor, não há poder como uma categoria fixa, o que existe são relações de poder como "formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente" (FOUCAULT, 2010, p.10).

A possibilidade de compreender uma concepção de poder fragmentado e difuso que extrapola a noção estrutural presente em um sistema político, permite analisá-lo no nível do cotidiano. Fundamental para essa transição foi a concepção de como esse poder, que não se circunscreve às instituições, mas perpassa-as, articula-se com uma série de saberes, visando maximizar o potencial produtivo e a docilização das pessoas (DREYFUS; RABINOW, 2011).

Nesse sentido, o pensamento foucaultiano possibilita investigar novas formas das relações de poder-saber situadas em instituições ou discursos específicos. Ao proporcionar o olhar a diversas disposições de poder-saber, a filosofia foucaultiana abre um campo para a noção da governamentalidade. Estes estudos permitem relacionar o poder dos governos e sob as condutas dos indivíduos, com a compreensão de racionalidades e regimes de verdade (BARATT, 2004).

O governo, neste sentido, cria uma série de dispositivos no intuito de diferenciar o legitimo do falso, estes jogos de verdade acabam por autenticar determinadas práticas e subjetividades, no intuito de criar sujeitos governáveis (FOUCAULT, 2014b). A produção de saberes alinhado ao poder, faz com que se governe de acordo com aquilo que seja considerado verdadeiro, ao mesmo tempo, que a arte de governar também atua como produtora de verdades.

Essa concepção de poder implica efeitos múltiplos na sociedade e, inclusive, é atuante na constituição de saberes. Foucault analisa o poder não apenas de um modo negativo, mas procura investigar outros aspectos, acrescentando inclusive uma concepção positiva, como afirma em seu livro "Vigiar e Punir":

> É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', ele 'reprime' ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1987, p. 161)

Saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não pressuponha e não constitua relações de poder. Assim, as relações de saber são constantemente atravessadas por relações de poder múltiplas e plurais de sentidos, e nelas encontram um enunciável e um visível. Com um reforço mútuo, os dois lados desse processo, poder e saber, entrecruzam-se no sujeito, seu produto concreto. Foucault subverte a ideia de que só há saber na ausência de relações de poder, ao contrário, ele considera que o poder produz saber.

> Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de "poder-saber" não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1987, p.30) .

Ainda seguindo a mesma lógica de pensamento, Foucault estabelece a noção de episteme como um conjunto de enunciados ou de discursos baseados em um certo instrumento conceitual que estrutura a linguagem, o pensamento e proporciona o sentido de que as palavras correspondem às coisas. Inclusive, neste livro "As palavras e as coisas",

Foucault aponta os limites de qualquer antropologia baseada na unidade e universalidade de uma suposta natureza humana. Para o autor, na perspectiva arqueológica, a imagem do homem é uma criação moderna ambígua que pode mudar e inclusive desaparecer. Da mesma maneira que é caracterizado por uma origem, é marcado também por uma finitude. A instabilidade do homem, como objeto das ciências humanas e sujeito das filosofias, manifesta o campo oscilante e não fixo no qual estas se constroem (CANDIOTTO, 2009).

Assim, para Foucault, a verdade tem um caráter não fixo e transcendente, constituída historicamente mediante práticas: discursivas - estabelecem jogos de regras -; sociais - legitimam estratégias de poder; e de si - tratam de processos de subjetivação (CANDIOTTO, 2006). Dessa forma, o autor investigava as regras de veridição no intuito de revelar os mecanismos, os procedimentos, as estratégias e as táticas de poder que atuavam na produção de discursos qualificados como verdadeiros (FOUCAULT, 2014a).

Na episteme da pós-verdade, as Fake News estão afastando a percepção de realidade dos fatos, gerando um distanciamento da relação representativa entre as palavras e as coisas. O ataque às informações factuais passa a fazer parte do jogo de poder na construção de saberes e conhecimento. Neste sentido, é preciso problematizar e buscar constantemente as redes de poderes envolvidas na produção dessas verdades, já que estas são inseparáveis dos saberes que as instituíram. Ou seja, conhecer essas formas de produção e distribuição das Fake News revela os jogos de poder que estão envolvidos na imposição dos significados e poderá nos ajudar a desconstruir as "verdades" derivadas das informações distorcidas.

2.2 Ecossistema da desinformação

O desenvolvimento de revolucionários mecanismos digitais de comunicação em rede fomentou novas formas de sociabilidade na pós-modernidade. Tal crescimento tecnológico somado à globalização resulta numa multiculturalidade, que produziu uma recente estrutura social, formada por pessoas e organizações de diversos setores norteados por interações, contribuições, troca de saberes no recém "universo virtual" (TEIXEIRA; SILVA, 2013).

Nesse cenário de virtualidade, as redes sociais têm se tornado o local de propagação de um dos principais produtos da era da pós-verdade: as Fake News, caracterizadas pela distribuição de dados fictícios e boatos através dos meios de comunicação tradicionais (jornal, televisão, rádio, telefone), ou via web, por meio das mídias sociais (BARCLAY,

2018). É importante reafirmar na discussão, que, apesar dos debates recentes sobre o assunto, esse não é um problema novo, só foi amplificado com tudo que é postado nas redes sociais.

Como foi mostrado no início do estudo, as falsas notícias têm papel fundamental na história da desinformação. Conforme Darnton (2017), na Idade Média, as Fake News já faziam sucesso na cobertura midiática. O escritor Pietro Aretino tentou alterar a eleição pontifícia de 1522, escrevendo sonetos perversos sobre os demais candidatos (menos o preferido de seus patronos Medici).

Já em outubro de 1938, Orson Welles produziu um dos mais famosos programas de rádio de que se tem notícia até hoje: a dramatização de A guerra dos mundos, uma obra de ficção científica. A seleção não foi casual, já que todos ainda tinham fresco na memória a tragédia do Hindenburg, o dirigível alemão que havia explodido em New Jersey no ano anterior. Os moradores da cidade receavam uma invasão alemã e uma possível guerra mundial. Quando o programa de Orson Wells foi transmitido, o aviso de que se tratava de uma obra de ficção foi propositalmente curto. O resultado, como vários jornais relataram, foi pânico em várias partes dos Estados Unidos (SCHWARTZ, 2017).

Ao analisar os casos mais recentes, a preocupação com as Fake News se intensificou também no meio político. Nas eleições norte-americanas de 2016, informações falsas sobre a candidata democrata, Hillary Clinton, repercutiram nas redes sociais e influenciaram na votação presidencial. As notícias fictícias que mais repercutiram foram “Wikileaks confirma que Clinton vendeu armas para o Estado Islâmico” e “Papa Francisco choca o mundo e apoia Donald Trump” (SILVERMAN, 2016).

Uma das características fundamentais das falsas verdades é que esses conteúdos são normalmente apelativos emocionalmente ou reforçam crenças e, por isso, são bastante compartilhadas e comentadas antes mesmo que os usuários confiram as fontes. Segundo, Allcott e Gentzkow (2017), as Fake News também podem ser entendidas como informações distorcidas não correlacionadas com a verdade. Ou seja, são matérias com dados parciais falsos e verídicos que utilizam opiniões alheias e que em geral não têm fonte determinada. São os chamados boatos, mas que obtiveram uma maquiagem de confiabilidade nas novas mídias, passando-se por conhecimento noticioso de credibilidade.

O ecossistema das Fake News é marcado por uma dinâmica complexa e orientada para a manipulação, por isso é preciso compreender a forma como são disseminadas, os diferentes de conteúdos que estão sendo criados e compartilhados, as motivações e intenções dos criadores (WARDLE, 2017). Por exemplo, nem todos que compartilham

conteúdo fictício tem má intenção. De acordo com pesquisa realizada pelo First Draft, instituto ligado à Universidade de Harvard, é importante diferenciar *desinformation* (informação maliciosa criada e compartilhada deliberadamente para se atingir um objetivo) e *misinformation* (um compartilhamento impensado de informações falsas).

Ainda com o propósito de ampliar a noção sobre este tema, a autora Claire Wardle (2017), classificou 7 tipos de Fake News: **1) Sátira ou paródia** – não quer necessariamente causar o mal, mas tem potencial de enganar o leitor; **2) Falsa conexão** – títulos, recursos visuais e legendas presentes no texto não condizem com o conteúdo apresentado; **3) Falso contexto** – quando o conteúdo é verdadeiro, porém é compartilhado em um falso contexto; **4) Conteúdo impostor** – apresenta fontes legítimas, nome de pessoas ou marcas, mas com afirmações falsas; **5) Conteúdo enganoso** – uso enganoso de informações para difamar outro conteúdo ou pessoa; **6) Conteúdo manipulado** – o conteúdo ou imagem são manipulados para enganar o público; **7) Conteúdo fabricado** – o novo conteúdo é 100% falso, produzido para espalhar um boato e causar algum mal.

Ou seja, apesar de Fake News ser equivalente a notícias falsas, vão muito além disso: também são memes, correntes de Whatsapp, comentários, fotos tiradas de contexto e atribuídas a outros episódios, o que importa é que sejam conteúdos de fácil circulação. Elas atuam na verossimilhança. Reflexos da desinformação, as notícias falsas envolvem muitos fatores além das redes sociais e da internet, como a precarização do trabalho dos jornalistas, a questão da busca por audiência, além da disputa pelo poder, seja nacionalmente pelos partidos, seja mundialmente, como o caso da Rússia, interferindo nas eleições presidenciais dos EUA (PETERS, 2017).

A teoria da exposição seletiva dos pesquisadores Manjoo e Porter (2008) pode auxiliar na reflexão acerca do alcance e crescimento da desinformação. De acordo com os autores, a mente humana tende a escolher referências que estão associadas às suas crenças, atitudes e comportamentos, e rejeita o que é contraditório. No ambiente das mídias sociais, com conhecimentos e escolhas infinitas, as pessoas procuram criar seu próprio cenário de mídia pessoal em busca de informações – textos, áudios, vídeos – que confirmem o que sentem. Dan Sperber e Daiedre Wilson (2005) também contribuem para o entendimento desse fenômeno com a teoria de relevância. De acordo com os autores, um fato será mais relevante para as pessoas se for facilmente compreendido e reforçar valores e crenças pessoais.

De acordo com o estudo, *The spread of true and false news online*, as notícias fictícias se espalham 70% mais rápido que as legítimas e atingem muito mais pessoas. Ao

contrário do que normalmente é difundido, os bots (aplicativos/robôs que se comportam como humanos) não são os principais responsáveis por espalhar as Fake News. Quem desempenha tal papel é o cidadão comum. Os autores creem que isso ocorre pela natureza do conteúdo, que, especialmente por não possuir compromisso com a verdade, pode ser tão "emocionante" quanto uma obra ficcional. As histórias falsas inspiram sentimentos como medo, nojo e surpresa. De outra forma, as verdadeiras apresentam mais comentários com conteúdo expressando tristeza, alegria ou confiança. A novidade atrai o interesse humano para atualizar nossa compreensão do mundo. Quando a informação é atual, não é só surpreendente, porém mais valiosa, no sentido de que aquele que a possui ganha status social (VOSOUGHI; ARAL, 2018).

Esses sistemas de desinformação e manipulação de dados se baseiam em tecnologia de transmissão, na qual a partir de um usuário ou grupo, uma rede de compartilhamentos é ativada, é a famosa técnica de "um para muitos". Entretanto, a mineração de dados privados nas redes sociais permite que "átomos" de difusão sejam especificamente direcionados a usuários com maior probabilidade de aceitar e compartilhar uma história específica. Assim, a "bola de neve" da desinformação vai aumentando. Quando eles compartilham inadvertidamente um artigo, imagem, vídeo ou *meme* enganoso ou fabricado, os amigos ou seguidores tendem a acreditar na mensagem, pois confiam na pessoa que publicou originalmente. Esses 'átomos' então disparam pelo ecossistema de informações em alta velocidade, alimentados por redes confiáveis (WARDLE, 2017).

A adoção de medidas, como parcerias entre veículos tradicionais e agências de checagem de fatos, é essencial para conter a capacidade de viralização das falsas verdades na internet. Mas, ainda assim, comparado às engrenagens da desinformação, é uma luta desigual porque depois da notícia checada, existe mais uma série de Fake News no ar. A tarefa de despersuadir pode desencadear um efeito de contra-ataque onde as pessoas mantêm as opiniões erradas com mais tenacidade, quando confrontadas com dados. A checagem de fatos é um trabalho pra dizer que a pessoa está errada (FONSECA et al; 2018).

Para tentar lidar com os efeitos da indústria de desinformação é necessário pensar um conjunto de medidas sob diferentes aspectos. Uma educação que estimule a leitura crítica, no intuito de ensinar as pessoas a identificar notícias falsas, o fomento ao jornalismo profissional, a checagem de fatos e a adoção de normas de transparência sobre a monetização de publicidades nas plataformas sociais são ações importantes para o combate

Fake News. No entanto, esse caminho de luta tem se mostrado longo e complexo, e por isso é essencial ampliar as investigações sobre as formas e padrões de organização dessa guerra.

Portanto, para entender a importância e consequências das notícias falsas, é necessário compreender que a mídia influencia a ação humana, de forma que os meios de comunicação de massa ecoam nos discursos, têm impacto na formação de agenda, fazem as vozes de fórum de discussão políticas (CAMPOS, 2009). Segundo Roso e Guareschi (2007), os meios de comunicação constituem e transformam a realidade, a rotina e o ambiente sociocultural em que vivemos. Neste sentido, as Fake News como parte atuante da mídia (apesar de não possuírem confiabilidade noticiosa) têm o poder de projetar novas formas representações sociais, saberes, conhecimentos e verdades.

2.3 Cultura, arte e política

Inicialmente, é preciso frisar que definir e delimitar o campo de cultura e arte é uma tarefa complexa, pois seus estudos caracterizam-se como uma área heterogênea. Nos limites de se estabelecer uma definição para os conceitos de arte e cultura, optamos por uma abordagem compreensiva dos mesmos, acompanhando os seus desenvolvimentos teóricos e práticos, descrevendo e refletindo sobre as interações entre esses conceitos com a política.

Para o presente estudo, é importante entender que, produtos do Iluminismo do século XVIII, os primeiros conceitos etnológicos de cultura abarcavam um complexo conjunto de símbolos, signos, mecanismo de controle, relações, concepções, ideologias, saberes, expressões e comportamentos construídos pela humanidade. Compreendia o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes, e outras habilidades adquiridas pelo ser humano na sociedade. Em outras palavras, tal visão antropológica da cultura que englobava toda produção humana era sinônimo de tudo (COELHO, 2016).

No entanto, com o desenvolvimento do campo dos Estudos Culturais percebeu-se que, apesar de se configurar como uma área complexa e heterogênea, a cultura não deveria ser encarada como tudo ou qualquer coisa. Trata-se de um campo que engloba um conjunto bastante disperso de concepções teóricas e políticas, as quais, não importa quão diferentes possam ser sob outros aspectos, compartilham um empenho de investigar práxis culturais do enfoque de sua compreensão (VEIGA-NETO, 2000).

Nesse sentido, a trajetória dos Estudos Culturais se caracteriza como um campo no qual as fronteiras de seus conceitos e referências se cruzam constantemente. Marcada por

influências que vão desde orientações marxistas, passando pelos estudos críticos da Escola de Frankfurt, depois por uma abordagem mais estruturalista da semiótica, e também por um diálogo com a teoria francesa (PRYSTHON, 2003).

A associação deste campo com as questões trazidas especialmente pelos pensadores franceses como Foucault, Deleuze, Derrida foi essencial para repensar a cultura indissoluvelmente permeada pelas relações de poder (PRYSTHON, 2003). Deriva dessas relações de poder a significação do que é relevante culturalmente para cada grupo. Isso significa, então, uma desnaturalização da cultura (VEIGA-NETO, 2000). Ou seja, ao afirmar que o ser humano é uma espécie cultural, é importante compreender que a cultura e a dinâmica de significá-la é um artefato social subordinado a tensões e conflitos de poder.

Diante deste prisma complexo das relações de poder do campo cultural, a arte revela aspectos significativos nas possibilidades transformadoras e no potencial de problematização de contextos sociais. Ao deslocar as subjetividades humanas do cotidiano repetitivo a partir da revelação de uma realidade nova, a arte possibilita o conhecimento das contradições da realidade, recuperando uma sensibilidade muitas vezes perdida em meio ao cotidiano (NOHARA; FIREMAN, 2016).

Mesmo sem a pretensão de discorrer sobre a história da arte neste roteiro teórico, é importante tecer algumas linhas conceituais, inclusive sob a perspectiva Foucaultiana. Assim podemos compreender como a arte e destacadamente seu papel político vêm mudando ao longo dos tempos. A história da arte, assim como a cultura, acompanha a história da humanidade, desde suas origens. Pode-se dizer que a necessidade humana de fazer arte está relacionada à vontade de transcendência, ao próprio desenvolvimento da "humanização" e ao movimento civilizatório, no qual as pessoas incorporam regras que permitem e justificam o convívio social (BENJAMIN, 2012).

Para Lipovetsky e Serroy (2015), inicialmente nos primórdios das sociedades e em parte da idade antiga, as artes não eram produzidas com uma finalidade estética, mas com um propósito principalmente de ritual. Eram utilizadas para marcar ritos de passagem e acontecimentos significativos como: nascimento, morte, casamentos, guerra, caça, entre outros. A arte tinha funções de conceder poderes, curar doenças, influenciar o clima, combater espíritos, etc.

Ainda na Idade Antiga, inicia-se o processo da arte representativa. Na sociedade grega, passando pela Idade Média até o século XVIII, as artes assumem valores estéticos. Influenciada pela época aristocrática, as artes e os valores estéticos adquiriram uma importância social, ainda atrelada às óticas do culto, mas agora com uma perspectiva de

reverenciar a beleza e o prestígio das grandes obras, pinturas e esculturas (BENJAMIN, 2012).

Com o advento da modernidade, no ocidente, a arte envolvida em um ambiente mais complexo começa a ser modificada no intuito de emancipar-se da magia, ritos, da religião e da aristocracia. No período do Renascimento, no qual a burguesia se desenvolve e assume poder, há um processo de modificações nas concepções culturais da sociedade europeia. Além disso, o capitalismo se estabelece como modo de produção, fazendo com que os valores culturais burgueses sejam mais dominantes. A forma econômica capitalista transforma a produção em escala industrial e a relação entre arte e sociedade nesse contexto se torna diferenciada. A cultura e seus elementos essenciais passam ao domínio do desejo de consumo, ganham aspectos de transitoriedade e efemeridade, e fazem parte do sistema econômico que as reproduzem em grande número. As manifestações artísticas, a diversão e o lazer tornam-se acessíveis às massas (HORKHEIMER; ADORNO, 2007; MARCUSE, 2001)[1].

Dessa forma, na indústria cultural, a arte enfraqueceu sua vinculação dialética com a sociedade, pois se encontraria relacionada com a concepção cotidiana e banal. O avanço dos processos de reprodutibilidade transforma a arte num objeto mercantil, a unicidade e sentido de uso perde espaço para o valor de troca. Guiada pelo anseio da compra, a arte assume então função do âmbito da instrumentalidade. A arte, caracterizada como mercadoria, entra no processo de fetichização. A produção artística, portanto, se esvaziaria de racionalidade substantiva para se submeter à instrumentalidade (BENJAMIN, 2012; HORKHEIMER; ADORNO, 2007)[2].

No entanto, apesar das mudanças históricas relacionadas à cultura e à arte, outros fluxos de significação emergiram (e/ou foram resgatados): a arte utilitária, a arte comercial, a sacralização da arte, a arte pela arte, e inclusive a arte revolucionária vieram à tona neste processo. Desta forma, os movimentos de vanguarda foram importantes para repensar a arte e inclusive trazer aspectos relacionados à política a serviço de uma nova sociedade. Esta conexão entre arte e política ganhou visibilidade através do movimento Internacional Situacionista, que se difundia como uma "frente revolucionária da cultura" e cuja integração da arte com a política consistiu em um de seus fundamentos (BADERNA, 2002).

---

[1] A despeito da diferença epistemológica (visto que alguns desses autores seguem uma linha marxista) a função de citá-los neste capítulo é apenas contextualizar o movimento de transformações que as concepções de arte sofreram ao longo da história.

[2] Idem

Diante desses percursos e movimentos históricos da arte, Foucault, em seu amplo legado de pesquisa, estabeleceu diálogo com muitos pintores e autores literários e também se dedicou a investigar, analisar e pensar sobre as artes. Apesar de não haver uma sistematização sobre esse assunto, houve esforço na recuperação das apresentações, cursos e escritos do autor sobre cinema, música, literatura, pintura, teatro e fotografia (SANTOS, 2014).

Ao longo dessas reflexões, Foucault aproximou a arte da filosofia, situando-a na função de incessante questionadora. A arte e suas criações abriam espaço para pensar o novo, ir além das concepções já instituídas (MACHADO, 2001). A arte deveria ser disseminada para proporcionar, além do prazer, reflexões sobre problemas da realidade, que se confrontam no nosso cotidiano, ensejando inquietações e lutas.

Gerando debate sobre criação, originalidade e transgressões, o que inclusive influenciou muitos artistas, a arte pode se propor a ter um impacto relevante na sociedade (FOUCAULT; MOTTA, 2009). Presente nas disputas de poder, os objetos de arte podem apresentar um conteúdo potencialmente político e crítico que é reconhecido de forma imediata e evidente (RANCIÈRE, 2010). O surgimento de novas práticas artísticas propicia uma transformação social.

A arte significa e compartilha a política, pois ela dispõe de uma autonomia que possibilita o surgimento de formas de expressão, linguagens e de representações diferentes, mas igualmente válidas, para além daquelas que são legitimamente manifestadas pela política. Por conseguinte, o potencial da arte reside na sua capacidade em problematizar e em antecipar as transformações sociais (OLIVEIRA, 2011).

A arte contribui para a produção de discursos porque há em seus objetos, um significado social e político. Em um movimento de dissensos e descontinuidades, a arte possibilita que novos conceitos, povos, direitos se tornem visíveis, dizíveis e possam ser partilhados dentro de um mesmo campo do sensível. Mas esse processo é mediado por conflitos e tensões, afinal a cultura faz parte do próprio processo de significar a espécie humana, e a arte torna-se um artefato social submetido a permanentes relações de poder (FISCHER, 2015).

Com suas reflexões, Foucault também nos oferece um novo olhar filosófico e metodológico sobre as artes, ao analisar as pinturas e a literaturas - áreas evidenciadas nos seus escritos - como estéticas que além de representar uma episteme, também criam imagem, produzem verdades, subjetivações e práticas sociais (FOUCAULT; MOTTA, 2009). Ele procura investigar as conexões entre o âmbito textual, a esfera visual, os padrões

sociais, políticos e institucionais através da arte. Dessa forma, a arte exerce a função política de pensar sobre a constituição histórica da própria humanidade, refletir o lugar que ocupamos no mundo.

Portanto, a arte e a cultua podem assumir diversas funções na sociedade: estética, esclarecedora, questionadora, politizada. Nesse sentido, imbricada indissoluvelmente com relações de poder e saber, a cultura e suas manifestações artísticas não se encontram soltas no mundo, mas sim ligadas e validadas por enunciados, numa série discursiva que institui um regime de verdade (MEDEIROS, 2012).

2.3.1 O ataque à cultura brasileira: do autoritarismo às Fake News

A cultura pode ser atacada de várias formas, uma delas é através das políticas que fomentam o exercício e promovem a valorização das manifestações culturais nacionais. Logo, é importante analisar a conjuntura histórica das políticas culturais brasileiras para entender os contextos desses ataques. Além disso, é importante entender que não existe um conceito concreto de "cultura" brasileira, existem trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais. As classes ou grupos sociais hegemônicos é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais "a cultura" (ALBUQUERQUE, 2007).

Nesse sentido, a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro é caracterizada por movimentos e práticas como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios (RUBIM, 2007). Inicialmente, não se pode pensar a inauguração das políticas culturais nacionais no Segundo Império, muito menos no Brasil Colônia ou mesmo na chamada República Velha (1889–1930), até então, o que se verificava eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados. A institucionalização da política cultural é uma característica que se inaugurou a elaboração de políticas para o setor, mas ainda com um caráter perene (CALABRE, 2007).

Os anos 30 do século XX trazem alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A República Velha encontra-se em ruína. As classes médias e o proletariado aparecem na cena política. Neste contexto de mudança societária, dois experimentos, praticamente simultâneos (RUBIM, 2007). A primeira se deu no âmbito municipal, quando Mário de Andrade assumiu o recém-criado Departamento de Cultura e Recreação da cidade

de São Paulo, no ano de 1935. Essa iniciativa inaugurou uma tendência das políticas culturais, que se estende à atualidade, qual seja: seu interesse de institucionalização. A segunda, no plano nacional, correspondeu à criação do Ministério da Educação e da Saúde, por Getúlio Vargas, sobretudo a partir de 1934, quando Gustavo Capanema assumiu o setor (CALABRE, 2009).

A política cultural nesta época valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. Com a implantação da ditadura do Estado Novo, o estado nacional começou a realizar uma série de intervenções na área da cultura, maçadas por uma atuação "negativa" – opressão, repressão e censura próprias de qualquer ditadura (BARBALHO, 2007). Apesar das atividades "afirmativas", através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura, a gestão inauguradora de Vargas/ Capanema cria uma outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais (BARBALHO, 2007).

O momento posterior, marcado pela ditadura militar, reafirmada pela triste tradição. Mesmo com a instalação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953; a expansão das universidades públicas nacionais; a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), a preocupante tradição retorna e, mais uma vez, o autoritarismo e as políticas culturais vão estar associados. Novamente uma ditadura no Brasil aciona ativamente as políticas culturais (FERNANDES, 2013).

Tal período foi marcado por violência, prisões, tortura, assassinatos e censura sistemática bloqueando toda a dinâmica cultural anterior de resistência. No entanto, a ditadura também age estimulando o controle da dinâmica de cultura midiatizada (NAPOLITANO, 2011). Com este objetivo, a instalação da infraestrutura de telecomunicações; a criação de empresas como a Telebrás e a Embratel e a implantação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de "segurança nacional" (NAPOLITANO, 2011).

O fim da ditadura praticamente torna inevitável a criação do Ministério da Cultura, que é marcada por instabilidades e ambiguidades (RUBIM, 2007). No governo Sarney, em 1986, foi criada a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura: a chamada Lei Sarney. No governo seguinte, a Lei Sarney foi extinta, mas deu origem à outra

lei de incentivo, a Lei Rouanet, nomeada em homenagem ao segundo Secretário da Cultura do governo Collor (RUBIM, 2007).

A lógica das leis de incentivo torna-se componente vital do financiamento à cultura no Brasil. Esta nova lógica de financiamento – que privilegia o mercado, ainda que utilizando quase sempre dinheiro público – se expandiu para estados e municípios e para outras leis nacionais. A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, fez com que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo (MENEZES, 2016).

No governo Lula, juntamente com o ministro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura deu passos significativos no sentido de restituir um papel ativo ao Estado no campo cultural. Gilberto Gil trabalhou para expandir o conceito de cultura (RUBIM, 2007). Em consequência, o público privilegiado foi a sociedade brasileira. Mas os desafios para a produção e políticas culturais no Brasil ainda continuavam: complicadas tradições, relações históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura; fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos poucos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do Ministério em determinadas áreas culturais e regiões do país; concentração dos recursos utilizados; incapacidade de elaboração de políticas culturais em momentos democráticos (RUBIM, 2007).

Atualmente, as produções e políticas culturais vêm sendo negligenciadas mais uma vez por parte de ações do Estado. No entanto, há mais um elemento que ataca o desenvolvimento de uma cultura no país: as Fake News. Várias notícias falsas relacionadas à Lei Rouanet estão sendo divulgadas. A classe artística também sofre com essas difamações e com uma propaganda depreciativa dos seus ofícios.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é de natureza qualitativa, com uma orientação epistemológica pós-estruturalista. Nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos que serão adotados para o alcance dos objetivos da pesquisa. Primeiro, tratamos dos processos investigativos utilizados para operacionalizar a Teoria do Discurso Foucaultiana, da qual iremos identificar as categorias analíticas. Em seguida, apontamos para a maneira como o arquivo será construído. E por último, como se dará o processo de análise dos dados.

3.1 Método e Processos investigativos

Para aplicar procedimentos metodológicos no âmbito do pensamento de Michel Foucault, é importante discutir alguns dos aspectos e pressupostos da sua trajetória filosófica (MACHADO, 1981). O autor desenvolveu sua análise na compreensão de diversos fenômenos, mas epistemologicamente, sua vasta produção é geralmente classificada em dois ciclos: a arqueologia, que investiga as circunstâncias em que os saberes se estabelecem, através das práticas discursivas; e a genealogia, voltada para o estudo das relações de poder (DREYFUS; RABINOW, 2011).

De acordo com Roberto Machado (1981), a trajetória arqueológica de Foucault se desenvolve num *continuum* das obras "História da Loucura", "Nascimento da Clínica", "As Palavras e as Coisas" para ser delineada como um método de investigação no livro "Arqueologia do Saber". Esta obra tem como objetivo especificar um método de investigação que visa entender a ordem interna que constitui um determinado saber. Muitas vezes, para determinar um saber, a análise arqueológica tem que transitar por diferentes formulações conceituais, pertencentes a diferentes saberes.

Dessa forma, o interesse de Foucault centra-se no discurso real, pronunciado e existente como materialidade. A teia de saberes e relações de poder é uma construção histórica. Ou seja, tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem transforma-se em estatuto de acontecimento e assim participa da constituição histórica de determinada época e lugar. Nesta lógica, o que foi dito instaura uma realidade discursiva; e sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem, a Arqueologia é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência, afinal os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles (GIACOMONI, 2010).

O atual estudo, então, tem o objetivo de fazer análise de discurso para investigar as possibilidades das Fake News na ontologia da pós-verdade. Para isso, vamos acessar um conjunto de dados que revelam primordialmente práticas discursivas e utilizaremos o método sistematizado por Foucault em Arqueologia do Saber, que consiste em uma análise de discurso formulada pelo filósofo.

A definição de todo o método é baseado na definição dos principais objetos: o discurso, o enunciado e o saber. O procedimento analítico investiga as pertinências entre relações e séries de enunciados que se interconectam na construção dos discursos (THIRY-CHERQUES, 2010). Utilizaremos a Análise de Discurso Foucaultiana (ADF) para investigar um objeto que se apresenta em uma problemática do poder-saber.

E por último, mas não menos importante, é válido ressaltar a inovação na forma de observar e pesquisar do autor. A influência do pós-estruturalismo o afastou da tradição do unitarismo epistemológico, metodológico e teórico advindo das Ciências modernas.

Para Foucault, o método não é uma trajetória segura, como afirmava Descartes. Evitando as exigências impostas pelos rigores conceituais dos princípios cartesiano, sua concepção de método se aproxima mais da ideia de "uma atividade", uma "maneira de entender", um "modo de ver as coisas", remete à noção de *techné* (VEIGA-NETO,2009) Ou seja, método e processo investigativo se entrelaçam e são interdependentes.

3.2 A construção do *Arquivo* de pesquisa

Tendo em vista que nosso estudo se apoia no método foucaultiano, a coleta de dados visa a construção de um *arquivo*. Diferentemente da concepção de *corpus* que se relaciona à coleção de dados selecionados pelo investigador conforme seus propósitos de pesquisa (BAUER; AARTS, 2002), o *arquivo* é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados, é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares (FOUCAULT, 2008).

Na construção do *arquivo* de pesquisa, estabelecemos como ponto de partida as notícias falsas divulgadas no período a partir de 2016, quando Michel Temer assume a presidência do país a partir de um golpe, a metade (julho) do ano de 2019. Como já comentado no capítulo um, em 2016, começaram os ataques à comunicação pública com a exoneração do presidente da EBC, Ricardo Melo. Neste momento, um dos tripés da comunicação sofreu abalos, criando terreno fértil para o fenômeno comunicativo das notícias falsas. No mesmo ano, a temática das Fake News ganhou destaque no resto do

mundo com a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia e a eleição de Donald Trump.

O próximo passo foi a coleta de notícias falsas sobre produções, manifestações, políticas culturais e artistas. Mesmo não tendo uma confiabilidade noticiosa, as informações fabricadas - como parte da mídia - também tratam-se de um campo no qual dispositivos operam, permitindo conhecer uma pluralidade de discursos (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Dessa forma, na era da pós-verdade, as Fake News estão inevitavelmente atrelada aos regimes de verdade, executando um importante papel nos jogos de poder-saber.

No objetivo de conservar a unidade dos dados, escolhemos acessar os registros a partir de três veículos jornalísticos especializados em fact-checking no Brasil, a Agência Lupa e os sites Aos Fatos e Boatos.org. As duas primeiras estão associadas a International Fact-Checking Network (IFCN), a rede mundial de checadores de fatos. Criada em 2015, a Lupa faz checagem de informações sobre política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais (LUPA, 2019). Os repórteres e editores do site Aos Fatos também fazem verificação de declarações, boatos, memes e imagens, desde 2015. Inclusive, através do jornalismo investigativo, eles já descobriram redes de disparo de Fake news e sites que usam o nome e símbolos de veículos reais para publicar conteúdo falso (AOS FATOS, 2019). Já o terceiro veículo escolhido, o site Boatos.org, tem um teor mais informal, no entanto, é um importante projeto desenvolvidos por um grupo de jornalistas com o intuito de investigar a veracidade das notícias que circulam na internet, desde 2013 (BOATOS, 2016). Abaixo, está o quadro da data, fonte e número de Fake News coletadas.

Tabela 1 – Documentos coletados por período e fonte

	2016	2017	2018	2019	**Total**
Agência Lupa	0	05	30	30	**65**
Aos Fatos	01	0	13	20	**34**
Boatos.org	61	61	77	40	**239**
Total	**62**	**66**	**120**	**90**	**338**

Fonte: elaboração da autora.

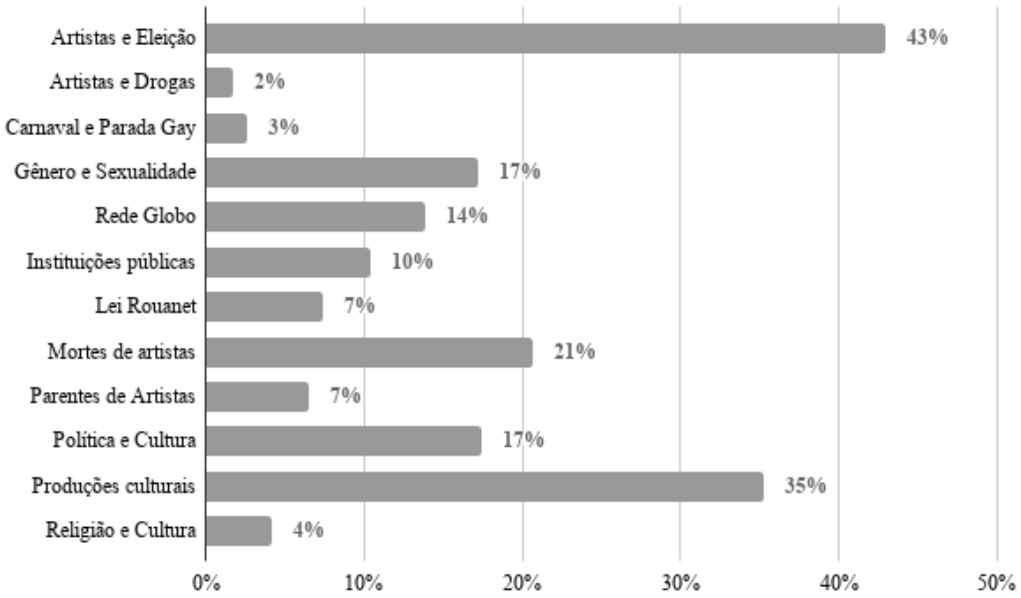
Como a coleta dos dados vieram através dessas agências de *fact-checking*, é importante compreender (mesmo que de forma sucinta) o contexto histórico e importância desses meios jornalísticos. Responsáveis pelo trabalho contínuo de apuração dos fatos, a

checagem de dados (assim como os boatos) é um processo antigo no campo da comunicação. Mas, através de verificações de declarações realizadas por personalidades públicas, o *fact-checking*, em meados dos anos 2000, começou a ganhar visibilidade (MONNERAT, 2007).

No Brasil, estas agências de checagem começaram a surgir a partir de 2010. Com o compromisso de transparência, apartidarismo, o funcionamento delas é mantido por doações de apoiadores (campanhas de *crowdfounding*) e também pelas vendas das matérias a outros veículos (a exemplo, o caso da Lupa). Mesmo com dificuldades de atrair um público maior e que consuma esses conteúdos voluntariamente, os projetos de checagem de fatos são essenciais para garantia da credibilidade de informações nos discursos públicos e democracias (SPINELLI; SANTOS, 2018).

Diante disto, a partir da coleta dos Fake News, foi possível fazer uma análise prévia para saber os assuntos aos quais estas notícias se referiam. Os conteúdos foram categorizados e contabilizado em uma tabela. A fim de reconhecer melhor o arquivo de pesquisa foi construído o Gráfico 1, abaixo, apenas para uma melhor visualização da variedade temática do arquivo. Notícias que abordavam mais de um assunto foram enquadradas em mais de uma categoria.

Gráfico 1 – Categorização das notícias falsas por assunto



Fonte: elaboração da autora.

Como podemos perceber através do gráfico, o tema da cultura caracteriza-se como um objeto de pesquisa que abarca uma amplitude de assuntos. Neste sentido, com as limitações de tempo que um mestrado impõe e no intuito de delinear mais o nosso objeto de

pesquisa, foram escolhidas três categorias dentre estas. Planejando estabelecer relação com a área de conhecimento da comunicação pública[3], as Fake News escolhidas para serem estudadas neste presente trabalho foram as que envolviam os assuntos: Lei Rouanet, Instituições Públicas e Política e Cultura. A partir desta apuração, as notícias selecionadas estão apresentadas juntamente com a fonte e data na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 – Documentos analisados por período e fonte

	2016	2017	2018	2019*	**Total**
Agência Lupa	0	03	10	13	**26**
Aos Fatos	01	0	02	03	**06**
Boatos.org	38	12	11	03	**64**
Total	**39**	**15**	**23**	**19**	**96**

Fonte: elaboração da autora.

Para contextualizar a construção do arquivo, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a história das políticas culturais brasileiras. Além disso, com o objetivo de compreender alguns marcos, tensões, conflitos e descontinuidades importantes, a autora pesquisou notícias em meios de comunicação virtuais sobre os principais acontecimentos envolvendo as temáticas da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura, do desmonte da comunicação pública na EBC e também sobre as próprias Fake News.

O software Google Trends auxiliou no processo de pesquisa desses marcos importantes. Disponibilizada pelo Google, a ferramenta permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ou tópico ao longo do tempo. Ao pesquisar por uma palavra, é apresentado um gráfico em que o eixo horizontal representa o tempo; e o vertical, o volume de buscas. Dessa forma, procuramos alguns termos-chaves relacionados ao nosso objeto de pesquisa, como Lei Rouanet, Ministério da Cultura, Empresa Brasil Comunicação e Fake News no período de janeiro de 2016 a agosto de 2017. A imagem 1, a seguir, é exemplo de um dos resultados da busca.

[3] É válido ressaltar que o campo público é transversal a diversos conhecimentos, inclusive à área da Administração Pública

Figura 4 – Tela de busca na ferramenta "Google Trends"

Fonte: Retirado de Trends.google.com.br/trends/explore

Como demonstrado na imagem acima, os períodos em que houve um aumento significativo da busca pelo termo são indicativos de que houve algum evento relacionado ao tema naquele momento. Assim, foi pesquisado, em vários meios de comunicação, as notícias sobre o objeto de pesquisa nos períodos dos picos de procura do termo.

No entanto, ainda com a possibilidade de que algo importante possa ter acontecido sem ter chamado a atenção das pessoas, também utilizamos o acervo histórico do jornal "O Globo", que dispõe de filtros por palavras-chave e período de tempo, a fim de encontrar mais notícias e reportagens sobre as temáticas da pesquisa. É ainda importante ressaltar que usamos o acervo Globo apenas como consulta. Depois de ver que determinado acontecimento ocorreu naquele período, procurávamos em outros jornais a mesma matéria, no intuito de escolher aquela que contemplasse a versão mais completa dos fatos.

Dessa forma, para complementar a construção do arquivo de pesquisa, estruturamos um mapa mental na forma de um rizoma, cujas ramificações na representação do conjunto de acontecimentos no espaço do discurso, que não derivam de uma razão lógica, mas sim elaboram-se simultaneamente, a partir de todos os pontos sob a influência de diferentes acontecimentos e saberes. Um rizoma se trata de uma raiz que tem um crescimento diferenciado, polimorfo, que cresce sem uma direção clara e definida. Para a elaboração deste mapa discursivo, também não existem caminhos certos ou lógicas lineares, as raízes

discursivas cresceram onde há espaço fértil, floresceram onde encontraram possibilidades, e assim criaram suas conexões.

Para Foucault (2014) este jogo de acontecimentos que vemos aparecer também não obedece a condições tão rigorosas de formação: sua história não é, pedra por pedra, a construção de um edifício, não se apresentam racionalmente dispostos em uma ordem lógica de continuidade. Neste sentido, para descrever a organização do campo de enunciados das Fake News, a construção de um rizoma, que afastava-se da lógica linear, foi importante na compreensão da dinâmica dos acontecimentos. No momento em que as Fake News eram lançadas foi possível contextualizar o aparecimento e a forma de circulação dos enunciados.

3.3 Análise do *Arquivo*

Para acessar os dados do arquivo sobre a relação entre os discursos contidos nas Fake News escolhidas, a Análise do Discurso (AD) fornecerá ferramentas que orientaram o modo como se busca extrair a discursividade da textualidade. Com origens em uma forma não-positivista de se desenvolver o conhecimento e tendo como base a virada linguística, que colocou a questão da linguagem no centro das discussões filosóficas no século XX, a análise de discurso acredita que um enunciado nem sempre quer dizer a mesma coisa, no entanto é relacionado com o contexto em que é dito (FOUCAULT, 2002). Isto demonstra que nenhum pronunciamento é neutro ou livre de valor.

Para Pêcheux (2002), a análise de discurso traça fundamentalmente três princípios de norteamento para o analista: o primeiro é de que descrever se torna indiscernível para a interpretação; a segunda, de que todo enunciado constitui de alguma maneira, mais do que um simples texto; por fim, a terceira, de que todo discurso é ao mesmo tempo uma consequência dos contextos sócio-históricos. Nesta perspectiva, Orlandi (2002) propõe que a análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua ou da gramática, apesar de esses elementos lhe interessarem. Ela trata do discurso que, etimologicamente, tem a ideia de curso, de percurso. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem.

Apesar do que apresentamos, estritamente falando não existe uma única “análise do discurso”, mas muitos estilos diferentes de análises e todos reivindicam o mesmo nome. Gill (2002) reconhece a existência de pelo menos 57 diferentes variedades e sugere, como uma possibilidade de melhor compreensão de suas diferenças, que se pense no método sob

suas diferentes tradições teóricas. Tendo em vista que nosso estudo se apoia no método foucaultiano, faremos uso de técnicas de Análise do Discurso Foucaultiano.

Para Foucault, existem relações e enunciados que o próprio discurso põe em funcionamento e, por isso, a análise do discurso pode revelar construções históricas de práticas sociais presentes nos discursos. Já os enunciados são, para Foucault (2008), os elementos na formação discursiva, ou seja, é a unidade elementar do discurso. É a função de existência do discurso, a qual se exerce sobre unidades como a frase, a proposição ou o ato de linguagem.

Como o método foucaultiano apresenta uma lógica, mas demonstra um procedimento analítico, visando dar suporte na organização e gestão das evidências presentes no *arquivo*, utilizamos o sistema analítico desenvolvido nos estudos de Leão e colegas (LEÃO; FERREIRA; GOMES, 2016; LEÃO; MOURA, 2018). Dando prosseguimento as investigações, alguns conceitos propostos por Foucault precisam ser melhor delineados para o entendimento da análise dos dados. Essas são categorias sistematizadas pelo autor em Arqueologia do Saber (FOUCAULT, 2014a):

• **Enunciados**: as unidades elementares do discurso. São os átomos do discurso, a menor unidade deste, que podem se relacionar com outras unidades de igual natureza. Quanto a sua forma, o enunciado não equivale a frases, a proposições ou a atos de fala, embora possa assumir tais formas para ser materializado. É um conjunto de signos, destituídos ou não de uma estrutura, a partir dos quais se formula ou cria sentido.

• **Funções enunciativas**: indicam como o enunciado "age", o que elas enunciam, ou seja, dão a saber, constituem o modo como esse conjunto de signos existe e se atualiza. Há quatro critérios para se identificar a função de um enunciado: referencial, sujeito, campo associado e materialidade.

• **Regras de formação**: são as condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada formação discursiva e englobam quatro regras diferentes: objetos, modalidade de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A formação dos objetos diz respeito aquilo do qual os discursos se ocupam; as modalidades enunciativas trata de um certo estilo de enunciação (sujeitos, locais de fala, respectivos status, posições ocupadas pelos sujeitos ao exercerem seus discursos); já os conceitos, conjunto de elementos heterogêneos, apontam o estabelecimento de grupos de enunciados, descrevendo a organização em que aparecem e circulam; e estratégias correspondem à maneira como conceitos, objetos e elementos enunciativos se organizam, atribuem coerência e se estabilizam.

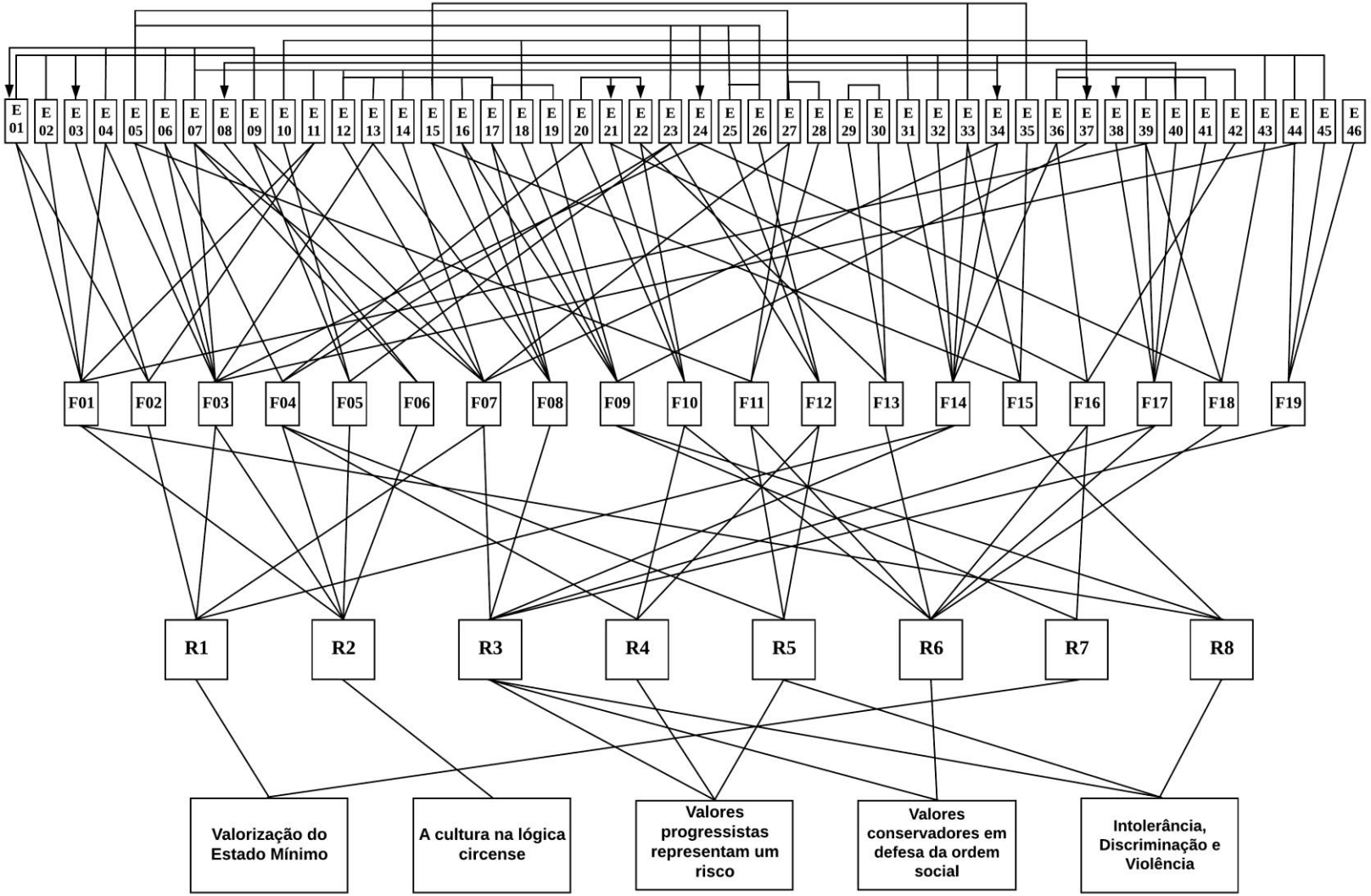
• **Formações discursivas**: agrupamentos de enunciados que possuem determinadas funções sob certas regras de formação (regularidade quanto às suas condições de existência, modificação, rarefação e desaparecimento). Enquanto o enunciado é o ponto de partida da análise, a formação discursiva é a linha de chegada. A análise permite demonstrar como essa se constitui por meio do feixe de relações entre enunciados, funções e regras que convergem.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão expostos os resultados da Análise Discursiva Foucaultiana revelados pelo presente estudo. O primeiro nível analítico descreve enunciados, funções e regras que fundamentaram as formações discursivas, elucidando suas definições juntamente com as associações estabelecidas entre estes elementos. Inclusive, para o desenvolvimento desta Arqueologia do Saber também foi importante contextualizar os eventos sociopolíticos em que as Fake News foram divulgadas e assim entender melhor as categorias empíricas.

O segundo momento analítico apresenta descritivamente cada formação discursiva, explicando como os feixes de relações das categorias empíricas revelaram tais formações. a perspectiva teórica discute a descoberta dos saberes, confrontando-os com os conceitos teóricos.

Figura 5 – Mapa geral das formações discursivas



Fonte: elaboração da autora

4.1 Categorias integrantes das formações discursivas

4.1.1 *Enunciados*

Para realizar o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos, é preciso ter como horizonte a busca das unidades que ali se formam (FOUCAULT, 2014). Neste sentido, visto que os enunciados representam tais unidades, o primeiro passo da análise foi identificar os enunciados presentes em nosso arquivo de pesquisa. O quadro um apresenta os 46 enunciados identificados, suas definições e seus respectivos códigos.

No conjunto de Fake News que constituiu o arquivo de pesquisa, o enunciado estava representado por proposições textuais, imagens, vídeos e áudios. Mas, com base em Leão e Moura (2018), descrevemos as informações presentes no conteúdo multimídia na forma de orações afirmativas, apenas como um recurso textual para expressar o conteúdo enunciativo, buscando revelar características e significações em seu contexto.

Quadro 1(4) - Enunciados

Cód.	Enunciado	Descrição
E01	Ineficiência do Estado para tratar questões culturais.	Defende que o Estado brasileiro administra mal os recursos destinados à cultura, subsidia projetos fúteis de arte e/ou financia apenas artistas que são alinhados aos seus princípios políticos, não combate os casos de corrupção deste setor e tem ministros da cultura e políticos culturalmente ignorantes. No arquivo, há notícias de que a verba da cultura não era distribuída adequadamente, sendo toda ela destinada apenas para a Lei Rouanet. Dessa forma, o Estado desperdiça grande quantidade de dinheiro e causa prejuízo à economia do Brasil.
E02	Desnecessidade e trivialidade das instituições públicas e leis de incentivo à cultura.	Promove a ideia de que o dinheiro investido na cultura não gera retorno monetário, nem benefícios sociais para a população. Portanto, seria mais eficiente deixar de investir em produções culturais e transferir tal verba para áreas prioritárias na vida da sociedade, que, no Brasil, se encontram em estado precário, como, por exemplo, saúde e educação. Além disso, especialmente nos períodos de extinção do Misnistério da Cultura, em 2016 e 2019, houve a disseminação da informação falsa de que países referência na área cultural não têm Ministérios da Cultura, contribuindo assim com a crença de que tal ministério e suas funções são inúteis.
E03	Descredibilização das instituições públicas brasileiras.	Diz respeito a produções culturais,como charges e tirinhas, que satirizam as instituições públicas dos poderes legislativos, judiciário e executivos brasileiros, supostamente veiculadas em notáveis mídias internacionais. As críticas são direcionadas, principalmente, ao Supremo Tribunal Federal e aos políticos integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, as charges e tirinhas são acompanhadas por mensagens de xingamentos .
E04	A destinação de verba da Lei Rouanet é questionável.	Afirma que artistas tidos como "indecentes", participantes do movimento LGBTQIA+, estrangeiros, ricos e famosos (que não precisam do financiamento do governo) recebem dinheiro público através da Lei Rouanet. No arquivo, é indicado que muitas vezes a verba é utilizada para patrocinar festas e produções culturais vulgares, como o Carnaval, ou ainda eventos triviais com preços caros que muitas vezes não são acessíveis à população.
E05	Verba da Lei Rouanet é utilizada para fomentar produções artísticas LGBTQIA+ que depreciam princípios conservadores e religiosos.	Revela que a verba oriunda do dinheiro da população está sendo utilizada para incentivar produções culturais vulgares que muitas vezes desrespeitam princípios religiosos. Alguns exemplos encontrados no arquivo são: a Parada Gay, ou filmes, peças e artistas que retratam Jesus como homossexual. A cantora Pabllo Vittar e o deputado Jean Willys foram constantemente citados nestas notícias.
E06	Artistas realizam desvio de dinheiro captado pela Lei Rouanet.	Aponta que, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, atos de corrupção e fraudes de contratos foram realizados por artistas que conseguiram grande quantidade de dinheiro através da Lei Rouanet. Inclusive a Polícia Federal descobriu alguns desses esquemas. No arquivo, o perfil dos artistas acusados são de pessoas famosas que detêm grande popularidade e, muitas vezes, estão envolvidos com causas políticas.

Quadro 1(4) - Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E07	Artistas privilegiados pela Lei Rouanet advogam em defesa do Governo Petista.	Pressupõe que o Governo Petista utiliza a Lei Rouanet como recurso de influência política, aprovando projetos e destinando verba apenas para artistas e produções culturais vinculados à esquerda. Dessa forma, tais artistas beneficiários da Lei são corrompidos pela ideologia de esquerda e têm a função de defender todas as ações políticas do PT.
E08	Artistas privilegiados pela Lei Rouanet advogam contra Bolsonaro.	Alega que, durante a campanha presidencial de 2018, os artistas que aderiram às manifestações de "Ele Não", contra Bolsonaro, só o fizeram porque estavam receosos de perder a verba da Lei Rouanet. Além disso, como tais artistas foram antigos beneficiários desta política cultural, eles eram alinhados à esquerda. Por isso, defenderam o candidato Fernando Haddad, e criticaram constantemente Jair Bolsonaro, o principal adversário do PT na disputa presidencial.
E09	Artistas envolvidos com lutas sociais são associados ao Partido dos Trabalhadores.	Relata que artistas que se manifestaram contra o golpe político, ocorrido no Brasil em 2016, são integrantes do Partido dos Trabalhadores. Ainda no arquivo, esta é a associação preponderante, outros discursos e protestos sociais de pautas progressivas expressados por artistas também eram relacionados ao PT.
E10	Artistas não deveriam se envolver com o contexto político brasileiro.	Mostra que artistas que demonstram opiniões, críticas e manifestações políticas através de produções culturais ou, ainda, por pronunciamento e protestos são ridicularizados pela mídia internacional e punidos em suas profissões. No arquivo, os artistas que se manifestaram contra o golpe político realizado em 2016 são ridicularizados com insultos. Artistas que realizaram críticas ao governo de Temer também foram punidos com cancelamentos de contratos e demissões.
E11	Alunos de universidades públicas produzem arte indecente e trivial.	Defende que alunos das universidades públicas estão desperdiçando os recursos do Estado para produzir artes indecentes, como ateliês de arte anal, ou triviais, como pichações nos prédios das universidades. No arquivo, estas notícias eclodiram em 2019, no período das manifestações contra os cortes na educação.
E12	A EBC, empresa pública de comunicação, tem uma posição estatal de defesa do Governo Petista.	Alega que a Empresa Brasil Comunicação (EBC), instituição que deveria promover comunicação pública, na realidade, é mais um recurso de influência do governo petista sobre a população brasileira. Dessa forma, a EBC fornece grande quantidade de dinheiro para artistas apoiarem ideias de esquerda e advogarem em defesa do PT.
E13	A Rede Globo é beneficiada com empréstimos de dinheiro público, os quais não são ressarcidos pela mesma.	Revela que a Rede Globo é uma das principais devedoras do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O fundo cultural disponibilizado pelo BNDES, que deveria ser utilizado para fortalecer as cadeias produtivas da economia da cultura no país e descentralizar a oferta de bens e serviços culturais, está sendo desperdiçado para patrocinar uma empresa bilionária, como a Globo.

Quadro 1(4) - Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E14	A Rede Globo tem um posicionamento alinhado à esquerda.	Diz que a Rede Globo está cooptando jornalistas alinhados ao posicionamento da esquerda para realizarem matérias e reportagens em defesa do Partido dos Trabalhadores. No arquivo, este boato se manifesta a partir de depoimentos de artistas sobre o plano da Globo de favorecer o ex-presidente Lula, para que este reassuma a Presidência do Brasil. A emissora ainda se dedica a descredibilizar as instituições e personalidades públicas responsáveis pela Lava-Jato, como o Ministério Público, a Polícia Federal e o ex-juiz Sérgio Moro.
E15	A Rede Globo está produzindo notícias falsas.	Alega que, devido ao posicionamento político alinhado à esquerda, a Rede Globo, como estratégia de controle social, produz notícias falsas sobre políticos vinculados à direita. Os alvos das notícias caluniosas seriam Michel Temer e João Dória, os supostos principais adversários na eleição presidencial. Assim, as notícias tentariam culpabilizar esses políticos pelos problemas estruturais causados pelos anos de má administração do Partido dos Trabalhadores.
E16	Sinal da emissora Rede Globo deixou de ser transmitida em alguns países desenvolvidos.	Afirma que a programação da Rede Globo é excluída da transmissão televisiva de países desenvolvidos, por apresentar maus exemplos para as futuras gerações. No arquivo, o Japão, país com alto nível educacional, avaliava negativamente a Rede Globo. Neste sentido, o Brasil deveria seguir o mesmo exemplo, pois a emissora também gera influências prejudiciais para a população.
E17	A Rede Globo quer censurar informações políticas.	Declara que a Rede Globo pretende omitir informações sobre crimes políticos de Gilmar Mendes e Aécio Neves, envolvendo suborno para a aprovação da Reforma da Previdência. Supostos áudios de ligações telefônicas gravadas pela Polícia Federal estão sendo censurados, no intuito de que a população não saiba a verdade e não se revolte contra este projeto.
E18	Estado quer censurar produções culturais que criticam e expõem a situação política brasileira.	Defende que as instituições públicas brasileiras estão retirando da internet, rádio e televisão, as produções culturais que criticam a atual situação política brasileira. No arquivo, o Senado, o Congresso, a Justiça e o próprio presidente Michel Temer pedem pela censura de algumas músicas e ameaçam punir os artistas, caso estes não retirem o conteúdo de circulação.
E19	Geração "politicamente correta" quer censurar programas de comédia.	Alerta para a possibilidade de censura do programa de comédia mexicano Chaves devido aos protestos e petições organizadas por jovens contra o bullying. No arquivo, isso se manifesta com um teor de crítica à geração dos jovens "politicamente corretos", que não permitem a livre expressão do pensamento, da opinião e do humor na sociedade.
E20	A nudez artística diante de menores de 18 anos é considerada crime.	Declara que o simples fato de um adulto estar nu, na frente de crianças ou adolescentes, constitui crime. Dessa forma, mesmo com autorização ou acompanhamento de responsáveis, menores de 18 anos não podem ter contato com obras artísticas que expressam aspectos de nudez, ainda que não tenham conotação sexual e/ou finalidade de satisfação da libido própria ou alheia.

Quadro 1(4) - Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E21	Artistas, instituições públicas culturais e a sociedade civil que expõem crianças à nudez artística devem ser punidos criminalmente.	Denuncia que artistas, organizadores culturais, museus e mães que permitem a interação de crianças com performances artísticas que apresentam nudez (mesmo que não tenham conotação sexual) devem ser indiciados e presos por prática de pedofilia, violência sexual e estupro de vulneráveis. No arquivo, a performance de Wagner Schwartz, no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, em que os espectadores - inclusive crianças - tocavam o corpo nu do artista, é associada ao crime de abuso sexual infantil.
E22	Frente parlamentar evangélica está protegendo as crianças da sexualização infantil e pedofilia.	Alega que deputados ligados à bancada religiosa apresentam pedido de prisão contra o ator que ficou nu e foi tocado por crianças em uma exposição artística. A atitude de punir foi realizada no intuito de condenar estes tipo de produções artísticas que fomentam a pornografia infantil, além de ter o objetivo principal de proteger as crianças brasileiras da sexualização infantil.
E23	Cultura LGBTQIA+ é associada à sexualização infantil.	Afirma que a artista drag queen Pabllo Vittar e o político homossexual Jean Willys, ambos conhecidos por lutar pelos direitos da população LGBTQIA+, farão turnês pelas escolas públicas do Brasil no intuito de expandir a diversidade sexual infantil e impor a ideologia de gênero para as crianças.
E24	Cultura LGBTQIA+ e sexualização infantil são promovidas pelas instituições públicas de ensino e cultura.	Declara que artistas LGBTQIA+ estão sendo homenageados pelas instituições públicas de cultura do Brasil e beneficiados com verba pública da Lei Rouanet, apenas pelo fato de pertencerem a este determinado grupo. Além disso, no arquivo, as supostas notícias de que uma drag queen teve sua identidade de gênero associada ao feminino são comentadas com um teor de revolta e ridicularização pelos internautas.
E25	Deputado homossexual que quer impor ideologia de gênero para as crianças vai ser Ministro da Educação de Governo Petista.	Pressupõe que o deputado homossexual Jean Wyllys, autor do suposto projeto de lei que permite e incentiva crianças e adolescentes a fazer a cirurgia de mudança de sexo com ou sem a autorização dos pais, vai ser o Ministro da Educação, caso o candidato Fernando Haddad se torne presidente.
E26	Bolsonaro convida artista imoral, indecente e gay para liderar o Ministério da Educação e/ou da Cultura.	Afirma que caso o candidato à Presidência Jair Bolsonaro seja eleito, Alexandre Frota, o ex-ator pornô, será o Ministro da Educação e Cultura. No arquivo, há um grande enfoque na contradição de Bolsonaro. Ao mesmo tempo em que promete impedir os "kits gays", oferece uma liderança importante no governo para um ator que fez filmes pornôs de conteúdo homossexual e promíscuo.
E27	Os partidos de esquerda pretendem extinguir a cultura religiosa para obter mais poder do que líderes religiosos.	Revela que partidos vinculados à esquerda estão desmerecendo e desvalorizando a cultura religiosa, no intuito de substituir tais crenças pela ideologia de esquerda, assim obterão mais influência sobre a população. No arquivo, este plano se manifesta a partir de falsos depoimentos de políticos afirmando que são mais populares do que Jesus, e com notícias falsas de artistas que representaram Jesus como um LGBTQIA+, no festival Lula Livre.

Quadro 1(4) - Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E28	Papa Francisco quer extinguir a Bíblia e reformular princípios religiosos.	Declara que o papa Francisco, líder mundial da Igreja Católica Apostólica Romana, cancelou a Bíblia por achar que as escrituras antigas estão desatualizadas. Atualmente, o papa tem o objetivo de criar um livro sagrado mais moderno, pois a Igreja está perdendo seguidores. Para melhoria da velha versão, Francisco não iria incluir algumas passagens da Bíblia. No arquivo, tal atitude é percebida como uma loucura, e também ao ser representada por uma imagem do Papa sentado na privada, é visto como uma "porcaria".
E29	Maior valorização das crenças religiosas na cultura brasileira.	Reconhece a importância da Bíblia, das referências e de artefatos religiosos na cultura e educação brasileira. No arquivo, isso é representado através de notícias falsas que criticam a falta de Deus na vida dos jovens e propostas da inclusão da Bíblia como material didático do Ensino Fundamental, além das notícias sobre o incêndio no Museu Nacional que queimou obras muito importantes para a cultura brasileira como a Bíblia de Mogúncia, de 1462 e Bíblia Poliglota da Antuérpia, de 1569.
E30	Fé na religião e orações são algumas ações que podem ajudar a população brasileira.	Reconhece a fé na religião e orações como atos que podem melhorar a realidade política e social brasileira. No arquivo, essas são consideradas alternativas de reação aos acontecimentos que perturbam a vida da população. Inclusive a oração do Papa pelo Brasil pode ajudar o país a sair de momentos difíceis.
E31	Mídia internacional critica políticos do Partido dos Trabalhadores.	Identifica charges e sátiras, veiculadas pela imprensa internacional, que contêm várias críticas políticas ao Partido dos Trabalhadores. No arquivo, as supostas produções culturais em forma de crítica eram destaque nas capas dos jornais internacionais e retratavam líderes do PT, como Lula e Gleisi Hoffmann, enganando e menosprezando a Justiça brasileira.
E32	Líderes do PT gastam grande quantidade de verba pública ostentando com produtos e serviços luxuosos.	Aponta a contradição de um partido que fez várias políticas de proteção social voltadas para populações desfavorecidas ter líderes que ostentam e desperdiçam grande quantidade de dinheiro com ternos e salões de beleza luxuosos. Estas notícias alertam que os membros do Partido dos Trabalhadores fazem populismo apenas para ludibriar seus eleitores, mas, na realidade, não se importam com os mais pobres, pois têm almas de burgueses.
E33	Líderes do PT produzem notícias falsas.	Denuncia Fernando Haddad, na época atual candidato à Presidência, por utilizar imagens falsas no intuito de enganar as pessoas sobre a popularidade do partido. Na notícia, é ressaltada a desonestidade do candidato, que utiliza a foto de multidão em festa carnavalesca para convencer que o PT iria ultrapassar o candidato Bolsonaro.

Quadro 1(4) - Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E34	Os partidos de esquerda controlam todas as instituições públicas, influenciam a cultura e a imprensa.	Denuncia a influência da doutrina de esquerda em vários âmbitos do poder público e na imprensa. No arquivo, esta dominação e controle são percebidos de maneira negativa, os artistas e políticos ganham uma grande quantidade de dinheiro, que deveria ser investido na população, afinal a verba é cedida pelo Estado.
E35	Aplicativo Whatsapp é produtor de informações e notícias.	Reconhece o aplicativo de troca de mensagens Whatsapp como produtor e emissor de conteúdos jornalísticos que não não divulgados na imprensa oficial, como jornais impressos e televisivos. No arquivo, isso se manifesta em notícias com frases do tipo "o whatsapp nos enviou", "o 'zap' vai divulgando". Inclusive há uma suposta intenção da Globo de retirar o aplicativo da internet para censurar informações políticas importante para a população.
E36	Confiança nas ações das instituições públicas que promoveram o processo do golpe político em 2016 e a Lava-jato.	Reconhece as atitudes do Ministério Público, da Polícia Federal, das instituições da Justiça e de Sérgio Moro como eficientes no combate à corrupção. O golpe político presidencial ocorrido em 2016 é visto como algo benéfico ao povo, assim como a operação Lava-Jato. No arquivo, para legitimar essas práticas, é utilizado o recurso da autoridade de fala, no qual personalidades respeitáveis e de grande influência dão supostos depoimentos de apoio a esses acontecimentos políticos.
E37	Punição para quem criticar e insultar o juiz Sérgio Moro e as ações da Lava-jato.	Declara que jornalista, associado à ideologia de esquerda, foi demitido da Rede Record, por desmerecer na época o juiz Sérgio Moro, chamando-o de analfabeto. A punição é percebida como uma ação adequada da Rede Record em relação às pessoas que proferem discursos de esquerda e criticam o combate à corrupção realizado pela operação da Lava Jato.
E38	Bolsonaro é reconhecido pela mídia internacional como o líder mais influente do mundo.	Afirma que a revista norte-americana Time estampa o presidente Jair Bolsonaro (PSL) na capa, com o título de "personalidade do ano". A suposta imagem é uma montagem com a capa de 2016 da revista Time, que havia concedido o título de personalidade daquele ano ao presidente Donald Trump. Este reconhecimento da revista Time destaca o perfil de um homem, mulher, casal, grupo, ideia, lugar ou máquina que "para o bem ou para o mal, mais influenciou eventos no ano".
E39	Presidente Bolsonaro não desperdiçará dinheiro público com produções culturais triviais e/ou LGBTQIA+.	Afirma que um dos atos de Bolsonaro como presidente foi cortar a suntuosa verba do Carnaval e outros eventos, como Parada Gay e Marcha da Maconha. A responsabilidade de financiar tais atos passou a ser dos próprios idealizadores. No arquivo, ainda é declarado que o dinheiro economizado com o corte será transferido para as áreas de saúde, educação, segurança, saneamento básico, transporte e desenvolvimento.

Quadro 1(4) - Enunciados

(Continua)

Cód.	Enunciado	Descrição
E40	Bolsonaro está empenhado em acabar com todos os casos de "mamata" dos artistas que recebem recursos da Lei Rouanet.	Declara que o presidente Bolsonaro e sua equipe de transição realizam esforços para descobrir e punir os artistas beneficiados com dinheiro público pela lei Rouanet, além de exigir que estes devolvam a verba para a nação. No arquivo, há notícias sobre uma suposta operação "Limpa teta", que está fazendo uma lista dos artista que receberam dinheiro pela Lei Rouanet. Também há repetições de notícias falsas antigas sobre os artistas, mas agora com o acréscimo da exigência feita pelo presidente de que devolvam o dinheiro do povo.
E41	Presidente Bolsonaro corta verbas de patrocínio da Globo e de outras empresas televisivas.	Afirma que uma das ações de redução de gastos do Presidente Bolsonaro foi extinguir as verbas de patrocínio de empresas televisivas milionárias, como a Globo. O valor economizado chegava a R$ 2,5 bilhões. Na época destas notícias falsas, Bolsonaro chegou a declarar em entrevista que revisaria contratos de "publicidade e patrocínio", porém não de empresas televisiva, e sim da Caixa Econômica Federal.
E42	Elementar importância dos militares para garantia de liberdade.	Reconhece que apenas por conta do desejo e proteção das Forças Armadas é possível vivenciar a liberdade e a democracia. No arquivo, isso aparece com a notícia de um suposto discurso de Barack Obama utilizando o poema "It is the Soldier" ("É o Soldado", em inglês), em homenagem aos militares. A Fake News inclusive foi propagada no Twitter pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com o intuito de defender a declaração "democracia e liberdade, só existe quando as suas respectivas Forças Armadas assim o quer", proferida por Jair Bolsonaro.
E43	Políticas sociais de inclusão são injustas.	Declara que políticas sociais de inclusão na cultura e de educação aos grupos socialmente marginalizados são injustas e inadequadas. No arquivo, notícias propõem a retirada da política de cotas raciais, pois cor de pele não mede a inteligência de ninguém e, independente da raça, todos têm a mesma capacidade de cognição. Além disso, há críticas sobre a inclusão da discussão da diversidade sexual nas escolas, associada à propaganda de "homossexualismo" nas escolas.
E44	Líderes políticos religiosos têm privilégios políticos para conseguir verbas culturais.	Declara que a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro privilegia líderes de igrejas. A notícia falsa revela que o filme do bispo evangélico Edir Macedo, que é líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e proprietário do Grupo Record, terá patrocínio do prefeito Marcelo Crivella, que também é bispo evangélico.
E45	Museus e bibliotecas estão sendo atacados e queimados.	Denuncia a barbárie e o ódio contra o conhecimento no novo governo de Bolsonaro. Isto manifesta-se a partir de falsas notícias da destruição do acervo de livros e registros de pesquisa do museu de geologia no Rio de Janeiro, vinculado à Universidade da Petrobras. Este ato é ainda associado aos nazifacistas que queimaram milhares de livros.

Quadro 1(4) - Enunciados

(conclusão)

Cód.	Enunciado	Descrição
E46	Presidente Bolsonaro não tem maturidade política para o cargo da Presidência do país.	Afirma que Jair Bolsonaro não tem a maturidade política que o cargo de um presidente exige. Ele profere xingamentos e faz gestos obscenos para produções culturais, as quais considera inadequada. Desrespeita a cultura e o povo brasileiro por não conseguir manter uma postura decente.

A análise do campo discursivo é orientada de maneira diferenciada; é preciso compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2014). É importante se perguntar: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?

Dessa forma, inicialmente identificamos alguns núcleos de sentidos a fim de revelar as correlações entre os enunciados. O primeiro conjunto (E01, E02, E03, E04, E11, E43, E44 e E45) aponta para questões de má governança das instituições públicas e das políticas de incentivo da cultura, que são muitas vezes vistas como ineficientes, injustas e/ou não relevantes. O segundo grupo reconhecido (E06, E07, E08, E09 e E10) é relacionado aos atos da classe artística e também às demarcação de fronteiras das suas funções na sociedade. O terceiro agrupamento (E12, E13, E14, E15, E16, E17) diz respeito à influência e serviço da imprensa, especificamente sobre a Globo e a Empresa Brasil Comunicação.

O quarto conjunto (E17, E18, E19, E36, E37 e E42) é referente a censura às produções culturais e informações políticas, além de abordar as práticas de arbítrio e punições realizadas por instituições públicas com poder de polícia. Outro grupo (E05, E20, E21, E22, E23, E24, E25 e E26) que se destacou trata do controle e manutenção dos papéis de gênero e sexualidade nas produções culturais. Já o grupo (E27, E28, E29, E30) mostra a valoração das práticas religiosas, mas também (E44) denuncia os benefícios que alguns líderes de igrejas neopentecostais têm para conseguir verbas de incentivo a produções culturais.

Há ainda o grupo (E31, E32 e E33) sobre atos impróprios e criminosos praticados pelo Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, o conjunto de enunciados (E38, E39, E40,

E41 e E46) fala de Bolsonaro. A maioria dos enunciados retratam o presidente de maneira positiva (E38, E39, E40, E41), mas a partir de 2019, (E45 e E46) surgem novos denunciando suas práticas imaturas e os ataques à cultura e à educação. É importante ressaltar que alguns enunciados podem pertencer a mais de um grupo.

Além dessas correlações de significação, também foram reconhecidas as influências que os enunciados estabeleciam entre si. O enunciado que revela o controle dos partidos de esquerda sobre a cultura, a imprensa e as instituições públicas brasileiras (E34) sofre incidência dos enunciados que retratam os mecanismos de intervenção e domínio do Governo Petista, seja a Lei Rouanet (E07), os artistas envolvidos com lutas sociais (E09), a EBC (E12), a Rede Globo (E14), a possível educação nas escolas (E25), e ainda o enunciado sobre a pretensão dos partidos de esquerda em extinguir a cultura religiosa para obter mais poder do que líderes religiosos (E27).

Esses enunciados (E34 e suas influências) juntamente com aqueles que expressam condutas antipetistas (E31, E32, E33) incidem sobre o enunciado da descrença das instituições públicas brasileiras (E03), que no arquivo se destacou por ocupar uma posição central e estar relacionado a enunciados sobre a deslegitimação de questões da cultura (E01, E02, E04, E11, E43 e E45).

Já o enunciado que caracteriza toda nudez artística diante de menores de 18 anos como crime (E20) incide sobre os enunciados que denunciam artistas, instituições públicas culturais e a sociedade civil que expõe crianças à nudez artística, pedindo a punição destes (E21), e sobre o enunciado que reconhece a frente parlamentar evangélica como grupo protetor das crianças em relação à sexualização infantil e à pedofilia. Estes enunciados começaram a ser divulgados após a performance de um artista nu no Museu de Arte Moderna, no Ibirapuera, Zona Sul de São Paulo. Durante a exposição, uma criança de aproximadamente quatro anos tocou no pé do homem. Mesmo sem conotação sexual, os movimentos de direita categorizaram a situação como crime. O MBL divulgou um vídeo nas redes sociais em que chama a apresentação de “repugnante”, “inaceitável”, “erotização infantil”, “afronta”, “crime”. Na época, o ainda deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) chamou os envolvidos de "canalhas" e “pedófilos”. O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) considerou as cenas "revoltantes" e chamou os envolvidos de "destruidores da família".

O enunciado que considera a ineficiência do Estado para tratar questões da cultura (E01) recebe incidência dos enunciados que criticam o funcionamento da Lei Rouanet (E04, E05), os artistas que recebem dinheiro a partir desta lei (E06, E07), e os artistas que se posicionam politicamente nas lutas culturais (E09). Esses enunciados começaram a

ganhar consistência e número a partir da “Operação Boca Livre”, investigação realizada pela Polícia Federal que descobriu um esquema de fraude na Lei Rouanet. O grupo de supostos produtores culturais chegou a desviar R$ 180 milhões nos últimos quinze anos. As falhas no controle de concessão dos benefícios fiscais feito pelo Ministério Público contribuíram para que os crimes ocorressem. No entanto, apesar das Fake News se referirem a artistas, na operação nenhum destes foi preso ou acusado.

Durante as eleições presidenciais de 2018 e o primeiro semestre do mandato em 2019, o destaque se deu para o enunciado que reconhece Bolsonaro como o líder influente e eficaz (E38). Neste sentido, o E38 recebeu incidência dos enunciados que valoravam as promessas, como candidato (E39), e ações de Jair como presidente nas áreas da cultura (E40 e E41), sendo a principal referência benéfica os cortes nas verbas de financiamentos para a cultura, levando a uma economia de dinheiro do povo. Ainda é possível notar a relação do enunciado E40, que anuncia o empenho de Bolsonaro em acabar com todos os casos de "mamata" dos artistas que recebem recursos da Lei Rouanet, com o E08, que pressupõe que os artistas privilegiados pela Lei Rouanet estariam advogando contra Bolsonaro na época das eleições.

O enunciado E2, afirmando que o deputado homossexual que quer impor ideologia de gênero para as crianças vai ser Ministro da Educação de governo petista e o E26 expressando que Bolsonaro convida artista imoral, indecente e gay para liderar o Ministério da Educação e/ou da Cultura, se relacionam, pois ambos utilizam da mesma lógica argumentativa que equipara a homossexualidade a valores negativos e impróprios.

Ainda na mesma temática de diversidade sexual, o enunciado (E24) anuncia uma cultura LGBTQIA+ relacionada com sexualização infantil sendo promovida pelas instituições públicas de ensino e cultura no Brasil e recebe incidência do enunciado (E05), que expressa o enfoque da destinação da verba da Lei Rouanet nas produções artísticas LGBTQIA+, dos enunciados (E25 e E26) que revelam a possível liderança de deputados homossexuais no Ministério da Educação e ainda o enunciado (E23) que associa a produção cultural LGBTQIA+ com a sexualização infantil.

Outra relação de enunciados que se influenciam são aqueles que pedem censura e/ou punição para artistas (E10), produções culturais (E18), emissoras de TV (E17) e jornalistas (E37) que expressam opinião e criticam situações políticas no Brasil. Neste sentido, também se relacionam enunciados que valoram instituições com poder de polícia, que regulam as atividades na sociedade, como Ministério Público, Polícia Federal (E36) e as Forças Armadas (E42).

Já os vínculos entre o enunciado (E28) que alerta para as mudanças nas práticas mais tradicionais da religião, os enunciados que denunciam ataques (E27) e depreciação (E05) aos fundamentos religiosos cristãos por meio de produções culturais financiadas pela Lei Rouanet. Enquanto isto, os enunciados (E29) e (E30) têm relação por reconhecer a importância das crenças religiosas cristãs na cultura brasileira. E por último, mas não menos importante, há associação entre os enunciados que acusam a imprensa (E15) e o Partido dos Trabalhadores (E33) de produzirem notícias falsas, em contrapartida com aquele que reconhece o aplicativo de mensagens Whatsapp como fonte de informações (E35).

4.1.2 *Funções enunciativas*

A segunda fase da Análise de Discurso Foucaultiana foi identificar as funções enunciativas, que emanam dos enunciados revelando a maneira como estes operam. O modelo escolhido foi proposto por Leão, Ferreira e Gomes (2016), escrevemos em forma de orações com o verbo no infinitivo, para enfatizar as ações aos quais os enunciados se relacionam. No nosso arquivo, desvelamos 19 funções enunciativas descritas no Quadro 2.

Quadro 2 (4) – Lista de Funções Enunciativas

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F01	Deslegitimar a importância da cultura	Exerce a função de criticar o incentivo e financiamento da cultura pelo Estado, pois há áreas mais relevantes que precisam de investimentos. Dessa forma, os benefícios socioeconômicos que a cultura pode trazer à população são ignorados. No nosso arquivo, essa função se revela nos enunciados que negam a necessidade da cultura - por estar , muitas vezes, associada a produções triviais e LGBTQIA+ indecentes - e desaprovam os mecanismos de fomento do Estado, como, por exemplo, a Lei Rouanet.
F02	Deslegitimar a importância das funções de provimento do Estado	Desempenha a função de condenar as ações de gerência do Estado, tanto relativo à cultura quanto a outras esferas do governo. Presente nos enunciados de desaprovação da má governança, de descrença nas instituições públicas dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, e também nos enunciados de reprovação ao Governo Petista e à ideologia de esquerda que corromperam diversas áreas do Estado.
F03	Denunciar a fragilidade e o mau uso do sistema de incentivo e gestão pública da cultura	Cumpre a função de acentuar apenas o mau funcionamento da Lei Rouanet, destacando os caso de corrupção, imparcialidade política e desperdício de verbas em produções indecentes e de artistas já ricos. No arquivo, evidencia-se nos enunciados de denúncias a artistas que desviaram dinheiro da Lei Rouanet, das críticas às produções culturais resultantes dos incentivos e das denúncias da utilização da Lei como recurso de propaganda cultural política do partido petista.
F04	Depreciar a classe artística, associando-a a atos criminosos	Realiza a função de acusar a classe artística de atos ilícitos ou imorais, no intuito de desmerecer a magnitude e status social da cultura. No arquivo, ocorre nos enunciados de denúncia de crimes de desvio de verba, de atos de pedofília, sexualização infantil e deturpação de condutas políticas a favor do Partido dos Trabalhadores.

.

Quadro 2 (4) – Lista de Funções Enunciativas

(Continua)

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F05	Delimitar o lugar da classe artística, diminuindo a influência sobre o grande público	Executa a função de desqualificar a atuação política das produções culturais na sociedade, definindo que os artistas têm apenas o dever de entreter. Dessa forma, quando a cultura gera reflexão social, a intenção é tentar reduzir a influência dos artistas sobre a população. No arquivo, isto manifesta-se nos enunciados que associam os artistas e devidas produções culturais aos interesses de partidos políticos, ou aqueles que demonstram a ridicularização e punição de artistas que se manifestaram politicamente, ou fazem arte progressista relacionadas ao tema de gênero e sexualidade.
F06	Discriminar artistas que são beneficiários da Lei Rouanet.	Pratica a função de diferenciar e classificar negativamente os artistas que conseguem financiamento através da Lei Rouanet, atando ao mesmo tempo a classe artística e o mecanismo de financiamento à cultura. Aparece nos enunciados que associam os beneficiários da Lei Rouanet com agentes de propaganda política de esquerda, ou ainda aqueles que acusam artistas de realizarem imoralidades, indecências, crimes e trivialidades com o dinheiro público, fixando uma imagem de que os produtores culturais conseguem dinheiro de forma fácil e não merecida.
F07	Revelar viés ideológico partidário alinhado à esquerda	Realiza a função de denunciar a ascensão e possível hegemonia dos princípios de esquerda na sociedade, sendo estes associados aos atos corruptos do PT. No arquivo, está presente nos enunciados de denúncia ao Governo Petista por utilizar a Lei Rouanet, a EBC e Rede Globo como mecanismo de propaganda política. Além disso, o partido tem controle sobre as instituições brasileiras e pretende extinguir a cultura religiosa, a fim de substituí-la pelo devotamento às crenças da esquerda.
F08	Expor fraudes e injustiças cometidas pela Rede Globo	Desempenha a função de condenar a conduta empresarial e política da Rede Globo, evidenciando atos ilícitos e qualificando negativamente suas produções culturais e jornalísticas. No arquivo, esta função aparece nos enunciados que denunciam dívidas da Rede Globo com a União, produção de notícias falsas, censura de informações políticas e posicionamento de esquerda, favorecendo o Partido dos Trabalhadores. Além disso, existem enunciados de exclusão da Rede Globo em países desenvolvidos pela emissora apresentar maus exemplos para a população.
F09	Evidenciar o potencial da censura para conter produções culturais indesejadas	Cumpre a função de destacar a possibilidade de censura para controlar produções culturais e informações políticas que os grupos repreensores não querem que cheguem à população. No arquivo, isto ocorre nos enunciados que expõem o controle das construções culturais pelo Estado (tanto brasileiro, como internacional), pela Frente Parlamentar Evangélica, pela imprensa e também pelas sociedade civil. Esses enunciados também fazem referência a pedidos de coação, punição e inclusive de prisão dos artistas, produtores culturais e jornalistas envolvidos na situação.

Quadro 2 (4) – Lista de Funções Enunciativas

(Continua)

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F10	Valorar o puritanismo e conservadorismo na cultura	Exerce a função de controlar as produções culturais progressistas que envolvem os diversos aspectos do corpo e da sexualidade humana. No arquivo, manifesta-se a partir de enunciados que associam a nudez artística diante de menores como um crime. Grupos conservadores religiosos cobram a punição dos produtores culturais, artistas, museus e pais que permitem que crianças ou adolescentes tenham contato com este tipo de cultura.
F11	Denunciar ataques culturais progressistas aos elementos tradicionais religiosos cristãos	Desempenha a função de evidenciar as intenções de mudanças e enfraquecimento às tradições religiosas cristãs. No arquivo, esta função manifesta-se nos enunciados que revelam planos dos partidos de esquerda de extinguir a cultura religiosa, do Papa Francisco de atualizar a Bíblia, além daqueles enunciados de denúncias às produções culturais LGBTQIA+.
F12	Autenticar as discussões de gênero e sexualidade como doutrina de controle sexual ideológico	Exerce a função de associar as discussões de gênero e sexualidade à ideia pejorativa de uma doutrina ideológica LGBTQIA+ que visa estrategicamente coagir crianças e a sociedade no geral. O arquivo mostra enunciados sobre produções culturais associados à sexualização infantil que estariam sendo promovidas nas escolas e instituições públicas. A função também ocorre nos enunciados de perturbação pelos anúncios da possibilidade de lideranças homossexuais no Ministério da Cultura e/ou Educação.
F13	Ressaltar importância dos elementos religiosos tradicionais na cultura e na vida da população	Cumpre a função de legitimar a relevância dos valores tradicionais religiosos cristãos na sociedade. No arquivo, ocorre nos enunciados de reconhecimento da importância de elementos religiosos, como a Bíblia, na cultura e educação brasileira, de valoração da fé e da oração como ações que podem ajudar nas situações políticas. Além disso, identifica a Frente parlamentar evangélica como protetora social dos direitos das crianças.
F14	Expor fraudes e injustiças cometidas por políticos do Partido dos Trabalhadores	Executa a função de criminalizar a conduta política do Partido dos Trabalhadores, evidenciando atos de imoralidade, ilegalidades e má governança. No arquivo, está presente nos enunciados que evidenciam a má avaliação feita pela mídia internacional ou que denunciam o falso populismo do partido, a má utilização do dinheiro público com serviços de luxo, a propagação de notícias falsas, a concentração de poder nas instituições públicas, o desrespeito à justiça.
F15	Desorientar os leitores sobre produção de notícias falsas	Exerce a função de deslegitimar a imprensa como produtora de informações confiáveis, ao mesmo tempo em que autentica o aplicativo "Whatsapp" como produtor e fonte confiável de notícias. Também inverte linhas editoriais, como exemplo alinhar a Rede Globo a notícias de esquerda. No arquivo, esta função ocorre nos enunciados que acusam a Globo e o PT de elaborar e distribuir Fake News, e nos enunciados que legitimam o Whatsapp como fonte produtora de notícias, que não são divulgadas à população por meio da imprensa formal à população devido a interesses políticos.

Quadro 2 (4) – Lista de Funções Enunciativas

(Conclusão)

Cód.	Função enunciativa	Descrição
F16	Legitimar a importância da função de controle e regulação do Estado	Exerce a função de autenticar a relevância de instituições públicas com poder de polícia para o bom funcionamento da sociedade. No arquivo, esta função manifesta-se nos enunciados que reconhecem e defendem a importância das Forças Armadas para a garantia de liberdade do Ministério Público para defender a ordem jurídica; da Polícia Federal - e suas operações como a Lava-Jato-, para apuração de crimes e infrações penais cometidas contra a União, sendo estimada principalmente a atuação desta organização na investigação de atos ilícitos do Partido dos Trabalhadores.
F17	Legitimar o presidente Bolsonaro como líder eficaz, justo e defensor dos valores tradicionais	Desempenha a função de reconhecer os planos e atos de Jair Bolsonaro como ações benéficas para a sociedade brasileira. No arquivo, ocorre nos enunciados que evidenciam a boa avaliação dele por parte da mídia internacional ou que demonstram o esforço de Bolsonaro em cortar verbas da cultura, apenas financiar produções culturais respeitáveis e acabar com casos de corrupção na Lei Rouanet.
F18	Deslegitimar a importância de políticas públicas de inclusão na cultura e na educação	Cumpre a função de desconsiderar a necessidade e os consequentes benefícios das políticas públicas de inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados. Esta função se faz presente dos enunciados que expressam injustiça na política de cotas raciais na educação, além dos enunciados que apontam as discussões de gênero na cultura e educação como atos impróprios, sendo associados à propaganda e à imposição da homossexualidade para as crianças e a sociedade de forma geral.
F19	Expor fraudes e injustiças cometidas por grupos conservadores	Executa a função de criminalizar a conduta política de grupos conservadores, como o governo do presidente Bolsonaro e líderes religiosos de orientação neopentecostal, evidenciando atos de imoralidade e ilegalidades, além de ataques às áreas de cultura e educação. Esta função se evidencia nos enunciados que expressam ataques a museus e bibliotecas ordenados pelo governo Bolsonaro, ressaltando a barbárie e o ódio contra a cultura e o conhecimento. Além do enunciado que declara favoritismos e privilégios para líderes religiosos no financiamento cultural, devido à influência evangélica neopentecostal na política.

Fonte: elaboração da autora.

Ao observar as relações entre enunciados e funções enunciativas, podemos perceber a repetição de dois padrões de movimentos discursivos antagônicos que regem tais funções: O primeiro se refere à ação de desvalidar determinadas práticas, na maioria das vezes, ligadas a políticas progressistas. Em paralelo, está a atividade de autenticar condutas mais conservadoras.

Neste sentido, ligadas à constância de invalidação estão às funções que deslegitimam a importância da cultura (F01), da atividade de provimento do Estado (F02), e das políticas públicas de inclusão (F18). Outras funções relacionadas são aquelas que depreciam a classe artística (F04, F05), os beneficiários da Lei Rouanet (F06), e as discussões de gênero e sexualidade (F12); além das funções que denunciam viés ideológico partidário alinhado à esquerda (F07), o sistema de incentivo e gestão pública da cultura (F03), manifestações culturais progressistas (F11), as fraudes e injustiças cometidas pela Rede Globo (F08) e o Partido dos Trabalhadores (F14). Apenas uma função realiza o movimento de invalidação às práticas conservadoras (F19).

Já relacionado à atividade de autenticar estão às funções que evidenciam o potencial da censura para conter produções culturais indesejadas (F09), que valoram o puritanismo, conservadorismo (F10), os elementos religiosos tradicionais na cultura (F13), a atividade de controle e regulação do Estado (F16), e Jair Bolsonaro como liderança eficaz (F17).

Vale atentar para a função que tenta desorientar os leitores sobre produção de notícias falsas (F15), pois simultaneamente, ela desenvolve os movimentos de deslegitimar a imprensa como produtora de informações confiáveis e de autenticar o aplicativo Whatsapp (geralmente utilizado para compartilhamento de Fake News) como produtor e fonte confiável de notícias.

4.1.3 Regras de formação

O grupo de enunciados e suas funções nos encaminham para a descoberta das formações discursivas e das suas regras. Neste sentido, a terceira etapa da análise de discurso Foucaultiana foi apresentar as regras de formação discursiva juntamente com seus critérios: objetos, conceitos, modalidades e estratégias. No quadro 3, são apresentados sete objetos, oito conceitos, dez modalidades e sete estratégias e suas respectivas descrições.

Quadro 3 (4) – Critérios de regras

Objetos	
Conhecimento	Informações e princípios produzidos pela educação, cultura, imprensa, partidos políticos e também pelos aplicativos de mensagens.
Cultura	Conjunto de manifestações culturais e rede de artistas beneficiários da Lei Rouanet.
Gestão pública	É a forma como o Estado administra, incentiva e fomenta as formas de expressão da cultura nacional e de outras áreas, como, por exemplo, a educação.
Instituições reguladoras	Solicitação e apreciação de sanções aplicadas pelas instituições com poder de práticas consideradas desviantes.
Jair Bolsonaro	Práticas de Jair Bolsonaro enquanto presidenciável e presidente.
Partido dos Trabalhadores	Atos e políticas praticados pelo Partido dos Trabalhadores, no período em que membros da sigla ocuparam a Presidência do País
Religião	Corresponde ao conjunto de crenças, valores, práticas dos grupos religiosos, muitas vezes ligada ao âmbito do conservadorismo.
Conceitos	
Apuração	Averiguação e legitimação de um conteúdo como verdadeiro ou falso.
Financiamento	Indica a verba utilizada pelo Estado para incentivar e promover a cultura.
Funcionalidade	Aplicação da lógica utilitarista econômica no modelo de autenticação da cultura e do Estado.
Ordem	Relativo à proteção e ao respeito a regras, leis e estruturas que constituem a sociedade categorizada hierarquicamente, sendo exigido punição para aqueles que tentarem transgredir tais preceitos.
Partidarismo	Trata-se das incriminações e reprovações direcionando culpa e associando o Estado, a imprensa, artistas e manifestações culturais ao Partido dos Trabalhadores.
Sexualidade	Encarada como prática associada à reprodução. Sendo as expressões de sexualidade não-heteronormativas associadas com perversão ou doença.
Tradição	Conjunto de práticas e manifestações estratificadas na sociedade por grupos conservadores.
Transgressão	Práticas e manifestações culturais que infrigem à ordem heteronormativa e binarismo de gênero estabelecidos na sociedade, sendo isto encarado como desrespeito e crime.

Fonte: elaboração da autora.

Quadro 3 (4) – Critérios de regras

(Continua)

Modalidades	
Corrompido	Diz respeito à acusação de que artistas e imprensa fazem determinadas produções culturais e jornalísticas com viés político apenas em troca de verbas públicas.
Criminoso	É o principal argumento utilizado para atacar e deslegitimar na disputa política pelo poder.
Defensor	Censuras e sanções promovidas por grupos conservadores e instituições públicas como atos de proteção ao bem-estar social.
Dispensável	Diz respeito ao modo como a cultura e seu sistema de fomento público são compreendidos.
Falso	Relativo ao método usado para autenticar determinadas informações divulgadas pela imprensa e política como distorcidas e falsificadas.
Ineficiente	Revela o modo como as ações de administração, incentivo e financiamento do Estado são referenciados nas notícias falsas.
Nocivo	Classifica manifestações progressistas de cunho artístico, político e social como um perigo à ordem e ao bem-estar social.
Pervertido	Em referência ao modo como grupos conservadores julgam as discussões e práticas ligadas ao tema de diversidade de gênero e sexualidade.
Relevante	Expressa como os grupos conservadores ligados à religião e à política, que já têm hegemonia de poder, afirmam que são essenciais ao bem-estar da sociedade.
Verdadeiro	Indica a forma que determinadas Fake News são autenticadas como factualmente verídicas.
Estratégias	
Ação divisionária	Diz respeito à forma como as notícias falsas envolvendo política evidenciam modelos sociais extremos e radicais.
Arbítrio	Em referência às formas de punições aplicadas às práticas consideradas desviantes pelas instituições com poder de regulação e polícia.
Desmobilização	Relativo à tentativa de anulação da combatividade e do poder de mudança das práticas sociais progressistas, como, por exemplo, as produções culturais que refletem o sistema de gênero e sexualidade humana.
Distração	É a forma de alienação dos leitores das notícias falsas, que são autenticadas como publicações factualmente verídicas, enquanto a imprensa é deslegitimada como produtora de conteúdo confiável.
Exaltação	Indica como os grupos conservadores, através de uma autenticação, baseadas na preservação de práticas tradicionais, fazem a manutenção do *status quo.*
Explorar vulnerabilidade	Expressa como são evidenciadas as fragilidades do Estado, possíveis governos e o incentivo à cultura, no intuito de invalidar seus benefícios.
Proteção	Revela o conjunto de medidas de defesa e contra-ataque, no intuito de perpetuar as práticas que privilegiam os grupos conservadores.

Fonte: elaboração da autora.

A análise do arquivo, juntamente com os critérios de regras, revelou sete regras de formação discursivas, as quais estão nomeada e descritas no Quadro 4.

Quadro 4 (4) – Regras de formação discursiva

Cód.	Regra	Descrição
R1	Ineficiência do Estado	Diz respeito à ideia de que o Estado não está conseguindo cumprir adequadamente as suas principais funções, sendo o recurso pago pelo contribuinte desperdiçado pela corrupção sistêmica (impulsionada pelos Governos Petistas), gerando apenas bens e serviços públicos de baixa qualidade.
R2	Marginalização da classe artística	Aponta para a tendência de posicionar a classe artística e suas obras reflexivas à margem da vida política social. As manifestações de protesto das minorias sobre os problemas sociais acabam sendo reprimidos e desqualificados no intuito de impossibilitar a arte como propulsora de transformações sociais.
R3	Polarização política	Evidencia divergências políticas que são levadas ao ponto de extremismo ideológico. Principalmente no período da eleição de 2018, o Partido dos Trabalhadores foi associado à extrema esquerda e ao comunismo, sendo representado como um risco à sociedade, seja pelos atos de corrupção, ou por sua grande influência "doutrinadora" na cultura e na educação. Por outro lado, a extrema direita era associada a Bolsonaro e seus aliados políticos, sendo estes representados como defensores dos bons costumes e da moral brasileira, combatentes da ideologia de esquerda. Após a corrida eleitoral, esse cenário persistiu, mas também começaram a surgir associações de Bolsonaro com o nazismo. Além disso, as produções e expressões da classe artística eram associadas e autenticadas como partidarismo.
R4	Controle da sexualidade	Revela o domínio da diversidade e potência da sexualidade humana através de discursos moralizadores. Repreende a política sexual libertária como recurso revolucionário, a fim de docilizar os corpos e criar sociedade e regras mais disciplinadoras.
R5	Perversão da cultura não-heteronormativa	Mostra manifestações de opressão e discriminação contra a sexualidade não heterossexual ou expressões de gênero distintas dos papéis estabelecidos pela hegemonia masculina. Estas práticas e suas manifestações culturais são consideradas desviantes, subversivas, profanas, impertinentes e desrespeitam alguns princípios conservadores religiosos.
R6	Manutenção de práticas conservadoras	Relativo ao esforço para preservar instituições tradicionais na sociedade brasileira, como família, religião e propriedade privada. Contrários a movimentos progressistas ensejam proteger a sociedade através da manutenção da estabilidade social, ordem e justiça. Grande apreço pelos costumes, hábitos e convenções sociais religiosas, além de apresentar tendências nacionalistas.

Cód.	Regra	Descrição
R7	Regulação Punitiva	Demonstra a valorização das funções de vigilância do Estado sobre as manifestações culturais, atos e expressões políticas, consideradas indesejadas, perigosas e transgressoras. A aplicação de punições por parte do Estado é valorado e autenticado como justiça e estabelecimento de ordem na sociedade.
R8	Alienação intelectual	Indica ataques à cultura reflexiva, ao jornalismo informativo, inverte linhas editoriais, e autentica aplicativos de mensagens como produtores de conteúdo confiável. Neste sentido, a população fica alheia às estratégias de manipulação de informações que interferem na consciência social e na função política cidadã.

Fonte: elaboração da autora.

A combinação dos critérios de regras determinou o estabelecimento das regras de formação. No intuito de visualizar esses arranjos, a tabela 3 apresenta o conjunto de critérios nas linhas e de regras nas colunas O quadrado cinza foi marcado quando houve relações entre eles.

Tabela 3 (4) – Regras de formação e seus critérios

		Ineficiência do Estado	Marginalização da classe artistica	Polarização política	Controle da sexualidade	Perversão da cultura não-heteronormativa	Manutenção de práticas conservadoras	Regulação Punitiva	Alienação intelectual
Objetos	Conhecimento		■		■	■			■
	Cultura		■		■	■			■
	Gestão pública	■	■		■	■		■	
	Instituições reguladoras		■		■	■	■	■	
	Jair Bosonaro			■			■		
	Partido dos Trabalhadores	■	■	■					
	Religião				■	■	■		

Tabela 3 (4) – Regras de formação e seus critérios

		Ineficiência do Estado	Marginalização da classe artistica	Polarização política	Controle da sexualidade	Perversão da cultura não-heteronormativa	Manutenção de práticas conservadoras	Regulação Punitiva	Alienação intelectual
Conceitos	Apuração								■
	Financiamento	■	■			■			
	Funcionalidade	■	■					■	
	Ordem			■	■		■	■	
	Partidarismo	■	■	■		■			
	Sexualidade		■		■	■			
	Tradição				■	■	■	■	
	Transgressão	■	■		■	■			
Modalidades	Corrompido	■	■	■					
	Criminoso	■	■	■	■				
	Defensor			■			■	■	
	Difusor								
	Dispensável	■	■						
	Falso								■
	Ineficiente	■	■	■					
	Nocivo	■	■		■	■			■
	Pervertido		■		■				
	Relevante			■			■	■	
	Verdadeiro						■		■
Estratégias	Ação divisionária	■		■					
	Arbítrio				■	■	■	■	
	Desmobilizar	■	■		■	■	■		■
	Distração		■	■					■
	Exaltação			■			■	■	
	Explorar vulnerabilidade	■		■				■	■
	Hierarquização								
	Prevenção							■	

Fonte: elaboração da autora.

A partir desta análise do arquivo, podemos identificar as categorias de formação que revelaram as formações discursivas. Portanto, na próxima seção vamos para a última etapa de descrição e análise de cada formação diante das bases teóricas.

4.2 As formações discursivas

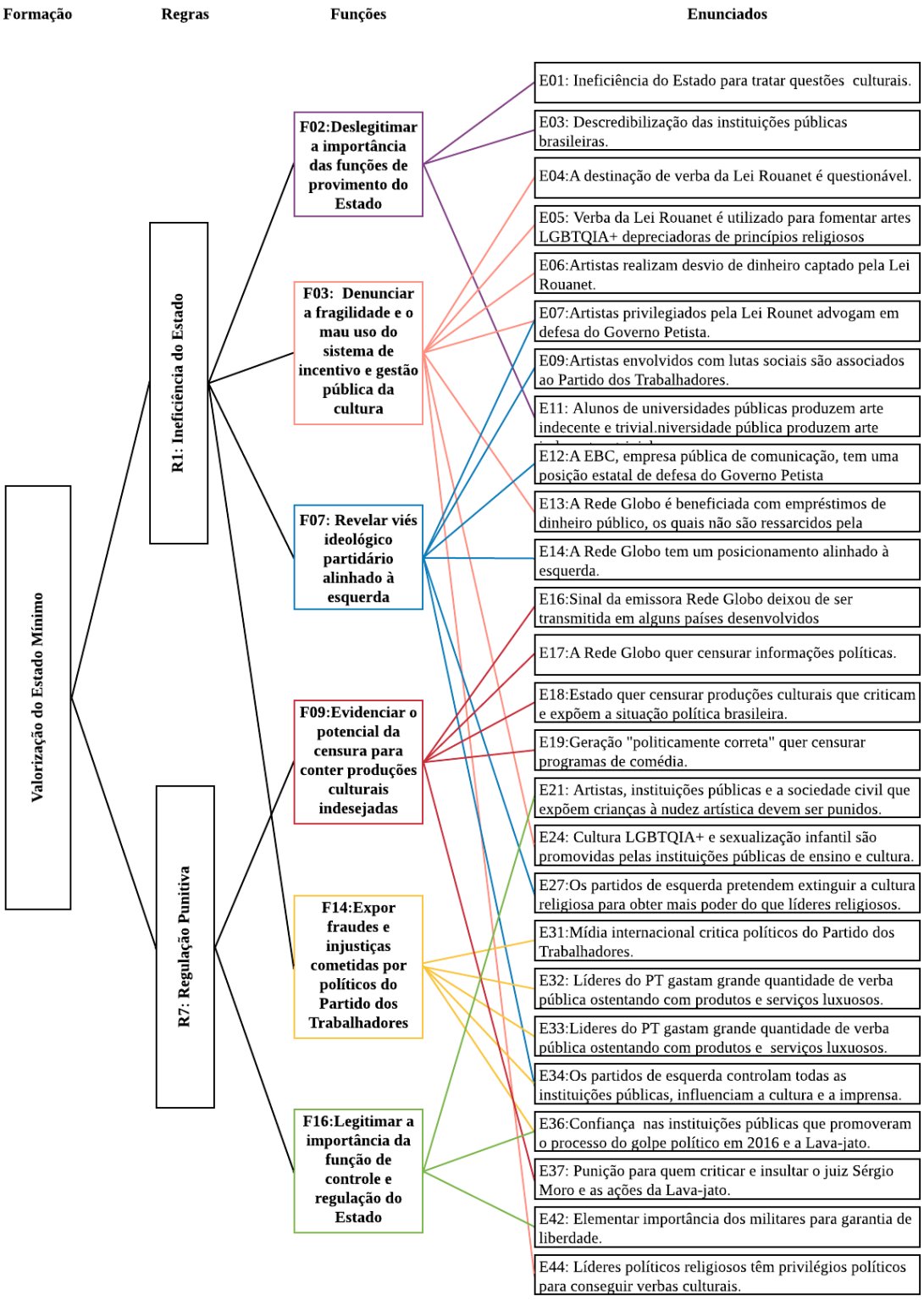
A articulação dos enunciados, funções, critérios e regras apontaram a existência de cinco formações discursivas. Apresentaremos nas próximas seções uma síntese geral de cada formação, com os respectivos feixes de relações, descrições, exemplos e aspectos teóricos referentes a cada formação.

4.2.1 Valorização do Estado Mínimo

Esta formação discursiva representa o enaltecimento da ideia de diminuição das estruturas e funções de provimento do Estado na sociedade, sendo a interferência deste no mercado a menor possível. Dessa forma, cabe apenas à Administração Pública garantir a ordem social para auxiliar o bom funcionamento do mercado.

A formação é composta por duas regras, seis funções e 26 enunciados. A regra de formação “Ineficiência do Estado” (R01) se relaciona com cinco funções que criticam e deslegitimam: os serviços de provimento do Estado (F02), as políticas de fomento à cultura (F03), os atos do Governo Petista (F14) e consequentemente a influência deste no Estado (F07). Já a regra de formação “Regulação Punitiva” (R07) se associa com as funções que valorizam o controle social e punição por parte do Estado (F16) e autenticam o potencial de censura com as produções culturais indesejadas (F09).

Figura 6 – Mapa das relações da primeira formação discursiva



Fonte: elaboração da autora

A exposição de vulnerabilidades da estrutura do Estado é o argumento que embasa uma crescente expectativa da redução gerencial e administrativa e alocação de recursos, assim como o papel provedor de bem-estar social do Estado. No entanto, a valoração das instituições com poder de polícia reforça a ideia de que este encolhimento do Estado não deve ocorrer nas funções básicas que regulam a ordem na sociedade, como por exemplo, segurança e seus aspectos de vigilância e punição.

Esta formação discursiva também se relaciona com aspectos e princípios liberais e neoliberais. A concepção de que o Estado não deveria interferir na economia foi desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, recebendo influências da burguesia ocidental industrial nascente da época. A ideia do "*Laissez-fair"* (deixar fazer) no mercado influenciou os economistas e filósofos, como Adam Smith e John Stuart Mill, que pautaram o Estado em perspectivas utilitaristas relacionadas aos valores iluministas de progresso, conhecimento e individualidade (MERQUIOR, 2016).

O capitalismo industrial dentro da lógica liberal era caracterizado por condições precárias de trabalho, baixo salários e jornadas de trabalho extensivas, o que fomentou críticas a este sistema. Após a crise de 1929, o modelo liberal econômico passou a ser contestado, abrindo espaço para o crescimento do papel do Estado provedor na sociedade, influenciado pelas leis do keynesianismo (GOMÉZ, 2015). Este movimento durou cerca de 50 anos, porém perdeu potência, e assim o neoliberalismo retomou a ideia do Estado Mínimo.

Neste sentido, as problematizações foucaultianas sobre a governamentalidade neoliberal podem auxiliar no processo de análise da formação discursiva relacionada ao Estado Mínimo. Com os cursos *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 2008b) e *Nascimento da Biopolítica*, (FOUCAULT, 2008a), Foucault refletiu sobre as relações entre governo, disciplina, sociedade, economia, política e expansão do capitalismo para desenvolver a concepção de governamentalidade.

> Por 'governamentalidade' entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda

> uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco "governamentalizado". (Foucault, 2008a , p. 142-143)

Foucault, ao trazer um conceito político, tenta perceber as relações de poder que existem no aspecto de governamentalidade, inaugurando uma nova maneira de pensar a arte de governar e abrindo possibilidade para analisar os princípios do liberalismo e neoliberalismo na contemporaneidade.

A teoria liberal nasce a partir dos questionamentos do poder que o governo estatal exerce sobre a sociedade e tenta trazer a possibilidade de dispensar parte da influência da Administração Pública sobre a vida das pessoas. Ou seja, a crítica governamental do liberalismo é pautada na noção de que o Estado governa demais. No entanto, Foucault (2004b), através da analítica do poder, alerta para o movimento de transformação do liberalismo, que deixa de ser apenas uma corrente teórica e se torna uma prática, maneira de fazer, um método de racionalização do exercício do governo, transforma-se em uma técnica de governar multiforme.

Mesmo que as concepções da corrente filosófica tenham como objetivo o aperfeiçoamento da razão do Estado, a proteção dos direitos pessoais e a garantia da liberdade individual, ao se ampliar-se como arte governamental, também reproduz a autolimitação do Estado em função do mercado. O liberalismo fica então reconhecido como "princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e aí se encontra sua especificidade, à regra interna da economia máxima" (Foucault, 2008b, p. 323).

O neoliberalismo como sucessão dos princípios liberais tenta impor mais agressivamente a lógica mercantil à sociedade. O fundamentalismo do mercado preza pela livre concorrência e iniciativas do empreendedorismo privado. A diferença entre as duas correntes filosóficas é que o mercado por si só não consegue se regular, sendo dever do Estado estabelecer condições para que a economia continue a se manter em máxima eficiência (MERQUIOR, 2016). As políticas do Governo, neste sentido, passam a ser mais reguladoras, vigilantes e ativas (FOUCAULT, 2008b).

No arquivo a valorização do princípio da eficiência, reforça o discurso de que o governo deve reduzir ao máximo suas estruturas e consequentemente suas despesas, prezando apenas por uma quantidade mínima de serviços elementares para a ordem social,

como segurança, saúde e educação. O fomento da cultura, através da Lei Rouanet, mesmo que já inserido na lógica de mercado de patrocínios, sofre críticas de ineficiência, e a ideia de que o financiamento à cultura não deveria fazer parte do escopo de atribuições do Estado se intensifica.

> A artista norte-americana Lana Newstron lançou uma nova tendência ao vender obras invisíveis por milhões em todo o mundo. Lana Newstron veio ao Brasil para fazer uma grande exibição de suas obras. A mostra foi viabilizada pela captação de R$ 09 Milhões por meio da Lei Rouanet. Como é gratificante passear por museus, galerias e ver uma imensidade de obras, suas cores, formas e admirar a criatividade e talento do artista. Mas, e quando as obras são invisíveis? Como proceder?" (Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos,org, 18 de dezembro de 2017)

Figura 7 - Porque faltou dinheiro nos hospitais

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação de fatos da Agência Lupa, 01 de novembro de 2018

Nos trechos de notícias falsas acima, é enfatizada a noção de ineficiência do Estado para tratar questões da cultura (E01), sendo a destinação da verba Lei Rouanet questionável

(E06). Esta perspectiva é encarada como denúncia do mau uso do sistema de fomento público à cultura (F03). O Estado é o agente irresponsável acusado de permitir a situação (F02) e desperdiça milhões em obras artísticas que não geraram retorno à sociedade. Assim, o princípio do Estado Mínimo se fortalece por causa da escassez de recursos públicos e da alta capacidade técnica do setor privado e de segmentos da sociedade civil.

A respeito da racionalidade econômica máxima, o discurso neoliberal pretende estruturar e subjetivar as atitudes da sociedade, além de organizar a ação do Estado. Consequentemente, o mercado se constitui como um regime de verdade (FOUCAULT, 2008b) e passa a ditar as demandas sociais, inclusive a cultura, que - dentro desta lógica econômica - deixa de ser expressão da humanidade e vira mercadoria.

Os indivíduos também precisam internalizar tais práticas governamentais para se tornarem mais autônomos e autogerenciáveis. É dessa forma que a generalização da concorrência e a ética social da empresa se espalham nas normas culturais e transformam o sujeito em um empresário de si mesmo (FOUCAULT, 2008b). O trabalhador é caracterizado ao mesmo tempo como chefe e empregado, é o próprio capital e a fonte de renda.

O raciocínio de priorizar a mensuração econômica provoca mudança de comportamento nos mais diversos âmbitos da vida: educacional, familiar, lazer, entre outros. Hoje, por exemplo, os pais investem cada vez mais cedo na formação do filho para a futura inserção no mercado de trabalho. Desde curso de línguas, esportes a colégios preparatórios para os vestibulares das universidades, os recursos investidos na formação das crianças visam à produção de um capital humano adequado a atender às demandas do mercado.

Assim, com a multiplicação dessas unidades-empresas e o aumento da oferta de serviços, o neoliberalismo vai contra a ideia de um governo que promove o bem-estar social, afinal, como empresa, o indivíduo deve arcar com suas necessidades e investimentos. No trecho abaixo, há um suposto depoimento do atual Ministro da Economia Paulo Guedes, afirmando que para garantir o princípio de eficiência nas áreas básicas do governo, os eventos culturais devem ser regidos pela iniciativa privada, e não mais pelo Estado.

> "Não destinaremos recursos financeiros para o Carnaval, Parada Gay, Marcha da maconha, Marcha para Jesus etc… Cada qual faça com seu dinheiro. O dinheiro do povo vai para saúde, educação, segurança, saneamento básico, transporte e desenvolvimento." (Paulo Guedes)

Ainda nessa lógica de limitação do papel provedor da Administração Pública como premissa para uma maior economia e eficiência, os momentos de extinção do Ministério da Culturas, nos governos de Michel Temer, em 2016, e de Jair Bolsonaro, em 2019, foram marcados por notícias falsas que destacavam os aspectos de autogerência como aperfeiçoamento da eficiência no âmbito cultural. Na Fake News a seguir, é apresentado o argumento de que a maioria dos países que são potências econômicas e culturais não contam com esta estrutura do governo para fomentar a área artística.

Figura 8 – Fake News de que potências culturais não têm Ministério da Cultura

Fonte: Matéria de Verificação do “Aos Fatos”, divulgada no dia 20 de maio de 2016.

A descrença nas instituições públicas (E01) acaba por deslegitimar a importância das funções de provimento do Estado (F02), que afinal se mostra ineficiente na arte de governar (R01). Com o objetivo de desestabilizar a racionalidade do governo provedor e assistencialista, foram disparados conteúdos falsos que associavam os atos da

Administração Pública à propaganda ideológica estatal de esquerda, principalmente nos anos que o Brasil teve políticos do Partido dos Trabalhadores na presidência. O suposto alinhamento ideológico impedia o Estado de cumprir suas funções com objetivos públicos e democráticos. Logo, o antipetismo relacionado às políticas culturais se tornou mais um argumento para a diminuição da estrutura do Estado.

Na racionalidade neoliberal, enxugar as estruturas e gastos com o Estado não é sinônimo de diminuir o próprio poder sobre o corpo social. Se por um lado a governamentalidade nesta lógica mercantil produz liberdade para o crescimento econômico e progresso ilimitado, por outro estabelece limites, obrigações e regulações apoiadas em coações para manter a ordem (FOUCAULT, 2008b).

Por isso, os mecanismos, procedimentos tecnológicos de poder e aparelhagem de vigilâncias do Estado são usados para estabelecer e aumentar o domínio da população, chegando à internalização do governo pela sociedade (FOUCAULT, 2008a). A informação fabricada a seguir foi postada pelo atual ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com o propósito de legitimar a importância do exército para garantia da liberdade (E42).

Figura 9 - Poema que exalta soldados não foi citado por Obama no Memorial Day

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação de fatos de “Aos Fatos”, em 12 de março de 2019

As Fake News, então, reproduzem o sistema de saber que reforça a autenticação das funções de controle e regulação do Estado (F16), além de evidenciar o potencial de censura e punição para conter produções e manifestações culturais que possam desestabilizar o sistema de bom funcionamento da sociedade e afetar o progresso econômico (F09).

Portanto, segundo o discurso de Estado Mínimo, os sistemas de fomento à cultura devem ser extintos, pois o melhor é que deixe de ser uma "despesa" para o governo e passe a ser uma oportunidade de geração de lucros, transformando-se em mercadoria. Com o objetivo final pautado na lógica de vender mais, a cultura se afasta da sua função política questionadora e se aproxima do espetáculo de entretenimento. É o que discutiremos na próxima formação discursiva.

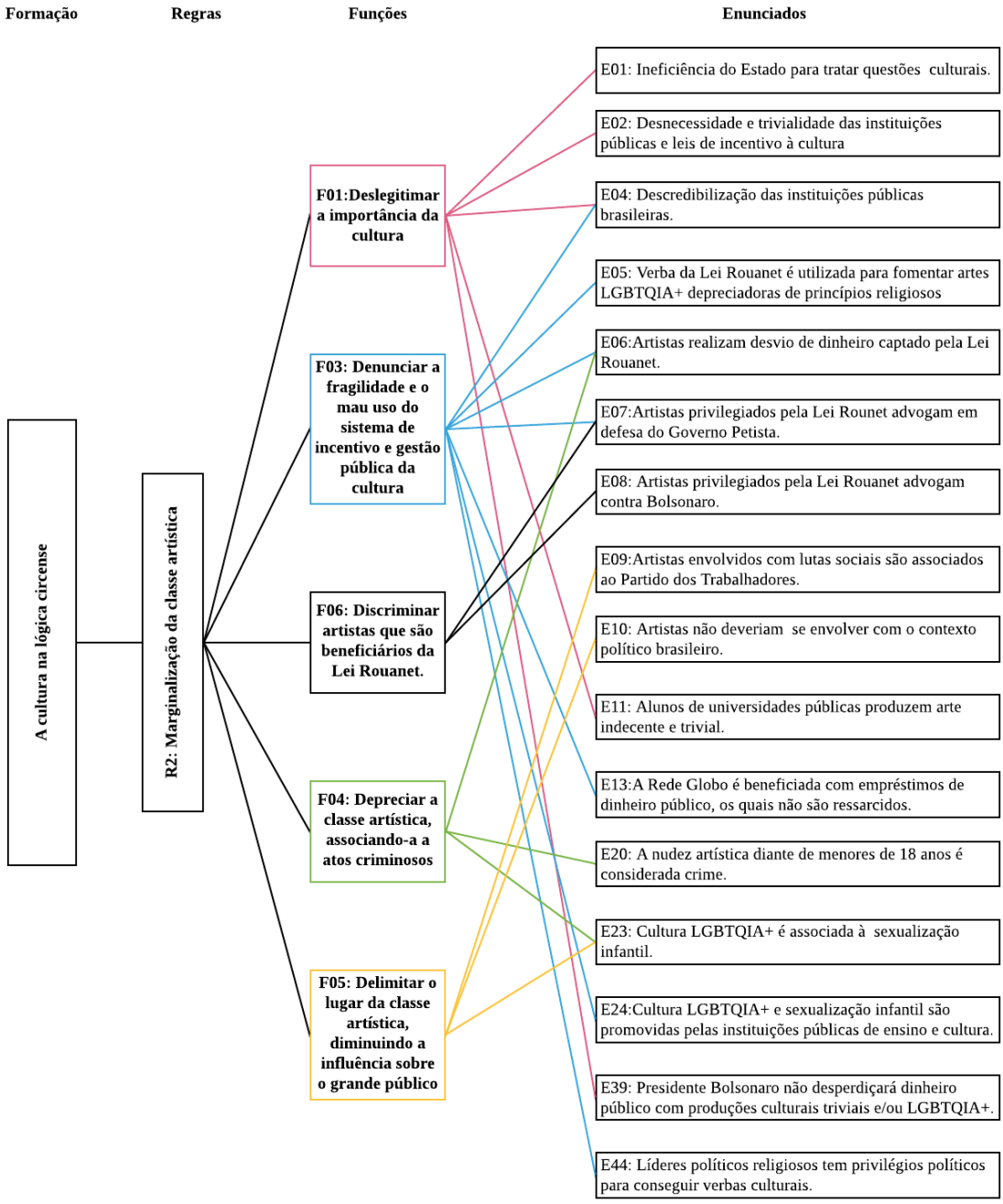
4.2.2 A cultura na lógica circense

Esta formação discursiva diz respeito à delimitação da cultura e atuação social da classe artística apenas como artefatos e ações de entretenimento, exercendo a função política social de controle sobre a população. Ao disseminar exaustivamente a noção de alegria, magnitude e satisfação, a cultura passa a exercer a função distrativa da atenção, sob a lógica do pão e circo. Dessa forma, as expressões ou manifestações que levam a população a reflexões sociais e/ou valores progressistas são deslegitimadas enquanto cultura.

As categorias integrantes desta formação discursiva são: uma regra, cinco funções e 16 enunciados. A regra de marginalização da classe artística (R2) se relaciona com as funções que tentam enfraquecer e desarticular a potência social da cultura e da arte. As notícias falsas enunciam discursos que tentam deslegitimar a importância da cultura (F01), criticar e evidenciar as fragilidades do sistema de incentivo público à cultura (F03) e, em consonância, tentam discriminar os beneficiários da lei Rouanet (F04), além de associar os artistas a atos criminosos (F05) e tentar delimitar a cultura e a classe artística ao entretenimento, com o objetivo de reduzir o poder e influência de reflexão sobre o povo (F06).

Abaixo está a representação do mapa de relações que configura esta formação discursiva.

Figura 10 – Mapa das relações da segunda formação discursiva



Fonte: elaboração da autora

A política do Pão e Circo foi uma estratégia desenvolvida para exercer domínio sobre a população e conquistar apoio popular durante o Império Romano (27a.C. – 476d.C), período marcado por condições sociais precárias, como desemprego, pobreza extrema, excesso de tributos, falta de alimentos, moradia e altas taxas de analfabetismo.

Inaugurada pelo imperador Otávio Augusto, a política do Pão e Circo fornecia cereais e entretenimento, na forma de combates mortais entre gladiadores e ocupavam o tempo livre dos romanos. Tal espetáculo exercia a função de desviar a atenção da miséria e dos problemas políticos, sociais que a população vivia. Inclusive, o período de governo do imperador Otávio Augusto ficou conhecido como uma época da Pax (paz romana), pois ele conseguia conter as revoltas, mantendo o corpo social sob controle (VEYNE, 2015).

Esta prática foi autenticada como estratégia pela elite romana, que, em tempos de crise, conseguia manter o povo pacífico diante das mazelas sociais e desinteressado na esfera política. Além das brigas entre gladiadores, animais ferozes, músicas, teatro, palhaços, acrobacias e corridas eram utilizados nos espetáculos. Esta técnica de poder, assim como outros artefatos históricos de Roma, influenciou e até hoje inspira a conduta da sociedade contemporânea ocidental (COLÓN, 2007).

Alguns exemplos históricos do uso da cultura como distração da consciência política coletiva foi a utilização de jogos de futebol e da música pela ditadura militar no Brasil. A vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970 e, consequentemente, o sentimento de alegria e euforia foram aproveitados para reforçar o discurso de sucesso do regime militar e fomentar a conduta nacionalista (CANETTIERI, 2016). Já o movimento musical da Jovem Guarda com suas músicas românticas, alegres e descontraídas muitas vezes mantiveram distantes as reflexões políticas durante o período de grande repressão social da ditadura militar (NAPOLITANO, 2008).

Na verdade, a ditadura militar foi marcada por inúmeros assassinatos, torturas, prisões arbitrárias e censura com aqueles que se posicionavam contra o regime. As manifestações de repúdio e resistência a este golpe político eram feitas por músicos, atores, escritores, artistas, que ao longo do regime sofreram perseguição política, foram censurados e até mesmo exilados do país com a justificativa de que tais expressões culturais eram alinhadas com o movimento comunista (MOTA, 2008).

A ditadura militar acabou na década de 80, mas suas práticas e regimes ainda repercutem na sociedade brasileira. Neste ciclo histórico repetitivo, atualmente, as notícias falsas tentam reprimir as expressões culturais por meio de ataques difamatórios. Desqualificam a atuação política das produções culturais de teor denunciativo e crítico à realidade, associando-as aos interesses ideológicos de esquerda do PT, que, por sua vez, é relacionado ao comunismo.

Figura 11 – O jornal francês Charlie Hebdo chama artistas brasileiros de babacas

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 24 de maio de 2016

A Fake News da suposta capa do jornal francês satiriza e ridiculariza os artistas brasileiros que denunciaram o governo ilegítimo de Michel Temer, no tapete vermelho do Festival de Cannes (um dos maiores eventos de premiação do cinema mundial). Na situação, o diretor e os atores do filme *Aquarius* exibiram cartazes que criticavam o golpe de Estado ocorrido no país em 2016. A próxima notícia falsa também tenta deslegitimar a artista que se manifestou contra o afastamento ilegal da presidenta Dilma Rousseff.

> Petista Letícia Sabatella vai até Roma denunciar suposto golpe de estado e é surpreendida:
>
> Letícia Sabatella [que se esbalda em rios de dinheiro através da Lei Rouanet] foi até o papa Franscico, em Roma para denunciar um suposto golpe de estado no Brasil. A atriz e a juíza Kenarik Boujikian Felippe participaram de um encontro oficial com o pontífice na última segunda (9) e entregaram a ele uma carta dizendo que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff seria ilegal. Francisco se expressou no dia seguinte através de sua assessoria: ” Muito me entristece que um país como o Brasil possa estar passando por momentos difíceis. Minha ação será rezar muito pelo povo, que é o maior prejudicado entre as disputas políticas.Tenho acompanhado a situação do Brasil através dos noticiários mundiais e tenho plena confiança nas instituições brasileiras como o Ministério Público, a Polícia Federal e o poder judiciário.” (Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 11 de maio de 2016)

Ambos conteúdos fictícios tentam desqualificar a atuação política da classe artística que se pretende a gerar reflexões sociais (F05). O teor de reprovação expresso no texto reforça o enunciado de que os artistas não deveriam se envolver com o contexto político brasileiro (E10). Ainda no intuito de neutralizar a influência que tais artistas podem obter na sociedade, há uma tentativa de associá-los ao Partido dos Trabalhadores (E09), que no período em questão também estava sendo relacionado a condutas imorais.

Neste sentido, é importante ressaltar algumas reflexões de Foucault (2009) sobre a arte. Próxima da filosofia, uma das funções que a arte pode exercer é a constante problematização da realidade. O ato da criação executado nas artes permite a possibilidade para florescimento do novo, ir além das concepções já instituídas. Além do entretenimento, é benéfico para a sociedade que a classe artística pense sobre o contexto histórico e político, demonstre descontentamento com situações sociais de injustiças e desperte a vontade de mudança na população.

Mas atualmente os artistas que fazem esses questionamentos sociais e suas produções culturais são associados ao crime (F04). Ao mesmo tempo em que as notícias

falsas acusam artistas de desviar dinheiro da Lei Rouanet (E06), denunciam a fragilidade e a corrupção no sistema público de incentivo à cultura (F03). Mais uma vez, tentam estabelecer como verdade a ideia de que as verbas da Lei são usadas como recurso de suborno e para propaganda cultural política do Partido Petista.

Figura 12 – Polícia Federal vai prender artistas financiados pela Lei Rouanet

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação da agência Aos Fatos, 19 de junho de 2018

No ano de 2016, a operação “Boca Livre”, da Polícia Federal em conjunto com a Controladoria Geral da União (CGU) apurou e descobriu um escândalo envolvendo uma produtora cultural que desviou cerca de R$ 21 milhões do mecanismo de incentivo cultural. No entanto, os 32 indiciados pela Operação Boca Livre não têm relação com nenhum dos artistas mostrados na imagem anterior. O que há de comum entre esses artista é o fato deles terem produções culturais marcadas pela atuação e depoimentos midiáticos políticos.

A hostilidade investida conjuntamente na classe artística e nos incentivos fiscais provoca uma espécie de discriminação daqueles que são beneficiários da Lei Rouanet. (F06). Com influências dessas Fake News, o lugar das produções culturais no imaginário brasileiro é cada vez mais marcado pela ideia de que artistas petistas “mamam nas tetas” do governo, sendo as políticas de financiamento uma forma arbitrária de sustentar vagabundos. Principalmente na época das disputas eleitorais, as ações e condutas dos artistas foram associadas a favor do PT (E07), e/ou contra Bolsonaro (E08), pois o primeiro é a favor da

manutenção do sistema de incentivo, enquanto o segundo já tinha feito promessas de acabar com a Lei Rouanet.

Figura 13 – Montagem da foto de atrizes defendendo a Lei Rouanet

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação de fatos da Agência Lupa – 30 de setembro de 2018

A foto acima é uma montagem feita a partir da imagem original postada nas redes sociais das atrizes. Acompanhada pela frase "É por dinheiro", a imagem evidenciava o interesse das artistas em continuar garantindo a "mamata" da Lei Rouanet. Este senso de descaso e desvirtuamento das funções públicas de incentivo colocam em questão a legitimidade e importância da cultura para a população (F01).

> Pablo Vittar receberá R$ 5.000.000,00 pela Lei Rouanet em 2018, liberação foi homologada hoje no DOU (Diário Oficial da União); triste, pois o hospital do Câncer foi fechado por 1,7 milhões e 500 crianças ficaram sem tratamento aguardando a morte. Parabéns Brasil! #nojo. (Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 25 de dezembro de 2017)

Os ataques às forças questionadoras, politizadas e até mesmo progressistas das produções culturais podem fomentar a passividade social brasileira, anestesiar a consciência política e reprimir os movimentos de revolta e lutas sociais. Já a cultura funcionando apenas na lógica circense é vital para a relação de dominação que foi estrategicamente constituída e fortalecida.

Podemos relacionar este movimento cultural de entretenimento com as reflexões de Foucault sobre poder. Na sociedade disciplinar, através dos mecanismos de distração e controle do pensamento, os corpos são mais facilmente manipulados e normalizados, com o objetivo de ordenamento político (FOUCAULT, 1987). A formação de subjetividades obedientes é um pressuposto para direcionar e manipular as forças sociais.

Em substituição à punição física, os dispositivos disciplinares prezam pela docilidade dos corpos. A disciplina para o autor é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é, com o mínimo ônus, reduzida como força "política", e maximizada como força útil profissional (FOUCAULT, 1987). O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar.

Ao controlar a multiplicidade da criatividade humana, a lógica cultural circense procura reduzir a força política, enquanto a racionalidade do mercado maximiza a força útil do corpo. O poder é operacionalizado em favor do sistema neoliberalista de produção e lucro. Esses mecanismos e práticas de poder atuam em construção de determinados discursos com propósitos bem específicos de controle e disciplina dos indivíduos.

Apesar dos artistas serem personagens principais dos boatos, a intencionalidade dos ataques é o enfraquecimento da Lei Rouanet, visando matar por inanição a cultura progressista que vai contra as ordens sociais já estabelecidas. A política de fomento, essencial para realização de shows, peças de teatro, filmes e livros, seria então totalmente dedicada a financiar produções artísticas condizentes a valores conservadores. Isso será explicado nas próximas duas formações discursivas.

4.2.3 Valores progressistas representam um risco

Esta formação discursiva é relativa à forma como os movimentos conservadores estão tentando significar os valores progressistas. Doutrina filosófica, política e econômica, que compreende as mudanças e avanços como ações essenciais para a melhoria contínua das condições humanas, o progressismo fomenta as rupturas dos padrões sociais tradicionais institucionalizados. Influenciado pelo movimento iluminista que defendia o progresso através do conhecimento e razão científica, o progressismo caracteriza-se como uma ideologia antagônica ao conservadorismo.

Na concepção conservadora, o incessante progresso, a busca pela utopia e o constante desejo de transformar a natureza humana tornam o progressismo um perigo para a sociedade. As mudanças sociais, causadoras de instabilidades políticas, então, passam a

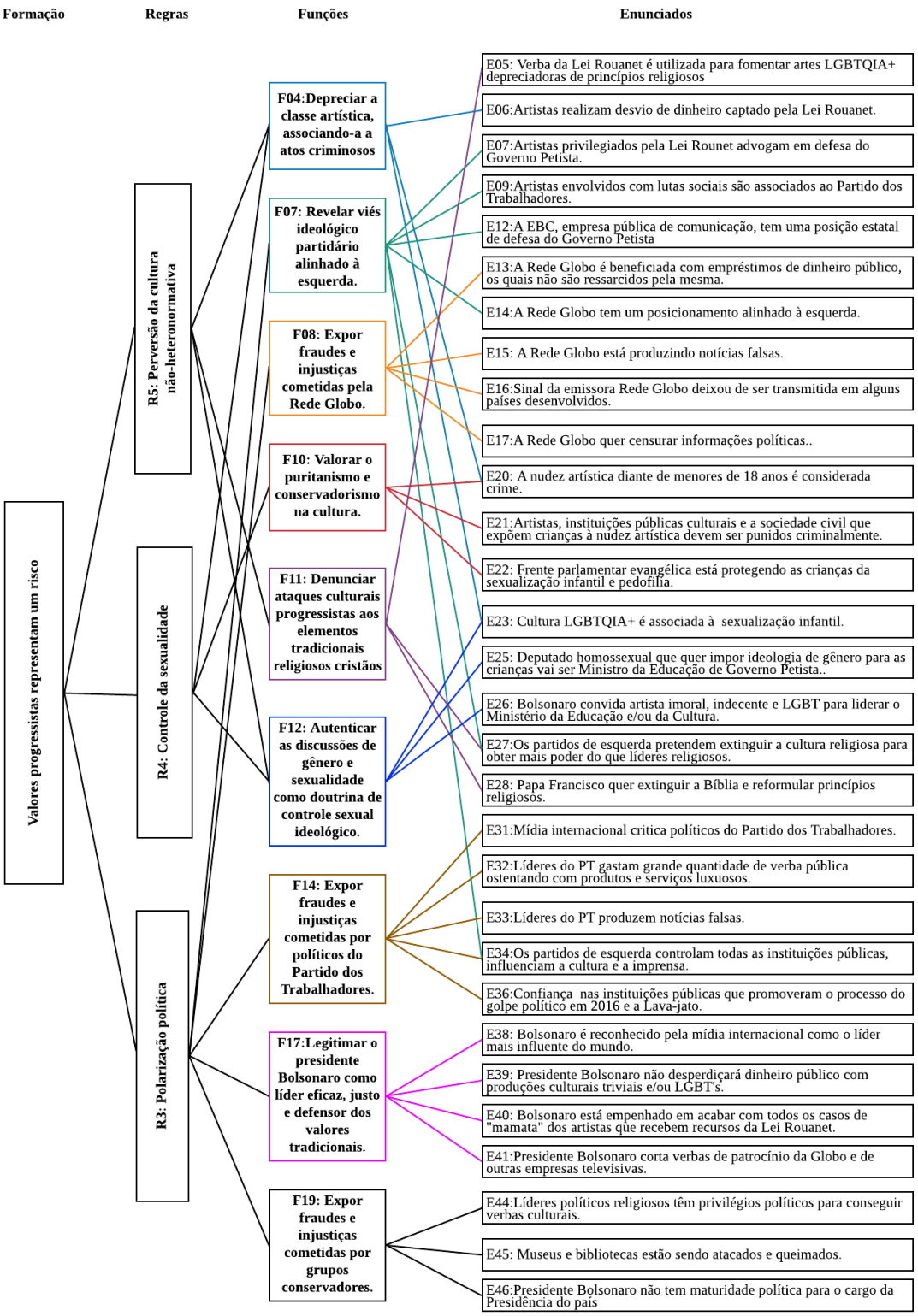
ser subjetivadas como risco nocivo e prejudicial à comunidade. Nas Fake News do arquivo, apenas os pontos negativos da doutrina progressistas são ressaltados.

A presente formação discursiva é composta por três regras, nove funções e 30 enunciados. A regra "polarização política" (R03) liga-se a mais da metade das funções, cinco para ser mais específica. São elas: a função que procura revelar um viés ideológico partidário de esquerda (F07), a que tenta acusar fraudes e injustiças cometidas pelo Partido dos Trabalhadores (F14) e pela Rede Globo (F08), além daquela que legitima Jair Bolsonaro como liderança justa e eficaz (F19) e a que expõe as injustiças sociais cometidas por grupos conservadores (F19). Enquanto as funções 07 e 14 criminalizam a conduta do PT e a doutrina progressista relacionada a ele, a função 17 reconhece Bolsonaro e a doutrina conservadora como benéficos à sociedade brasileira. Estas funções aparecem no arquivo com bastante ênfase durante os quatro anos analisados, com uma grande quantidade de Fake News. Já a função 19, que tenta criminalizar a conduta política de grupos conservadores, ocorre em número bem menos expressivo durante o ano de 2019.

A regra de controle da sexualidade (R4) tem a ver com as funções que depreciam a classe artística tentando acusá-las de crimes e atos imorais (F04), sendo os principais alvos da difamação aqueles artistas e produções culturais que se associam com práticas progressistas e discussões políticas. A regra 04 está conectada, ainda, à função que valora o puritanismo e conservadorismo na cultura (F10), no intuito de controlar as produções culturais progressistas que envolvem aspectos da sexualidade humana, e por último liga-se à função que desqualifica as discussões de gênero e sexualidade como uma doutrina de imposição da homossexualidade para as crianças (F12).

A regra da perversão da cultura não-heteronormativa se relaciona com as funções que menosprezam as práticas progressistas da classe artística (F04) e as reflexões das discussões de gênero e sexualidade (F12). Além disso, vincula-se com a função que denuncia ataques culturais progressistas aos elementos tradicionais religiosos cristãos (F11), principalmente as manifestações culturais que associam referências religiosas à homossexualidade. A seguir, é apresentado o mapa das relações desta formação discursiva.

Figura 14 – Mapa das relações da terceira formação discursiva



Fonte: elaboração da autora

Não existe um sistema definido de valores progressistas, pois isto depende do contexto sociopolítico em que a doutrina está inserida. Atualmente, no ocidente, ele está relacionado com lutas sociais de grupos historicamente excluídos e marginalizados (GUDYNAS, 2012). No Brasil, o progressismo é associado ao espectro político da esquerda, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) o representante mais conhecido, mencionado e também o mais atacado pelas Fake News.

No período dos anos 2000, muitos governos de esquerda ou centro-esquerda assumiram o controle nos países da América Latina, no entanto, diante de grandes escândalos de corrupção, as forças políticas dos governos atuantes começaram a se deteriorar (FUSER, 2018). No Brasil, a onda conservadora fomentou o movimento do antipetismo, em referência ao partido que estava na liderança presidencial há treze anos.

Com a Operação Lava Jato, o discurso contra a corrupção disseminou ainda mais a influência do antipetismo, chegando a ser esse um ponto de coalizão para o aumento da popularidade conservadora. Além disso, pedidos de retomada da ditadura militar ou da monarquia marcaram o crescimento da concepção antipolítica (GALLEGO; ORTELLADO; RIBEIRO, 2017). As políticas progressistas até então associadas à ideologia de esquerda também foram hostilizadas.

A Fake News a seguir é uma capa falsa do jornal francês Charlie Hebdo. Com uma charge em que o ex-presidente Lula passa a mão na bunda da justiça brasileira, a ideia de que Lula consegue se beneficiar, desrespeitando instituições é reforçada. A publicação da sátira ocorreu logo após ele ser nomeado ministro da Casa Civil do governo Dilma. A mesma capa falsa foi utilizada em momentos diferentes com outros políticos do PT, como a atual líder do partido Gleisi Hoffmann.

Figura 15 – Charge de Lula é capa do Charlie Hebdo

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org – 16 de março de 2016

A próxima foto falsa também acusa o PT de desviar verba e fraudar contratos. Ao mesmo tempo em que tenta incriminar os atos políticos do Partido dos Trabalhadores (F14), alimenta a crença de que o sistema de fomento público à cultura serve como propaganda política com viés alinhado à esquerda partidária (F07), e por último, deprecia a classe artística e suas produções culturais, afinal fazem partes dos esquemas de corrupção (F04).

Figura 16: Esquema de corrupção da Lei Rouanet na época dos governos petistas

Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação do Aos Fatos, 19 de junho de 2018

Em um processo de retroalimentação, os ataques do conservadorismo liberal às políticas progressistas fomentaram o golpe de Estado na presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a perseguição judicial do ex-presidente Lula da Silva. Os acontecimentos impulsionaram o movimento antipetista, enfraquecendo cada vez mais a imagem política do PT e os valores progressistas praticados pelo partido.

Marcado por ações progressistas no âmbito moral e político, a predominância de grupos políticos de esquerda na América Latina proporcionou o alcance e desenvolvimento de avanços sociais significativos, busca de maior independência externa e realização de ações sociais afirmativas (FUSER, 2018). No entanto, a posição econômica dessas lideranças se aproxima dos valores conservadores, pois tentaram fortalecer a influência do Estado na regulação do mercado. As contradições apontam para possíveis limitações estruturais que podem gerar falhas inerentes ao modelo de governo.

No Brasil, as próprias restrições e imperfeições advindas de contradições estruturais podem ter influenciado na crise dos governos da esquerda. Outro fator atuante no processo foram as pressões antiesquerdistas de grupos dominantes associadas ao império dos Estados Unidos. Grandes empresários, conglomerados da mídia comercial, elites do poder judiciário, líderes religiosos conservadores e parte da classe média desconstruíram a

legitimidade das práticas progressistas fomentadas pelos governos de esquerda, sendo a cultura e sua posição de vanguarda de mudanças e reflexão social alvos da disputa.

É válido ressaltar que a classe dominante que lidera esse processo de corrosão das políticas progressista é composta por homens, brancos, heterossexuais e ricos. O conservadorismo, autenticado por esses grupos, torna-se um dispositivo de poder para a manutenção do *status quo*. E todo discurso que faça contraposição ou perturbe o sistema já imposto termina veementemente combatido.

Neste sentido, o estabelecimento dos papéis de gênero foram e ainda são bases constitutivas do capitalismo, fomentado pelo discurso da família, propriedade privada e tradição. Atravessado por relações de poder, esse sistema gera desigualdades e domínio masculino na sociedade. Repensar tais relações e entender o mecanismo de funcionamento por trás delas pode reduzir relações assimétricas entre homens e mulheres na sociedade. Mas a inserção de tais discussões na educação é alvo de ataques, os grupos conservadores sustentados pelo patriarcado deslegitimam a importância dos debates sobre a igualdade de gênero e diversidade sexual nas escolas, pois afirmam que a "ideologia" de gênero quer influenciar crianças e destruir a família.

A Fake News a seguir é um exemplo de como as discussões de gênero vêm tentando ser subjetivadas no imaginário brasileiro. Os protagonistas da notícia falsa em questão são: a artista Pabllo Vittar, ícone gay e famosa por performar como *drag queen,* reconhecida por ser um símbolo da fluidez de gênero, e o ex-deputado Jean Wyllys, um dos principais defensores dos direitos LGBTQIA+ e também declaradamente homossexual.

Figura 17 – Pabllo Vittar e Jean Wyllys farão turnê LGBT em escolas

Fonte: Matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 23 setembro de 2017

A manutenção do poder é baseada em um conjunto de fatores, desde a criação e permanência das instituições às relações sociais hegemônicas , suas finalidades e propósitos

reproduzem discursos e regimes de verdades que articulam os campos de poder e saber. Assim, as reflexões de Foucault podem nos auxiliar a compreender a forma que as relações de poder heteronormativo são sustentadas pela produção de um campo de saber que desqualifica as discussões de gênero.

As Fake News já estão sendo utilizadas estrategicamente como dispositivos de poder por forças conservadoras para controlar os currículos e coibir as discussões de gênero e sexualidade nas escolas. A concepção da ideologia de gênero faz parte do campo de saber dogmático, que tem eficiência política para fomentar um discurso de repúdio e controle das diferentes experiências e dos desejos não heterossexuais. O objetivo é impedir a conquista de direitos e igualdade pelos grupos de mulheres e LGBTQIA+.

Vale ressaltar que as sexualidades são referentes a aspectos sociais, culturais, históricos e políticos atravessados e estruturados pelas relações de poder na sociedade. Foucault (2014) destaca que na tentativa de administrar a sexualidade foram constituídos campos de saber que participaram da construção discursiva da própria sexualidade. Através de normatizações, enunciados e regimes de verdade foi possível estabelecer o sexo enquanto tecnologia política.

Alvo de intervenções governamentais, econômicas, ideológicas e morais, o sexo foi limitado à função reprodutora, legitimado como normal apenas na dimensão heterossexual vinculada ao matrimônio. Ao fixar tais parâmetros, as outras práticas que envolvem a diversidade sexual humana passaram a ser encaradas como abjetos, anormais e antinaturais. A categoria heterossexual, então, ganha legitimidade, privilégios e autoridade, enquanto as outras são representadas como ilegítimas, desviantes e alternativas (FOUCAULT, 2014).

Assim ao longo da história, qualquer outra prática não reprodutiva foi associada ao prazer perverso e patologizada pelo saber psiquiátrico. Atualmente, no Brasil a diversidade sexual não é mais encarada como doença ou transtorno pelo campo jurídico e científico, mas a herança da heteronormatividade e consequentemente da homofobia ainda é presente na nossa sociedade. No discurso moralista conservador, a homossexualidade ainda é vinculada ao pecado, perversão, aberração e anormalidade.

Nas próximas notícias falsas, a orientação sexual não heteronormativa e não binária ainda é utilizada como um argumento estratégico de difamação, ou seja, a diversidade sexual é encarada como xingamento.

> O nível do festival Lula livre; – Nas palavras do esquerdista: Jesus é travesti, sim; Jesus é transexual, sim; Jesus é bicha, sim. – Essa é pra você que é cristão e pensa em votar no pessoal da esquerda !!! (Matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 30 de julho de 2018)

A projeção de uma das principais referências da religião cristã fora do padrão sexual estabelecido como normal é encarada como um desrespeito e insulto às normas divinas. No caso em questão, esta estratégia foi utilizada para atingir o festival promovido pelo Partido dos Trabalhadores.

Com o propósito de estabelecer e normalizar um modelo padrão de identidade sexual e de gênero, a diversidade humana que não se associa a este ideal é tolhida e silenciada. Afinal, para manter em atividade os discursos reguladores é preciso controlar qualquer outro aspecto que desordene ou ponha em xeque as verdades e subjetividades produzidas por esses campos de saber.

Consequentemente, a sexualidade passou a ser disciplinada por mecanismos, o que levou à rotulação e hierarquização em categorias fixas da potência de exploração das diversas possibilidades dos desejos sexuais e afetivos. A sexualidade, ao propor ordenamento dos corpos, ocupa um lugar de norma, saber, gestão da vida, da disciplina.

As Fake News articulam uma tentativa de conter e regulamentar as produções culturais que trazem reflexões sobre o corpo, a sexualidade, o desejo. No exemplo seguinte, o artista que fez uma performance nua é acusado de pedofilia por um dos líderes da Bancada Evangélica.

> Deputado Marcos Feliciano apresentou um pedido de prisão contra o ator que ficou nu e foi tocado por crianças em uma exposição no MAM em SP. [...]Policiais do 6º BPM cumpriram mandado de prisão contra 'Wagner Shwartz da performance La Bête" cumpriram mandado de prisão contra o artista neste domingo, e o mesmo foi levado para o IML para fazer exames. Wagner Schwartz, de 44 anos, é acusado de pedofilia após interação de criança com homem nu, dentro Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo. A performance de Wagner Schwartz vem causando espanto e até revolta nas redes.Ele se apresentou nu durante mais de uma hora e os espectadores (crianças) o tocavam. O Artista é acusado de ter cometido abuso sexual e (Estupro de Vulnerável -Art. 217-A) dentro do MAM na cidade de São Paulo. Em audiência de custódia realizada hoje, o juiz Edgard Marzola Colombini entendeu que houve estupro na ação do acusado ao incentivar que crianças lhe tocasse pelado. Além do ator a justiça indiciou também, A mãe da criança que *invetivou* a tocar o "coreógrafo" e mais 6 pessoas que organizaram o evento. Todos foram indiciada por violência sexual e (Estupro de Vulnerável -Art. 217-A) e pediu sua prisão dos envolvidos.

A matéria em questão tenta passar a ideia de que qualquer exposição de menores de 18 anos à nudez adulta constitui crime. Porém, é válido lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) só reconhece a prática como crime caso haja "finalidade de satisfação" da libido própria ou alheia, mediante o abuso de uma criança ou adolescente, e

o envolvimento dela, de alguma forma, em uma cena sexual. Mas nem toda nudez possui conotação sexual. Presente no cotidiano dos povos indígenas e dos naturistas, tanto no Brasil quanto no exterior, diversas apresentações de arte contemporânea envolvendo a nudez do artista entraram em cartaz em museus de todo mundo.

A tentativa de censura da própria sexualidade humana está associada à produção de corpos disciplinados. O processo envolve um sistema de crenças morais, padrões normalizadores, tabus, preconceitos e estigmas que reforçam um discurso hegemônico legitimador de práticas disciplinares. Objeto político das relações de dominação e poder, o corpo é marcado por privações, controle, obrigações (FOUCAULT, 2014).

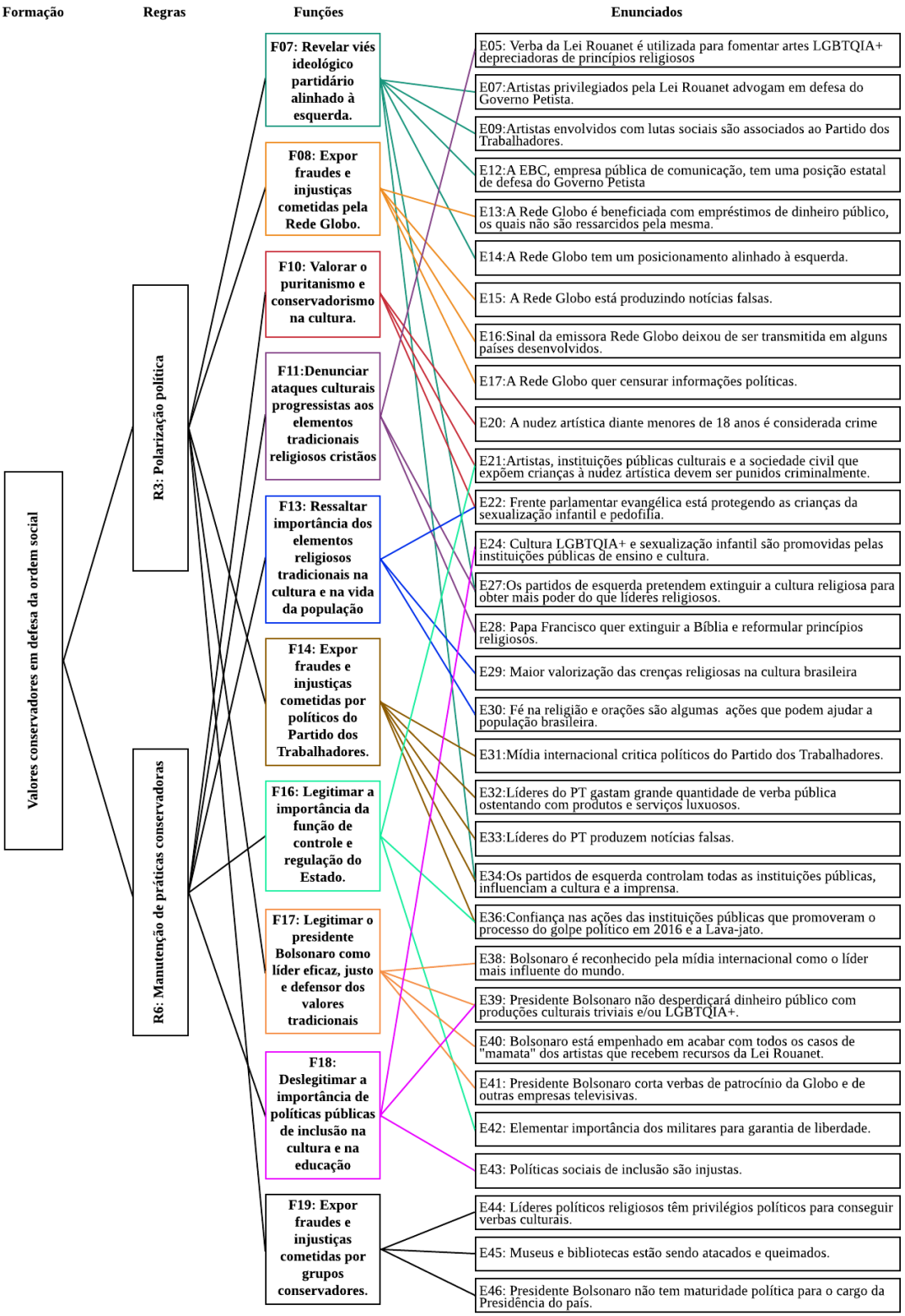
4.2.4 Valores conservadores em defesa da ordem social

Para complementar a formação discursiva anterior, esta seção mostra como os movimentos conservadores dentro da disputa discursiva procuram significar a si mesmo. Esta doutrina filosófica, econômica e política preza pela manutenção das instituições sociais e políticas. Contrário aos valores progressistas, o conservadorismo procura preservar os costumes, tradições e padrões tradicionais já estabelecidos na comunidade. Os valores conservadores são constituídos, de acordo com os contextos sociais e podem ser diferentes dependendo dos lugares e tempos em que são situados. Atualmente no Brasil, estes valores estão relacionados à conservação da família, religião e propriedade privada.

Esta formação discursiva é composta por duas regras, dez funções e 31 enunciados. A regra da polarização política (R3) presente na formação sobre o progressismo se relaciona à formação do conservadorismo, pois tenta evidenciar as divergências políticas de cada doutrina. Porém de forma geral, esta regra ressalta os pontos positivos do conservadorismo, enquanto evidência as características negativas do progressismo. Como já comentado, esta regra liga-se a cinco funções. Duas tentam depreciar os princípios progressistas ao criminalizar os atos do Partido dos Trabalhadores (F14) e consequentemente menosprezar o viés ideológico partidário de esquerda (F07); uma acusa veículos de comunicação privados de apoiar a esquerda (F08) e outra legitima Jair Bolsonaro e seu viés conservador como liderança justa e eficaz (F19), e, em contraponto (mas em menor evidência), a função (F19) acusa os grupos conservadores de injustiças sociais.

A regra de manutenção de práticas conservadoras vincula-se à valorização do puritanismo e conservadorismo na cultura (F10) e dos elementos religiosos tradicionais na sociedade (F13). Ataques progressistas a tais elementos religiosos são denunciados (F11). Além disso, as políticas públicas de inclusão geralmente associadas às pautas progressistas são deslegitimadas (F18), enquanto a função de controle por parte do Estado, regulação que garante o ordenamento e estabilidade social, é enaltecida (F16). A seguir está o mapa de representação dos feixes das relações desta formação.

Figura 18 – Mapa das relações da quarta formação discursiva



Fonte: elaboração da autora

O princípio da ambivalência afirma que todos os sistemas e artefatos criados pelo ser humano têm pontos positivos e negativos. O conservadorismo não foge a esta regra, porém, dentro do espectro discursivo das falsas verdades, as características boas (como políticas prudentes que dão preferência ao conhecido, ao familiar, em vez de tentar alcançar sociedades utópicas) são evidenciadas em detrimento dos valores progressistas. Assim, à medida que os progressistas são caracterizados como prejudiciais às pessoas, o conservadorismo assume o papel de defensor da sociedade, dos bons costumes, da moral, da justiça e da ordem social.

Diante de dispositivos que autenticam ou não práticas culturais e políticas, é importante que nos perguntemos sob a ótica do pensamento foucaultiano: como os valores conservadores vêm se tornando verdades sociais? Qual a intencionalidade dessas verdades? E que efeitos elas produzem na sociedade? Para tentar responder às perguntas, é importante ressaltar que os saberes, produzidos pelos regimes de verdade, são constantemente atravessados por relações de poder múltiplas e plurais de sentidos (FOUCAULT, 1987)

Ao mesmo tempo em que o poder produz saber, não há relações de poder sem o estabelecimento de um campo de saber. Para Foucault (2014), a execução do poder se baseia no aparecimento de verdades, um conjunto de conhecimentos eficazes, não necessariamente de natureza científica, mas que permite separar o verdadeiro do falso, o que pode do que não pode ser dito, o que é legitimado do que é deslegitimado.

Associado à política de direita no Brasil, o conservadorismo é marcado por contradições estruturais, pois combina práticas conservadoras nos costumes sociais e conduta política, mas no âmbito econômico é associado à liberdade econômica. A posição favorece as práticas capitalistas neoliberais, o desenvolvimento do Estado Mínimo e consequentemente do mercado.

Ao prezar pela liberdade econômica, a defesa da propriedade privada, o individualismo e a concorrência do mercado também se tornam uma questão associada ao regime de verdade do conservadorismo. A igualdade político-jurídica é vista como suficiente para promover a equidade social e econômica entre as pessoas, tornando a desigualdade um produto meritocrático das decisões e esforços diferentes de cada pessoa.

A doutrina, no entanto, ignora uma construção histórica colonial de exploração, cujas bases de desenvolvimento foram apoiadas em um sistema autoritário, patrimonialista, misógino e escravocrata. O resultado é uma sociedade marcada pela reprodução do desequilíbrio social, com sistema hierárquico estratificado de classes sociais. e alta concentração de renda.

Ao tentar preservar os direitos de propriedade e a formação social hierárquica de classes já institucionalizadas, o discurso conservador no Brasil promove a estabilidade e continuidade da naturalização da pobreza e exclusão historicamente constituídas.

A notícia falsa a seguir, além de reforçar o princípio de economia dos investimentos estatais e diminuição da estrutura do governo, não reconhece a importância do sistema de incentivo à cultura e ataca as políticas públicas afirmativas (F18) que podem promover mudanças estruturais no sistema de exclusão racial, étnica e de gênero estabelecido no Brasil. Argumentos conservadores de teor meritocráticos são utilizados com o objetivo de deslegitimar as políticas de inclusão como práticas justas.

> Conheça as 10 sugestões do ator Alexandre Frota para melhorar a Educação brasileira:
>
> 1. Fim do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação e da Lei Rouanet [....] 3. Fim do sistema de cotas para ingresso na Educação Superior [...] 6. Substituição das disciplinas Filosofia e Sociologia por Ensino Religioso. [...] 7. Volta das disciplinas Educação Moral e Cívica e Educação para o Lar. 8. Proibição da Ideologia de Gênero nas escolas brasileiras. [...] 10. Inclusão da bíblia como material didático do Ensino Fundamental. Segundo o assessor do MEC que nos encaminhou o material entregue pelo Revoltados OnLine, Alexandre Frota teria dito que "estão gastando muito dinheiro com ministérios que não fazem nada. Junta tudo num ministério só e coloca gente que quer trabalhar. Outra parada escrota é dar cota pra negro. Cor da pele não mede inteligência". [...] o seu posicionamento sobre a ideologia de gênero: "lugar de viado é em salão de beleza, não na escola. Não vão fazer propaganda de homossexualismo em sala de aula não". (Matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 30 de junho de 2016)

Outro elemento que podemos observar na Fake News anterior é a imposição de práticas religiosas na educação e cultura (F13) em substituição a outras disciplinas importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico social. No ocidente, o movimento conservador baseia seus costumes e moral na doutrina cristã religiosa. A valorização e submissão das pessoas ao regime divino estabelecem ordens e padrões de condutas enraizados sob uma lógica transcendental, que auxilia na continuidade duradoura da influência deste sistema.

Na época da Idade Média, com o fim do Império Romano, a Igreja se caracterizou como uma das instituições mais influentes. Responsável por expandir os valores conservadores cristãos, a Igreja Apostólica Romana também conseguiu estabelecer princípios que justificavam as estruturas hierárquicas sociais, o monopólio da educação e a conquista e controle de territórios e capital monetário (DAFLON, 2014). Com o

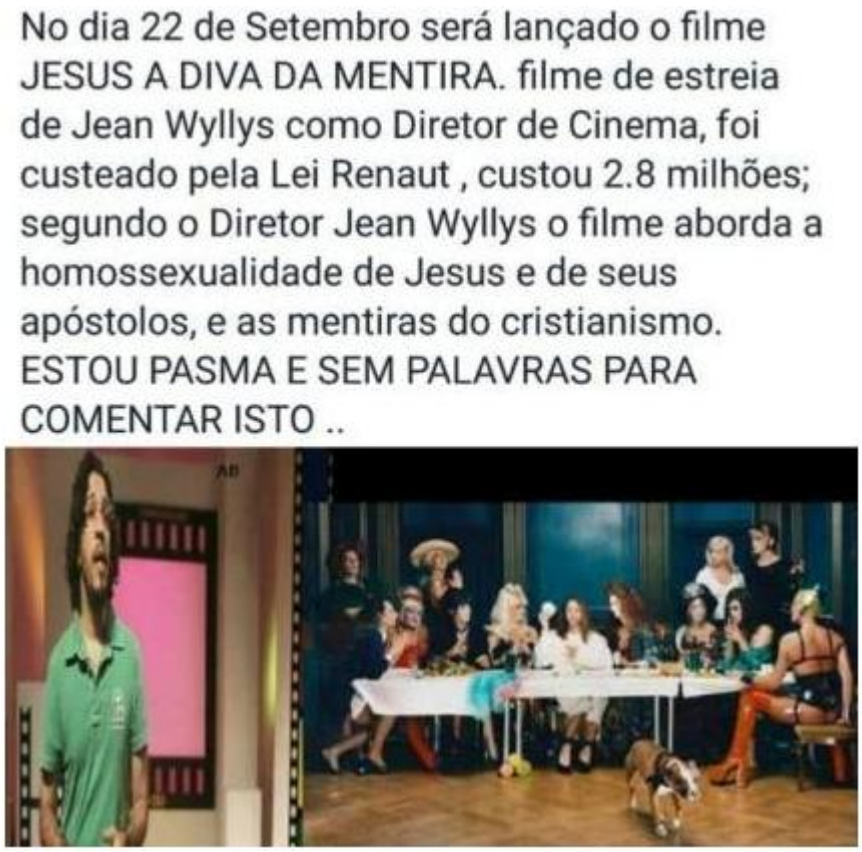
crescimento da influência político-econômica, a Igreja obteve poder para determinar um campo de saber moral, legitimando práticas, a fim de cristalizar seu domínio.

A influência da religião no ocidente foi se transformando ao longo do tempo, outras vertentes e subdivisões foram criadas, multiplicando a influência cristã e perpetuando a autoridade da igreja até os dias atuais. No Brasil, durante o regime militar, a vinculação do conservadorismo com a religião ficou mais evidente após a criação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). A associação civil identificada com a doutrina católica tradicional atuou em todo território nacional sobre a prerrogativa de lutar contra o socialismo e comunismo. No intuito de proteger a ordem dita natural, o grupo autenticava os valores de tradição (católica), a família (heterossexual, monogâmica e indissolúvel) e a propriedade (privada e inviolável) (ZANOTTO, 2010).

Desde a redemocratização na década de 1980, na América Latina e consequentemente no Brasil, o conservadorismo religioso continuou a crescer através da corrente evangélica do cristianismo, especificamente as doutrinas pentecostais e neopentecostais. O processo de expansão está ligado ao uso de redes televisivas, que têm religiosos como donos, para apoiar campanhas políticas e ao aumento de autoridades religiosas como membros do governo, formando a Bancada Evangélica (MARIANO, 2004). Dessa forma, a religião se tornou cada vez mais determinante na política. É importante ressaltar que o conservadorismo adotado pelos líderes com maior representatividade na política e mídia não representa toda a doutrina evangélica, ou seja, nem todos os evangélicos são conservadores. Mas não se pode ignorar a existência de uma pauta conservadora fomentada pela religião que influencia as decisões e estruturas políticas atuais.

A obediência e preservação das normas sociais religiosas ainda continuam vigentes na nossa sociedade. A informação fabricada apresentada a seguir é uma denúncia em teor de protestos às afrontas da cultura progressista aos elementos tradicionais da religião cristã (F11).

Figura 19 – Jean Wyllys vai lançar o filme "Jesus: a diva da mentira"



Fonte: Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 13 setembro de 2019

A possibilidade de produções culturais progressistas fazerem sátiras, críticas e/ou pensar uma maneira diferente de representar as referências religiosas é visto pelos grupos conservadores como um desrespeito à religião. A notícia em questão é falsa, pois o filme ou qualquer respectivo projeto e financiamento nunca chegaram a existir, porém, na época, o deputado Jean Wyllys era um dos principais defensores de pautas progressistas na política e por isso se tornou alvo e o protagonista de boatos.

Na figura, também há críticas ao sistema de incentivo público da cultura porque o avanço religioso também apoia o liberalismo econômico e seu princípio de Estado Mínimo. Caracterizado pelo discurso teológico da prosperidade e do empreendedorismo individual, o conservadorismo religioso legitima a noção de que "basta você se esforçar, que Deus ajudará a mudar sua realidade". Inclusive, a propagação deste enunciado é interessante aos objetivos neoliberais do mercado.

O conservadorismo moral projetado por esses segmentos religiosos orienta os fiéis a fazer uma espécie de vigilância para impedir qualquer perturbação ao sistema religioso que conduz e mantém a ordem na sociedade. Além disso, subjetiva algumas noções de obediência que contém docilizando corpos . Por exemplo, na mitologia cristã se pensarmos

na figura de Lúcifer, o anjo que resolveu questionar a autoridade divina sendo castigado e transformado em Satanás, podemos perceber que a representação da rebeldia contra a soberania foi sendo subjetivada como uma atitude desrespeitosa que deve ser punida. Ao analisar a constituição histórica do cristianismo, Foucault teceu algumas reflexões sobre o poder pastoral que a religião exerceu.

A figura do pastor (líder religioso) dentro do sistema religioso estaria associada à salvação, lei e verdade, pois guiaria o rebanho de indivíduos para o caminho divino da salvação, transmitiria a lei passada por Deus, cabendo ao rebanho obedecer às ordens divinas. O pastor, por ser intermediário divino, carregaria consigo a verdade, e teria a missão de disseminá-la para a população perdida e confusa (FOUCAULT, 2008b).

Em teoria, o poder pastoral poderia exercer a função de cuidado, de zelo com os indivíduos do rebanho para que estes não sofram, o pastor deveria estar a serviço do rebanho e tentar protegê-lo. Mas, ao se associar a mecanismos de poder político, o pastorado na religião cristã converteu-se numa arte de conduzir, de orientar, guiar, dirigir, controlar e manipular as pessoas (FOUCAULT, 2008b). O poder pastoral, então, se transformou em um dispositivo da governamentalidade.

No Brasil, devido ao fato do conservadorismo ser relacionado à direita política, esses grupos religiosos apoiam e impulsionam as campanhas políticas de candidatos ultra-direitistas, como Jair Bolsonaro. Por outro lado, as políticas e candidatos alinhados à esquerda são hostilizados e combatidos. A próxima matéria falsa acusa um festival de música a favor da liberdade de Lula de menosprezar princípios sagrados.

> Veja como foi o show Lula Livre na noite no rio, o que Lula e seus cupinchas defendem! O cúmulo do absurdo com palavrões, desrespeito à Bíblia e a Jesus, questionando sua opção sexual (ao final do vídeo) e escrachando o povo brasileiro! (Matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 06 de agosto de 2018)

Ao evidenciar atos de imoralidade cometidos pelo Partido dos Trabalhadores (F14) e legitimar como benéficas as ações de Bolsonaro (F17), o conservadorismo é fortalecido. Como já comentado antes, em um país marcado por desigualdades estruturais, o conservadorismo ligado aos grupos hegemônicos se torna uma ferramenta de manutenção dos *status quo*.

O conservadorismo dentro da lógica de mercado e do poder pastoral trabalha para criar sujeitos passíveis de se governar. Conforme são exercidas técnicas adestradoras que incidem sobre a conduta das pessoas para diminuir a força política e aumentar a energia útil

do indivíduo, a sociedade disciplinada cada vez mais se enraíza no contexto social brasileiro.

4.2.5 Intolerância, discriminação e violência

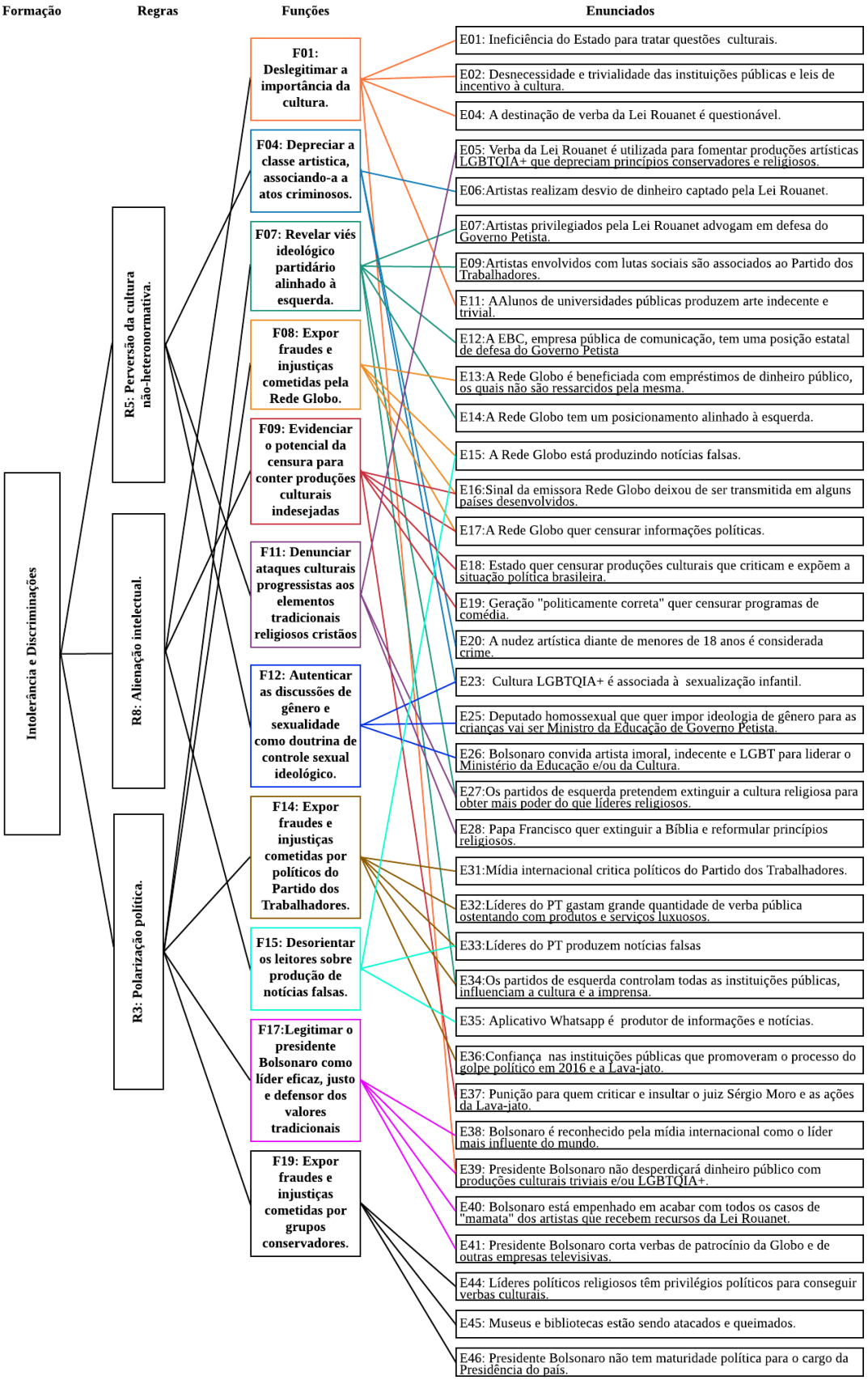
A última formação discursiva diz respeito ao conjunto de práticas que promovem o crescimento do cenário de intolerância, discriminação e violência. A polarização política vem sendo representada pelos extremos, que transbordam o espectro político da democracia. O ataque à imprensa, às informações factuais, aos progressos sociais, à cultura e à democracia tem guiado a sociedade para um caminho marcado pelo obscurantismo.

Composta por três regras, onze funções e 36 enunciados, a regra de polarização política, ao ressaltar as divergências políticas doutrinárias ao extremo, gera incomunicabilidade que fomenta o antagonismo e a impossibilidade de negociação. Vale ressaltar que, no âmbito das Fake News, a polarização não ocorre de maneira igualitária, pois esta regra ressalta os pontos positivos do conservadorismo, enquanto evidência as características negativas do progressismo.

A regra da perversão da cultura não-heteronormativa também reforça uma herança de preconceitos e estigmas ligados a identidade de gênero e orientação sexual, incentivando a violência e intolerância que se reflete no menosprezo as práticas progressistas da classe artística (F04) e na desqualificação das discussões de gênero e sexualidade (F12). Além disso, vincula-se com a função que denuncia ataques culturais progressistas aos elementos tradicionais religiosos cristãos (F11), principalmente as manifestações culturais que associam referências religiosas à homossexualidade.

A regra da alienação cultural atua em consonância com os objetivos de diminuir a capacidade das pessoas para pensar e agir criticamente. É relacionada ainda às funções que deslegitimam a importância da cultura (F01), desorientam os indivíduos sobre os mecanismos de produção e distribuição de notícias falsas (F15), e à função que evidencia o potencial de censura das produções culturais consideradas inadequadas (F09). A seguir é apresentado o mapa das relações desta formação discursiva

Figura 20 – Mapa das relações da quinta formação discursiva



Fonte: elaboração da autora

Em relação às disputas políticas entre conservadorismo e progressismo, vale relembrar que depois de séculos sendo governados pelas elites, no anos 1990, alguns países da América Latina, inclusive o Brasil, conseguiram eleger representantes de origens populares, alinhados à esquerda política (FUSER, 2018). Este momento foi marcado pela expansão da sociedade democrática e por ações afirmativas que tentaram diminuir as desigualdades constituídas historicamente.

Com essas mudanças, também houve um ressurgimento e fortalecimento das forças reacionárias. A nostalgia pelos regimes autoritários, o desprezo pela cultura, pelo conhecimento, o domínio do conservadorismo liberal, juntamente com o crescimento exacerbado das notícias falsas estão destruindo as bases da democracia e da tolerância com o próximo, com o diferente.

A aproximação dos valores conservadores e reacionários e da elite revela uma intencionalidade da manutenção do status quo preservado por estes grupos em detrimento das mudanças sociais propostas pelos valores progressistas no país. As Fake News são ferramentas poderosa para alcance dos objetivos de expansão e conquista do movimento conservador pelo mundo. Um exemplo é a atuação de Steve Bannon nos principais acontecimentos que envolvem interesses políticos no mundo. Com o controle do uso de dados e aplicação de Fake News, Bannon e a empresa Cambridge Analytica, conseguiram influenciar as decisões sociais e políticas em vários países (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018).

No Brasil, o que se vê é a cópia do modelo político americano, que estrategicamente utiliza Fake News, no intuito de controlar as ações da população. Inclusive há uma conexão declaradamente exposta entre o presidente Jair Bolsonaro e Steve Bannon (CHARLEAUX, 2018). O movimento se reflete no discurso e ações de Bolsonaro. De acordo com o levantamento da agência jornalística “Aos Fatos”, foram registradas 608 declarações falsas ou distorcidas no primeiro ano de mandato.

No arquivo, esta lógica também prevalece: há grande quantidade de notícias falsas que legitimavam os valores conservadores e seus representantes ou desqualificam os valores progressistas e seus representantes. Porém, a utilização das notícias falsas como ferramenta de ataque não é uma tática exclusiva do grupo de conservador de direita. Mais tardiamente e em número menor, também apareceram boatos que tentavam deslegitimar as práticas conservadoras.

A Fake News a seguir projeta uma imagem de justiceiro ao presidente Jair Bolsonaro, preocupado em combater os atos de corrupção que ocorrem no sistema de

fomento à cultura. Além disso, ataca o mecanismo da Lei Rouanet e o trabalho do artista, acusado de roubar verba pública.

> A operação Limpa teta segue a todo vapor. Bolsonaro e sua equipe de transição já está com uma grande lista de artistas beneficiados com dinheiro do povo pela lei Rouanet. A grande surpresa dessa lista é, nada menos, que Luciano Huck. Um dos apresentadores mais ricos do país pegou R$19 milhões, segundo informações públicas. Isso mesmo! Eu disse R$19 milhões de dinheiro público. Para ser direto, o Instituto Criar, que é de propriedade de Luciano, pegou todo esse dinheiro. Isso é um absurdo! Como se não bastasse, Bolsonaro descobriu que Luciano usou o dinheiro público do BNDES para comprar um jatinho particular de R$20 milhões. Isso é para indignar qualquer um. Bolsonaro ficou furioso e mandou abrir investigação já em 2019 e mandou devolver ao povo brasileiro todo o dinheiro da lei Rouanet e também o jatinho financiado com dinheiro público. Enquanto eu e você anda de ônibus e metrô lotado, artista ostenta com jatinho com dinheiro do povo. Essa é de lascar. Mas só um aviso: a mamata vai acabar. (Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 29 de novembro de 2018)

Os efeitos das notícias falsas somados à radicalização política e uma série de acontecimentos no mundo, como desemprego, crises migratórias e ameaças produzidas pela globalização são impasses políticos e crises agudas. Em uma explicação metafórica, podemos afirmar que estamos vivendo o momento do crepúsculo, em que as luzes da racionalidade ficam cada vez mais fracas, e os monstros da violência, intolerância e discriminação se revelam na penumbra das sombras.

Para que as mudanças, marcadas pela metamorfose de paradigmas sociais, não se transformem em tempos sombrios, é preciso reforçar as luzes reflexivas geradas por questionamentos não lineares e simples. Um risco é de que a falta de profundidade de pensamento e incapacidade de autorreflexão sobre as próprias condutas sociais possa despertar anseios totalitários.

A filósofa Hannah Arendt, ao investigar as condições de existência do totalitarismo, percebeu que o sujeitos subservientes ao regime autoritário não são propriamente nazistass ou comunistas convicto, apenas pessoas que não mais conseguem distinguir entre o fato e a ficção, o verdadeiro e falso (ARENDT, 2013). Neste sentido, a alienação cultural pode representar um risco nocivo à consciência social e função política cidadã da população.

As afrontas à cultura reflexiva e ao jornalismo informativo confundem as pessoas sobre o funcionamento do sistema de produção e distribuição de informações. Por exemplo, existe uma tentativa de autenticar aplicativos de mensagens (que servem apenas como transmissores, muitas vezes de notícias distorcidas) como produtores de conteúdo

confiável. A população fica alheia às estratégias de manipulação que interferem na sociedade e diminuem o senso crítico.

As notícias falsas a seguir acusam a mídia tradicional de esconder informações importantes das pessoas, denigrem o jornalismo profissional e legitimam o aplicativo Whatsapp como revelador das verdades que a mídia tem interesse em esconder.

> [...] Estão querendo tirar o zap do ar pra que essa mensagem não *viralize*! VAMOS VIRALIZAR! MANDE PRA TODOS SEUS CONTATOS! A Globo está tentando esconder a todo custo, mas o zap vai divulgando… Repassem sem *sem* dó! Isto tem que alcançar o *maximo* possível de pessoas. (Fake News extraída da matéria de verificação de fatos do Boatos.org, 15 de junho de 2017)

Neste contexto, é importante relembrar das condições brasileiras de desigualdade social e baixo nível educacional. A alienação cultural, política e informacional pode transformar a população numa massa de manobra manipulável aos interesses daqueles que obtêm recursos e dispositivos de poder para influenciar a opinião pública. A massificação da sociedade juntamente com os anseios totalitários provoca o desenvolvimento de uma multidão que cumpre ordens sem questionar, uma massa incapaz de fazer julgamentos morais.

Assim, o ódio, a intolerância e a violência podem ser disseminados na sociedade mais facilmente, sendo os grupos minoritários historicamente marginalizados alvos desses processos de discriminações. No arquivo, os grupos que representavam qualquer prática não-heteronormativa eram associados a estigmas de perversões, patologias, crimes. O resultado da exclusão é o silenciamento da diversidade humana em vários espaços sociais, nas instituições, na família, no Estado, no senso comum, dentre outros.

Este forte componente de exclusão é marcado no dispositivo da sexualidade, no qual esta é produzida e regida diante de lógicas disciplinares, que visam normatizar, controlar e estabelecer verdades a respeito do corpo e seus prazeres. Dessa forma, os processos de discriminação, violência e intolerância a serviços do domínio da diversidade e potência da sexualidade humana, interferem nas subjetividades e nas construções individuais, e funcionam como dispositivos de poder que docilizam os corpos, contribuindo para a manutenção da sociedade disciplinar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as descrições do arquivo e análises das formações discursivas, voltamos à pergunta que guiou a presente pesquisa: **Que discursos se revelam na produção e distribuição de Fake News sobre políticas culturais brasileiras?** No intuito de respondê-la, faremos uma reflexão sobre os principais aspectos encontrados no estudo. Além disso, indicaremos algumas contribuições teóricas, limitações e possibilidades de investigações futuras.

É inegável o impacto que as notícias falsas exercem sobre as diversas áreas da sociedade, desde decisões eleitorais a movimentos antivacina, modificando a produção e distribuição de (des)informação no mundo. Utilizadas estrategicamente para criar narrativas, legitimar discursos, práticas e condutas, o conteúdo distorcido já cria uma nova ontologia, capaz de controlar subjetividades e realidades sociais.

As reflexões de Foucault sobre verdade enquanto construção histórica atravessada por regras de aparecimento e organização possibilitaram compreender as condições de existência deste fenômeno e seus efeitos na sociedade. Pois, mesmo não possuindo uma confiabilidade factual, dentre de um campo de disputa discursiva, o ecossistema da mentira já se configura como um novo regime de verdade.

Como já vimos durante o desenvolvimento da dissertação, a humanidade nem sempre pautou suas decisões a partir dos fatos. Porém, a prova de que as informações falsas são um sintoma de uma sociedade adoecida é que mesmo com todos os recursos de verificação disponíveis: metodologia científica, jornalismo profissional, fácil acesso à internet, ainda estamos abraçados com o falso. Este hino de louvor à fantasia impulsionado pelas Fake News nos aproxima cada vez mais de uma realidade virtual, em que a vigilância constante facilita o controle dos corpos e mentes.

Estes sintomas pioram cada vez mais com as configurações das guerras atuais. Se antes, os homens utilizavam bombas, fuzis e canhões, agora as guerras híbridas, envolvendo política, mídia, opinião pública e ciberguerras, tem como uma das principais armas de ataque a fabricação de notícias. Com campos de batalha complexos e dinâmicos, o sistema de (des)informação torna-se essencial para conquistar territórios.

A primeira formação discursiva, que aponta para o enaltecimento do estado mínimo, já revela a utilização de notícias falsas como uma das estratégias neoliberal na construção e reforço de narrativas que mantenham a vigente ordem capitalista. A despeito de tentar

entender melhor as intencionalidades das Fake News analisadas é válido perguntar: a quem interessa essas mentiras de teor neoliberal? Como essas mentiras podem beneficiar determinados grupos?

No momento em que funções essenciais como educação, saúde, direitos trabalhistas e previdências são transformadas em mercadorias, os agentes privados passam a ditar políticas, sobrando para o Estado apenas a função de manter a assegurar ordem social para o bom funcionamento do mercado. Além de expandir o capital político do sistema empresarial, com o esvaziamento do papel do Estado, o investimento público é dominado pelos interesses do capital. A privatização dos serviços sociais se torna fonte de lucro para o sistema empresarial. Sistema este, que em muitos momentos (como descoberto por investigações policiais) financiaram campanhas de Fake News nas eleições brasileiras de 2018.

Cada vez mais influentes nos importantes processos "democráticos" de tomadas de decisão, as elites econômicas criam estratégias discursivas para impor a lógica instrumental do mercado como uma verdade. Inclusive, o capitalismo alinhado às estratégias neoliberais já vinha se aproveitando de narrativas distorcidas (ou o que podemos chamar delírios coletivos). A inferioridade feminina e supremacia da raça branca são exemplos de falsas verdades que circulam para manter nas bases das hierarquias sociais populações exploradas. Atualmente, com as tecnologias de informação, as forças neoliberais sofisticaram seus métodos e passaram a operar Fake News como dispositivo discursivo para manter-se como sistema hegemônico. Num processo de retroalimentação, as notícias falsas, ao mesmo tempo, que reforçam as narrativas distorcidas, também têm planos de fundo embasados nas narrativas falsas já existentes.

O fomento à educação libertária e ao pensamento crítico é essencial para superação dos discursos alienadores. Esses movimentos de reflexão são dispositivos que podem colocar em xeque as narrativas bases do capitalismo neoliberal. A possível emancipação de corpos e mentes de uma população representa perigo de desequilíbrio ao sistema já estabelecido. Então, como resposta, as forças reacionárias atacam espaços responsáveis por criação e incentivo de consciências questionadoras, sendo a diversidade cultural um dos alvos das Fake News.

Em consonância com esta lógica, a segunda formação discursiva demonstra o ataque à arte e artistas ligados ao ativismo social, também conhecido como "artivismo". A difamação de caráter moralista tem como objetivo calar a potência de mobilização desses

movimentos culturais. A articulação das mentiras promove o cerceamento da liberdade artística, engana parte da população e priva o acesso ao debate e conhecimento.

Desrespeito aos símbolos religiosos cristãos, apologia à pedofilia, à pornografia, às drogas, ao comunismo, crime de corrupção, propaganda política do PT, lavagem de dinheiro e desperdício da verba pública são alguns dos principais artifícios argumentativos que compõe esta cruzada difamatória sob a arte. Mais uma vez é preciso questionar: quais as intencionalidades por trás da criminalização das classes e produções culturais?

Provocativa, a arte pode nos oferecer a experiência de estranheza sobre o próprio olhar, pode despertar sensações diferentes, nos retirar do óbvio, do lugar " já conhecido". Por vezes, seu caráter de resistência à determinada ordem discursiva funciona como um desprogramador da realidade e de crenças já estabelecidas como verdadeiras (FOUCAULT, 2009). Para grupos fundamentalistas e ultraconservadores, é nesta subversão dos poderes que se inscreve o medo e sentimento de perigo que a arte pode representar a sociedade.

No entanto, a suspensão de certezas, os estímulos ao pensamento e à sensibilidade proporcionados pelo contato com a arte podem ampliar a subjetividade humana para uma reflexão crítica sobre o mundo e sobre nós mesmo. A relação com a multiplicidade de produções culturais é importante para o coletivo, sendo sua a censura um processo arriscado que pode nos levar a trajetórias cada vez mais autoritárias.

A censura de produções culturais e repressão da classe artística são aspectos de sistemas políticos não democráticos. Nas ditaduras da história humana, o que se viu foi uma série de proibições, tabus, criação de regras sobre o que pode ou não ser exibido, silenciamentos, perseguição, exílio, tortura, mortes para aqueles que ousassem tentar resistir ou estremecer a ordem instituída. Hoje as formas de censura se atualizaram: a construção da rede de ataques de Fake News é uma nas novas maneiras de perseguição à arte de vanguarda dos nossos tempos.

As formas mudaram, porém a essência desta coerção ainda reside na tentativa de controle das populações e da pluralidade de existências, pensamentos e diálogos. As mentiras são constituídas por parâmetros moralistas e incriminatórios, que incitam a opinião pública a reações fascista, em que o aniquilamento e supressão da criatividade artística se fazem presente.

Mas não sejamos ingênuos em pensar que o obscurantismo fascista, ultraconservador e fundamentalista quer acabar com todas as expressões artísticas. A humanidade não é capaz de viver sem cultura. O que está em jogo é a redução do objeto

artístico a mercadoria. A arte alinhada com a indústria cultural, na função de entretenimento ou até mesmo embelezamento não é atacada.

No Brasil, a Lei Roanet (mesmo com suas limitações) é um dos principais mecanismos de fomento às artes não associadas à razão lucrativa. Diante disto, a segunda formação discursiva sinaliza o intuito das Fake News em atacar o principal aparelho público responsável pelo estímulo da multiplicidade das produções artísticas, diversidade esta que permite a criação e circulação de obras que não se contém diante do poder e autoritarismo. Enfraquecendo as cadeias criativas, consequentemente determinados grupos prejudicam o desenvolvimento de fatores essenciais à emancipação da nação.

A terceira e quarta formação discursiva são complementares. Ambas evidenciam a hegemonia discursiva que grupos conservadores têm para significar e dar sentido tanto as suas próprias ações e filosofias políticas quanto às práticas e convicções do progressismo, movimento oposto ao conservadorismo. Atuando de modo difuso e consistente, os movimentos conservadores, ao aliarem-se ao neoliberalismo, vêm assumindo protagonismo no cenário político.

Nas últimas décadas, os movimentos negro, LGBT e feminista obtiveram avanços e visibilidade através de políticas de redistribuição de recursos e diminuição da desigualdade. A reorganização e a mobilidade social promovida em uma sociedade marcada por historicamente por hierarquias passou a ser simbolizada pelos grupos conservadores como ameaça à ordem social. A abertura institucional democrática nos anos em que partidos de esquerda ocupavam a liderança política no país foi traduzida como um risco para a estabilidade do *status quo.*

A narrativa do "marxismo cultural" e o discurso antipetista funcionam como um motor para que mudanças sociais sejam associadas aos sentimentos de medo, culpa, degeneração de costumes e injustiça. Assim, as ideologias da centralidade da família patriarcal e heteronormativa são reforçadas, com a intenção de combater qualquer manifestação associada à agenda progressista nos espaços públicos como escolas, mídias, universidades, museus, festivais, etc.

O controle da sexualidade é utilizado como um dos principais dispositivos de silenciamento das pautas que estremecem as hierarquias brasileiras. Os principais ataques das Fake News analisadas no arquivo tinham como alvo artistas ou obras que levantassem reflexões sobre os binarismos, as naturalizações e normatizações relativas a gênero e sexualidade no Brasil.

O campo conservador também se apoia no fundamentalismo religioso de matriz cristã (principalmente as de filiação neopentecostais) para ressaltar a noção da família tradicional brasileira. Com a ocupação de cargos públicos e a incitação de pressão popular pelo poder pastoral, o moralismo cristão é manuseado para não apenas demonizar debates sociais (como discussão de gênero nas escolas, agendas LGBTQIA+, legalização ao aborto, às drogas, etc.), mas também para controlar corpos, desejos, e as diversas formas de pensar cultura e sexualidade.

A quinta formação discursiva revela os processos da polarização política que o país está atravessando. Com uma retórica que tenta trazer soluções simples para problemas complexos, parte da opinião pública se vê envolvida numa guerra política cultural, em que se é cidadão de bem ou vagabundo, petista ou antipetista, corrupto ou político exemplar, entre outros exemplos extremistas.

O uso das redes sociais e articulação de mentiras fazem parte da conjunção de fatores que sustentam e promovem o movimento de polarização. O resultado vem nos levando para uma perigosa encruzilhada política em que os extremismos incitam sentimentos de ódio, intolerância e discriminação para com o outro. E mais uma vez, voltamos às perguntas: que projeto de poder está por trás desta polarização? O que se deseja do ódio? Que mecanismos a intolerância e discriminação podem despertar numa nação?

As práticas moderadas no cenário político estão em declínio. O debate público, em que os grupos com ideias opostas são compreendidos apenas como adversários políticos, está sendo substituído pela retórica da agressividade, na qual a oposição é traduzida como mal e inimigo a ser combatido. Os limites do jogo democrático vêm sendo ultrapassado, e como efeito, a imposição desta postura de ódio além de impedir o diálogo, desperta anseios totalitários na população.

A dificuldade de construção de laços afetivos com o "diferente" e a violência expressa por meio da censura, destruição e intolerância são instrumentos de poder utilizados para manutenção do sistema. O patrocínio do ódio legitimado, autorizado e por vezes institucionalizado procura ocultar as possibilidades de mudanças e potencialidades da diversidade da vida humana.

Diante desta conjuntura analisada na dissertação, o principal aspecto evidenciado pelo estudo é que, no Brasil, as Fake News vêm sendo utilizadas como ferramenta de ataque por grupos hegemônicos alinhados a valores conservadores, neoliberais e reacionários para deslegitimar o discurso alheio que cause qualquer perturbação ao sistema

já institucionalizado e, assim, consolidar o discurso que os beneficiam. Já grupos ligados ao progressismo começaram a utilizar a mesma tática, evidenciando uma batalha perigosa pela disputa da "verdade".

A cultura, assim como outras áreas que atuam no desenvolvimento do pensamento crítico, sofrem com esses ataques, que têm em comum o objetivo final de minar os ideais iluministas: razão, liberdade e igualdade. Com um apelo emocional, as Fake News, juntamente com outro conjunto de fatores, conduzem os seres humanos a deixar de pensar e tomar decisões apenas pelos sentidos.

Para uma democracia brasileira, as consequências da guerra de (des)informação podem produzir repercussões mais intensas por causa conta do sua recente e frágil constituição. Apesar de terem intencionalidades delineadas, a fabricação de conteúdo ocorre de maneira multiforme dentro de uma interação desorganizada, pois as forlas neoliberais, neoconservadores e neofundamentalistas por trás da rede de mentiras apresentam convergências contraditórias. Abordagens normativas para desafiar o sistema não estão funcionando, ao passo que as ferramentas disponíveis para obter poder, status e atenção estão se tornando mais sofisticadas.

Quanto às contribuições teóricas, as análises revelaram a forma com a cultura vem sendo significada a partir de lógicas neoliberais, conservadoras, e fundamentalistas se aproximando da razão mercadológica e se afastando da incumbência de questionamento político. Ao apontar as principais formas de ataques e deslegitimação da importância das políticas culturais, o campo da Comunicação Pública pode gerar ideias de resistência mais eficientes aos ataques.

Já em relação às contribuições sociais, para lutar contra os efeitos promovidos pelas fake news, de inicio é preciso entender como ela funciona, quais as intencionalidades, e projeto de poder estão se beneficiando delas. Portanto, principal resultado dessa dissertação é o próprio conhecimento gerado para tentar compreender esse fenômeno complexo e multifacetado da desinformação, assim abrem-se portas para possibilidade de enfrentamento à desinformação. Além disso, o estudo alerta sobre os possíveis efeitos as Fake News podem causar na sociedade e evidencia as violências e discriminações que os grupos historicamente marginalizados continuam a sofrer.

Como limitações da dissertação, destacamos três pontos. Primeiramente, é difícil identificar as fontes de postagem das Fake News, devido à alta velocidade de disseminação. Além disso, esbarramos no sistema de segurança de criptografia de mensagens do WhatsApp - principal aplicativo usado na propagação de boatos no Brasil - para determinar

a origem de imagens e áudios falsos. A coleta de dados ocorreu por meio das agências jornalísticas de checagem de fatos, que utilizam diferentes critérios de linhas editoriais na escolha das Fake News a serem desmentidas. Por isso, algumas notícias falsas podem ter ficado em evidência em detrimento de outras. A fim de minimizar esta questão, procuramos diversificar as fontes, e coletamos os dados em três veículos diferentes.

O segundo limite é a análise de um fenômeno contemporâneo sob a luz da teoria foucaultiana. Como o autor em questão faleceu na década de 1980, não chegou a conhecer e problematizar sobre as Fake News. No entanto, as reflexões de Foucault sobre a constituição da verdade, dos campos de saber e das relações de poderes permitem desvelar o sistema complexo e dinâmico de (des)informação guiado por uma lógica organizacional de interesses em que as Fake News são fabricadas.

Já o terceiro ponto corresponde ao fato de a pesquisa ter ido além do escopo pré-estabelecido. No início da dissertação, pretendíamos focar apenas no primeiro ciclo teórico foucaultiano, porém como as dimensões de saber e poder estão intimamente relacionadas, por vezes foi preciso adentrar em algumas perspectivas do segundo ciclo de estudos do autor. As articulações de saber-poder nas análises nos auxiliou a compreender os mecanismos e técnicas pelos quais o regime de verdade das Fake News estão operando.

Dessa forma, podemos apresentar algumas recomendações para estudos futuros. A primeira é a continuação das análises sobre o arquivo de pesquisa para construção de uma Genealogia do Poder. Como o ecossistema de desinformação ataca várias áreas sociais, a possibilidade de estudos com outros objetos de pesquisa, como educação, saúde, política e ciência se mostra interessante para um melhor entendimento do fenômeno das Fake News. Algumas personalidades específicas, como Jean Wyllys e Pabllo Vittar, tiveram grande evidência nos nossos achados, assim também seria interessante fazer estudos de casos, na tentativa de reconhecer os mecanismos de ataque das notícias falsas sob uma perspectiva individual.

Referências

ADJUTO, Graça. Presidente da EBC é exonerado e recorre à Justiça para a garantia do mandato. **Agência Brasil.** 17/05/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/presidente-da-ebc-e-exonerado-e-recorre-justica-para-garantia-do-mandato>. Acesso em: 20 julho 2019

ADORNO, G.; DA SILVEIRA, J. "PÓS-VERDADE E FAKE NEWS: EQUÍVOCOS DO POLÍTICO NA MATERIALIDADE DIGITAL". In: **Anais do VII SEAD**: o político na Análise do Discurso – contradição, silenciamento, resistência. Recife, p. 1-6, set. 2017.

AFONSO, Nathália. #Verificamos: Post sobre protesto pela educação mistura imagens atuais e antigas. **Agência Lupa.** 14/08/2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/08/14/verificamos-protesto-educacao/> Acesso em: 20 agosto 2019

AGUIAR, Leonel Azevedo; ROXO, Luciana de Alcantra. A credibilidade jornalística como crítica à "cultura da desinformação": Uma contribuição ao debate sobre fake news. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 162-186.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. **Teorias & políticas da cultura**, p. 13, 2007.

ALESSI, Gil; VIEJO, Manuel. Empresários financiaram disparos em massa pró-Bolsonaro no WhatsApp, diz jornal. **El País.** 18/06/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html> Acesso em: 25 novembro 2018.

ALEXANDER, Jeffrey C. VOCIFERANDO CONTRA O ILUMINISMO: A IDEOLOGIA DE STEVE BANNON. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 3, 2018.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and Fake News in the 2016 election. **Journal of economic perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-36, 2017.

AMENDOLA, Gilberto. 'É neccessário que cada boato seja desmentido' diz professor da USP, **Estadão.** 05/02/2017. Disponível em: < https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-necessario-que-cada-boato-seja-desmentido-diz-professor-da-usp,70001653443>. Acesso: 12 outubro 2018

Aos Fatos. Apoie o Aos Fatos, valorize o que é real. Disponível em: <https://aosfatos.org/mais/> Acesso em: 12 novembro 2019

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Editora Companhia das Letras, 2013.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Relógio d'Agua, 1995.

BADERNA, Marietta. **Situacionista**: teoria e prática da revolução. São Paulo: Conrad, 2002.

BARATT, E. Foucault and the politics of critical management studies. **Culture and Organization**, v. 10, n. 3, pp. 191–202, set. 2004.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. **Políticas culturais no Brasil. Salvador: UFBA**, p. 1990-2002, 2007.

BARBOSA, R. J. **Apostila de Treinamento**: Análise de Dados Qualitativos com o uso do Nvivo 8. 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/81950243/apostila-nvivo-8#scribd> Acesso em 27 março. 2019.

BARCLAY, Donald. A. **Fake News, Propaganda, and Plain Old Lies: How to Find Trustworthy Information in the Digital Age**. Maryland: Lanham, Rowman & Littlefield, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOATOS.ORG. Sobre Boatos.org. Boatos.org. Disponível em: < https://www.boatos.org/sobre > Acesso em: 23 de março 2019.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. **Revista Eptic**, v. 10, n. 3, 2008.

BORDIN, Tamara Maria. O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 10, 2014.

BORGES, Afonso. E assim, em janeiro de 2019, foi extinto o Ministério da Cultura. O Globo. 02/01/2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/afonso-borges/post/e-assim-em-janeiro-de-2019-foi-extinto-o-ministerio-da-cultura.html> Acesso em: 02 março 2019

BRASIL, Emanuelle. Ex-dirigentes da EBC criticam fim do conselho curador e mudanças por MP. Câmara dos Deputados. 29/11/2016. Disponível em**: <https://www.camara.leg.br/noticias/503770-ex-dirigentes-da-ebc-criticam-fim-do-conselho-curador-e-mudancas-por-mp/>** Acesso em: 04 março 2019

BRASIL, Emanuelle. NUNES, Rosalva. Ex-dirigentes da EBC criticam fim do conselho curador e mudanças por MP. **Câmara dos Deputados** - Ciência, Tecnologia e Comunicações. 29/11/2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/503770-ex-dirigentes-da-ebc-criticam-fim-do-conselho-curador-e-mudancas-por-mp/> Acesso em: 20 julho 2019

BRASIL. Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jan. 2019. Edição especial, p. 1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830/do1esp-2019-01-01-medida-provisoria-n-870-de-1-de-janeiro-de-2019-57510692> Acesso em: 05 janeiro 2019

BURKHARDT, Joanna M. . History of Fake News. **Library Technology Reports**, v. 53, n. 8, p. 5-9, 2017.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. MÍDIA CONCENTRADA NO BRASIL: ATÉ QUANDO?. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, E. The Cambridge analytica files. **The Guardian**, v. 21, p. 6-7, 2018.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Editora FGV, 2009.

CAMPOS, M. S. "Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioridade penal na Câmara dos Deputados". **Opinião Pública**, vol. 15, nº. 2, p. 478-509, 2009.

CANDIOTTO, Cesar Notas sobre a arqueologia de Foucault em As palavras e as coisas. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 21, n. 28, p. 13-28, 2009

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006

CANETTIERI, Thiago. A importância do futebol como instrumento da geopolítica internacional. **Revista de Geopolítica**, v. 1, n. 2, p. 116-128, 2016.

CARVALHO, Denise W.; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, p. 435-438, 2012.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

CERIONI, Clara. Joice alega R$ 491 mil de dinheiro público para ataques virtuais. Exame. 05/12/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ao-vivo-joice-hasselmann-participa-da-cpmi-das-fake-news/> Acesso em: 17 dezembro 2019

CHARLEAUX, João Paulo. A relação de Bolsonaro com a extrema direita internacional. **NEXO JORNAL.** 08/10/2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/03/A-rela%C3%A7%C3%A3o-de-Bolsonaro-com-a-extrema-direita-internacional> Acesso em: 05 março 2018.

CHAVES, Thaís. Lei Rouanet: da ascensão à queda provocada pelas Fake News. **Carta Capital.** 23/05/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/lei-rouanet-da-ascensao-a-queda-provocada-pelas-fake-news/> Acesso em: 28 maio 2019

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: Fake News e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. **Rumores–Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias**, v. 12, n. 23, p. 56-82, 2018.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. Iluminuras e Itaú Cultural, 2016.

COLÓN, Eliseo. PANEM ET CIRCENSES: terapia sentimental y control social en tiempos neoliberales. **Grimson, A.(comp.). Cultura y neoliberalismo**, p. 125-136, 2007.

D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News. **São Paulo: Faro Editorial**, 2018.

DAFLON, Eduardo Cardoso. Assim na Terra como no Céu... Paganismo, Cristianismo, Senhores e Camponeses na Alta Idade Média Ibérica. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 20, p. 222-231, 2014.

DE MORAES, Dênis. **Sociedade midiatizada**. Mauad Editora, 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espectáculo**. 1991.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

EIZIRIK, Marisa Faermann. Poder, saber e práticas sociais. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 1, 2006.

ENGLISH OXFORD living dictionaries. "Word of the Year 2016 is...". 2018. Disponível em: < https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em 05 jul. 2018.

FERNANDES, Natalia Ap Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 1, p. 173, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Arte, pensamento e criação de si em Foucault: breve ensaio. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 945-955, 2015.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira, et al. Jornalismo guiado por dados como ferramenta de fact-checking: uma experiência laboratorial. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 41, 2018. et al. Jornalismo guiado por dados como ferramenta de fact-checking: uma experiência laboratorial. **Comunicação & Inovação**, v. 19, n. 41, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Paz & Terra. 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977- 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M.; MOTTA, M. B. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Forense universitária, 2009.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 78-89, 2018.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Debate (Belo Horizonte), Belo Horizonte**, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

GALVANNI, Giovanna. Militar, novo diretor da EBC exalta 'servir' em carta de apresentação. **Carta Capital.** 21/08/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/militar-novo-diretor-da-ebc-exalta-servir-em-carta-de-apresentacao/> Acesso em: 29 setembro 2019

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 14, n. 2, 2010

Globalisation. Educational Philosophy and Theory. 27/12/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00131857.2017.1417200> Acesso em: 30 maio 2018

GÓMEZ, Santiago Castro. **Historia de la gubernamentalidad I: Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Siglo del hombre editores, 2015.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso, história e a produção de identidades na mídia. **Mídia e rede de memória**, p. 39-60, 2007.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**, p. 303-318, 2012.

HARTMANN, Marcel. "Há uma profissionalização na distribuição das Fake News", afirma líder de pesquisa inédita sobre o tema. Gaúcha ZH. 01/11/2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/11/ha-uma-profissionalizacao-na-distribuicao-das-fake-news-afirma-lider-de-pesquisa-inedita-sobre-o-tema-cjnz079vi0ai201rxkc7w9a51.html&sa=D&ust=1578019335055000&usg=AFQjCNHghQCtwXRP3Ej823sBYGZqMv4a2A> Acesso em: 20 dezembro 2018

HORKHEIMER, M; ADORNO, T. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas (1947). In: ALMEIDA, J. M. B. (Org) Indústria cultural e sociedade: Theodor Adorno. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IBGE. Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua de 2018. 19/06/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-

agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem> Acesso em: 05 janeiro 2020.

IBOPE, Inteligência. 9 em cada 10 internautas receberam Fake News. 2018. Disponível em <https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/9-em-cada-10-internautas-receberam-fake-news/>. Acesso em: junho de 2019.

Interação de criança com artista nu em museu de São Paulo gera polêmica. G1. 29/09/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml> Acesso em: 05 junho 2018

Intervozes. Direito à Comunicação no Brasil 2018. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/direito-a-comunicacao-no-brasil-2018/> Acesso em: 13 dezembro 2019

IPSOS, Social Research Institute. Fake News, Post-Truth and Filter Bubbles, 2018. Disónível em: < https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-08/fake_news-report.pdf> Acesso em : 14 de dezembro de 2019.

JAMBEIRO, Othon et al. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. SciELO-EDUFBA, 2004.

JARDIM, Hallini Izabel Ruberto; ZAIDAN, Phillipe Derwich Silva. CONTROLE DE INFORMAÇÃO: uma análise sobre o papel da censura e da Fake News na história brasileira. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação-ISSN 2237-6658**, v. 1, n. 2, 2018.

LAZER, David MJ et al. The science of Fake News. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018.

LEÃO, A. L. M. S; MOURA, B. M. Temos que pegar todos!-Discursos identitários sobre o consumo de Pokemon GO no Brasil. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 6, p. 895-913, 2018.

LINS, Eunice Simões; LOPES, Flávia. Trevas e queda: análise do imaginário feminino na representação de Fake News sobre Marielle Franco. **Revista Memorare**, v. 5, n. 1, p. 78-96, 2018.

LOPES, Ivonete da Silva. O golpe político-institucional e o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). **Revista Eptic**, v. 20, n. 2, p. 164-177, 2018.

LUPA. A Primeira Agência De Fact-Checking do Brasil. Agência Lupa. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/quem-somoss/> Acesso em: 23 março 2019.

MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a tragetória da arqueologia de Michel Foucault. In: **Ciência e saber: a tragetória da arqueologia de Michel Foucault**. 1981.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Zahar, 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Zahar, 2001.

MANJOO, Farhad; PORTER, Ray. **True enough:** Learning to live in a post-fact society. Blackstone Audiobooks, 2008.

MARCUSE, H. Cultura e psicanálise. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MEDEIROS, Claudio Vinicius Felix; VIANA, Marcele Linhares. A crítica de arte de Michel Foucault. **Revista de Cultura Teológica**, n. 80, p. 21-36, 2012.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Folha de São Paulo. 18/10/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml> Acesso em: 21 de junho de 2019

MENDONÇA, Ricardo. Antes de construir, é preciso 'desconstruir muita coisa' no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA. O Globo. 18/03/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/antes-de-construir-preciso-desconstruir-muita-coisa-no-brasil-diz-bolsonaro-nos-eua-23530792> Acesso em: 04 julho 2019

MENESES, Henilton. **A Lei Rouanet muito além dos (f) atos**. e-galáxia, 2016.

MENEZES, Luiz Fernando. Meme que critica manifestações pela Educação usa fotos de protestos antigos. Aos Fatos. 16/05/2019. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/meme-que-critica-manifestacoes-pela-educacao-usa-fotos-de-protestos-antigos/> Acesso em: 14 junho 2019

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo-antigo e moderno**. É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2016.

MINC, Assessoria de Comunicação Ministério da Cultura. Projetos da Rouanet injetaram R$ 49,78 bilhões na economia em 27 anos. Secretaria Especial da Cultura. 24/12/2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/projetos-da-rouanet-injetaram-r-49-78-bilhoes-na-economia-em-27-anos/>. Acesso em: 14 março 2019.

MIOLA, Edna. Representações do jornalismo sobre a radiodifusão pública: o debate em torno da criação da Empresa Brasil de Comunicação na imprensa. **Compolítica**, v. 1, n. 2, p. 35-58, 2011.

MONNERAT, Alessandra. A aposta no fact checking: jornalistas criam mais iniciativas para verificar o discurso público e revelar notícias falsas. Knight Center for Journalism in the Americas, 19 abr. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/dwhdSz>. Acesso em: 31 setembro 2019.

MONTEIRO FILHO, Armando Ortiz. Comunicação hi-tech: digital e pós-verdade política. In: PENSACOM BRASIL, 1., 2016, São Paulo, SP. Anais eletrônicos... São Paulo: PENSACOM BRASIL, 2016. Disponível em: < http://www.portalintercom.org.br/anais/pensacom2016/textos/armando-ortiz-monteiro.pdf> Acesso em: 08 março 2018.

MORAES, Maurício. #Verificamos: Imagens de suposto uso de drogas não foram feitas em protestos pela educação. Agência Lupa. 04/06/2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/06/04/verificamos-suposto-uso-drogas-protestos-educacao/> Acesso em: 08 julho 2019

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. Editora 34, 2008.

MOURA, Roberto Murcia. **MPB: caminhos da arte brasileira mais reconhecida no mundo**. Irmãos Vitale, 1998.

Na tentativa de reescrever a história, EBC censura "ditadura" e "golpe" em reportagens. Intervozes. 29/03/2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/na-tentativa-de-reescrever-a-historia-ebc-censura-ditadura-e-golpe-em-reportagens/> Acesso em: 25 maio 2019

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação, 1950-1980. 2008.

NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970) um balanço historiográfico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 35-50, 2014.

NOHARA, Irene Patrícia; FIREMAN, Ana Luiza Azevedo. Desenvolvimento pelo incentivo à cultura: papel da arte e vicissitudes da utilização da Lei Rouanet. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 7, n. 2, p. 198-220, 2016.

OLIVEIRA, Patrícia Abreu Chumbo dos Santos. **Política e arte: desvios, leituras e emergências**. 2011. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

O'SHAUGHNESSY, Nicholas. **Marketing the Third Reich: Persuasion, packaging and propaganda**. Routledge, 2017.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki et al. Fake News, big data e o risco à democracia: novos desafios à competência em informação e midiática. 2019.

PETERS, Michael A. The information wars, Fake News and the end of

Presidente da EBC é exonerado e recorre à Justiça para a garantia do mandato. Agência Brasil. 17/05/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/presidente-da-ebc-e-exonerado-e-recorre-justica-para-garantia-do-mandato> Acesso em: 20 maio 2019

PRYSTHON, Ângela. Estudos Culturais: uma (in) disciplina. **Comunicação e espaço público**, v. 6, n. 1-2, p. 134-141, 2003.

PUTTI, Alexandre. Após críticas de Bolsonaro, governo suspende edital para séries LGBTs. **Carta Capital.** 21/08/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/apos-criticas-de-bolsonaro-governo-suspende-edital-para-series-lgbts/> Acesso em: 15 setembro 2019

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

REUTERS, Institute. Digital News Report. 2019. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_1.pdf> Acesso em: 14 dezembro de 2019.

RIBEIRO, Amanda. Como desinformação foi usada nas redes para atacar protestos pela educação. **Aos Fatos.** 20/05/2019. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/como-desinformacao-foi-usada-nas-redes-para-atacar-protestos-pela-educacao/> Acesso em: 17 julho 2019

ROSO, Adriane; GUARESCHI, Pedrinho. Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-POLÍTICA & TRABALHO**, v. 26, p. 37-54, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. **Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA**, v. 2, 2007.

RUEDIGER, Marco Aurélio et al. Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. 2017.

SANTOS, João Guilherme Bastos et al. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **Comunicação & Sociedade**, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019.

SAYURI, Juliana. As 5 mudanças do governo Bolsonaro na Lei Rouanet. **Nexo Jornal.** 23/04/2019. Disponível em: <nexojornal.com.br/expresso/2019/04/23/As-5-mudanças-do-governo-Bolsonaro-na-Lei-Rouanet> Acesso em: 01 maio 2019

SCHREIBER, Mariana. Oito descobertas da Comissão da Verdade. BBC Brasil. 31/03/2014. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_comissao_verdade_ms>. Acesso em: 16 agosto 2019

SCHWARTZ, A. B. **Broadcast Hysteria: Orson Welles's War of the Worlds and the Art of Fake News**. Nova York: Hill and Wang, 2015.

SENADO. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional. 2019 Disponível em; < https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>. Acesso em: 12 dezembro 2019.

SHU, Kai et al. Fake News detection on social media: A data mining perspective. **ACM SIGKDD Explorations Newsletter**, v. 19, n. 1, p. 22-36, 2017.

SILVA FILHO, Rubens da Costa; SILVA, Leila Morás; LUCE, Bruno. Impacto da pós-verdade em fontes de informação para a saúde. **RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 271-287, 2017.

SILVA, Acsa Roberta Macena; VELOSO, Ana Maria da Conceição. Os Reflexos de Controle e Censura no Telejornal Repórter Brasil. **Iniciacom**, v. 8, n. 3, 2019.

SILVERMAN, C. This Analysis Shows How Viral Fake Election News Stories Outperformed Real News On Facebook. BuzzFeed News, 2016. Disponível em < https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook> . Acesso em: 13 jun. 2018.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. JORNALISMO NA ERA DA PÓS-VERDADE: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 759-782, 2018.

TEIXEIRA, Adriana. Fake News contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela. 2019.

TEIXEIRA, Marcelo Mendonça; DA SILVA, Marina Hortência de Oliveira. Hiperligações no ciberespaço: interatividade, comunicação e educação. **Temática**, v. 9, n. 10, 2014.

THIRY-CHERQUES, H. R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, São Paulo, nº 81, 2010. p. 215-148.

TORRES, Bolívar. Vítimas de Fake News, artistas contam como lidam com mentiras na internet. **O GLOBO.** 01/04/2018. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/cultura/vitimas-de-fake-news-artistas-contam-como-lidam-com-mentiras-na-internet-22544255> Acesso em: 10/03/2018

VANEIGEM, Raoul. A arte de viver para as novas gerações. **São Paulo: Conrad**, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. **COSTA, Marisa**, p. 37-72, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, set.-dez. 2009. p. 83-94.

VENTURA, Tereza. Grafite e reconhecimento: uma perspectiva comparativa entre o Rio de Janeiro e Berlim. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 3, p. 261-267, 2012.

VEYNE, P.. **Pão e circo**: sociologia histórica de um pluralismo político. São Paulo. Unesp, 2015.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.

WARDLE, Claire. Fake News. It's complicated. Medium. 16/02/2017. Disponível em: <https://medium.com/1st-draft/fake-news-its-complicated-d0f773766c79> Acesso em: 20 abril 2019

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 5, p. 221-268, 2010.

ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus-Revista de História**, v. 16, n. 1, 2010.